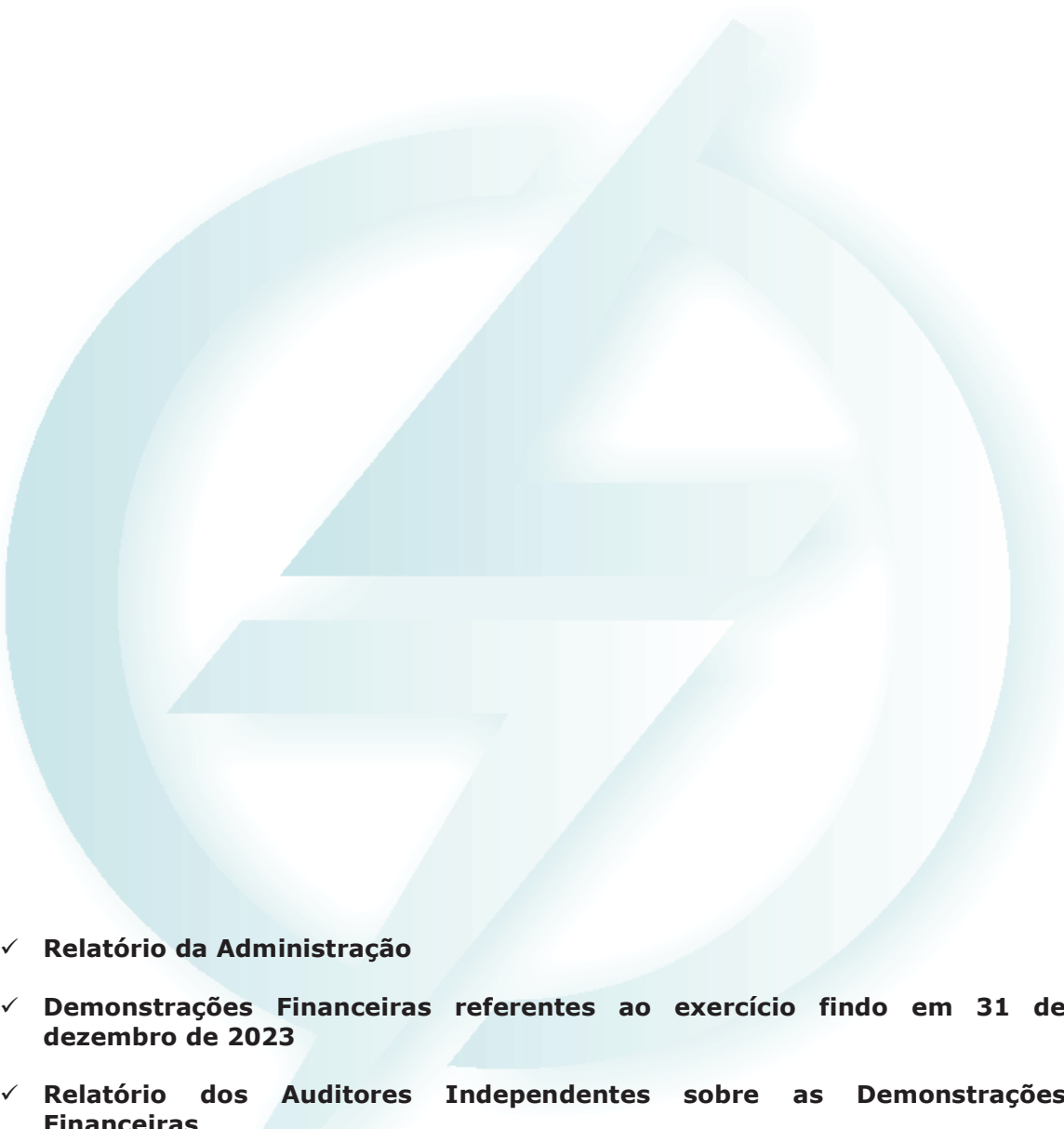


LIGHT S.A.

- 
- ✓ **Relatório da Administração**
 - ✓ **Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023**
 - ✓ **Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**
 - ✓ **Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e Relatório dos Auditores Independentes**
 - ✓ **Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria**
 - ✓ **Parecer do Conselho Fiscal**

Mensagem da Administração

O ano de 2023 foi para a Light um momento de enfrentar desafios com os quais a empresa convivia há alguns anos.

Como é de conhecimento público, problemas estruturais da área de concessão e o ambiente de altas taxas de juros no Brasil nos últimos anos levaram a Companhia a um desequilíbrio econômico e financeiro que culminou num processo de recuperação judicial, iniciado em maio.

Apesar dessa situação, a Light continuou cumprindo o seu objetivo principal: garantir um atendimento de qualidade na distribuição de energia para as cerca de 12 milhões de pessoas na sua área de concessão, que reúne 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro.

A Light SESA encerrou 2023 como a 2ª melhor distribuidora do país em FEC e a 4ª melhor no DEC, dentre aquelas com mais de 1 milhão de clientes. Esses dois indicadores da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) medem, respectivamente, a frequência e a duração de eventuais interrupções de energia ao consumidor.

A Companhia também permaneceu adimplente com todas as suas obrigações fiscais e regulatórias; bem como com o pagamento de seus funcionários e fornecedores. Ou seja, a normalidade da operação da distribuidora foi assegurada.

Em junho, ciente da sua qualidade e vocação operacional e do compromisso com a sociedade, a Light solicitou ao Ministério de Minas e Energia e à Aneel a renovação da sua concessão, que vence em 2026.

A Light quer continuar por muitos anos prestando serviços de qualidade para a população do Rio de Janeiro. A história de desenvolvimento econômico, industrial e social dessa cidade se mistura com a história centenária de pioneirismo e empreendedorismo da Companhia.

Durante todo o ano de 2023, como integrante da diretoria executiva da Light, estive à frente da área de regulação da Companhia e participei de todas as suas discussões estratégicas.

Em janeiro de 2024, assumi o cargo de diretor presidente da Light SA, com a missão de liderar os trabalhos para garantir a sustentabilidade da Companhia e da Concessão no longo prazo. Estamos buscando condições para que a Light se mantenha saudável operacionalmente, financeiramente e economicamente. Para que a Companhia continue a ser relevante e protagonista no cenário nacional e no Rio de Janeiro. Essas condições devem ficar mais claras durante este ano e serão criadas a partir do desfecho das duas principais discussões definidas pela empresa em 2023.

No âmbito das negociações com credores, buscamos um plano de recuperação judicial que dê saúde financeira à Light e viabilize a recuperação da empresa, garantindo tanto o pagamento das dívidas quanto os investimentos necessários para a qualidade da operação. Essas conversas estão evoluindo e acreditamos numa solução próxima, visto que a assembleia de credores está marcada para 25 de abril.

Na outra frente, a Light segue em conversas com o Poder Concedente para a renovação da concessão por meio de um contrato que leve em consideração o momento atual do setor e também as especificidades do Rio de Janeiro, que experimentou nos últimos anos uma

acentuada retração de mercado e onde o índice de furtos de energia está acima da média nacional.

Mesmo nessas condições, a Light segue trabalhando com afinco e entregou em 2023 um forte resultado operacional.

A arrecadação total sem se considerar a energia recuperada (ex-REN) atingiu 97,6% em dezembro/23, com crescimento de 1,0 p.p. em relação a dezembro de 2022. E o mercado faturado da Companhia avançou 483 GWh em 2023 para 25.710GWh, puxado pelo consumo residencial e comercial, muito em função das altas temperaturas – a média de 2023 foi de 25,4°C, superior em 1,1°C em relação a 2022. O aumento do consumo por conta do calor, em particular no último trimestre do ano, também levou a um aumento das perdas não técnicas, que subiram 6,2 pp para 64,51%.

Os resultados mostram o comprometimento não só da administração com a qualidade e o combate a perdas, mas de todo o corpo de colaboradores da Light. A dedicação desta equipe pode ser vista por todos no trabalho incansável e em tempo recorde para colocar de pé uma rede emergencial para garantir o abastecimento de energia à Ilha do Governador no início de 2024.

A Light deslocou cerca de 240 colaboradores para o trabalho na Ilha e destinou cerca de R\$ 100 milhões para a renovação completa da rede elétrica que atende a região. Neste ano, o investimento estimado em toda a área de concessão supera os R\$ 800 milhões.

O comprometimento com a qualidade do serviço está na ordem do dia de todos. E a Companhia não vai medir esforços para garantir o bom atendimento à população. Nos últimos 5 anos, a concessionária investiu cerca de R\$ 4 bilhões em manutenção, expansão de rede e combate a perdas.

Gostaria de agradecer a todos -- funcionários, colaboradores, credores, acionistas, fornecedores -- pela confiança, trabalho e dedicação em torno da transformação da Light.

Alexandre Nogueira Ferreira

CEO

Perfil Corporativo

A Light está presente em 31 dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro abrangendo uma região com cerca de 11 milhões de pessoas por meio de uma rede com aproximadamente 104,5 mil km de extensão. A Companhia encerrou o ano de 2023 com cerca de 4,3 milhões de contratos ativos. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, o Grupo Light é constituído pela *holding*, Light S.A. – Em Recuperação Judicial, por suas controladas diretas – Light Serviços de Eletricidade S.A. (distribuição de energia), Light Energia S.A. (geração de energia), Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (comercialização de energia), Light Conecta Ltda. (geração de energia e serviços), Light Soluções em Eletricidade Ltda. (serviços) e Instituto Light (institucional), Axiom Soluções Tecnológicas S.A. (serviços de TI). – e por controlada em conjunto: Amazônia Energia Participações S.A. (participação na UHE Belo Monte)

Recuperação Judicial

Apesar da atuação nacionalmente reconhecida, marcada pela excelência na prestação de serviço de utilidade pública, e os esforços sempre envidados para otimizar as obrigações da Companhia e prezar pela preservação das suas operações, a Companhia vinha apresentando situação operacional e financeira complexa, incluindo, elevado nível de endividamento, geração de caixa historicamente insuficiente para honrar os compromissos e proximidade do final do contrato de concessão e incertezas quanto à sua renovação.

Entre os fatores que contribuíram para este cenário podemos citar: (a) as perdas não-técnicas, que têm se mantido em patamar expressivo, principalmente pelo grande volume de perdas em Áreas de Severa Restrição Operacional (ASRO). ASROs são regiões dominadas por algum tipo de poder paralelo, nas quais a companhia não consegue operar em ações de combate a perdas ou inadimplência ; (b) queda no mercado consumidor de quase 20% desde 2014 em virtude da degradação econômica da área de concessão; (c) a parcela de consumidores que pagam por energia elétrica no Rio de Janeiro tem diminuído gradativamente nos últimos anos; (d) os investimentos feitos pelo Grupo Light não tiveram retorno na proporção que se esperava deles; (e) a Companhia teve seu planejamento financeiro impactado pela lei que determinou a devolução integral, aos consumidores, de créditos tributários conquistados após a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS; e (f) a pandemia de Covid-19, que atingiu fortemente o mercado global e doméstico.

Consequentemente, em 10 de abril de 2023, a Administração ajuizou Medida Cautelar, através da qual ficaram suspensas a exigibilidade de obrigações financeiras, bem como também ficaram suspensos os efeitos de decretação de vencimento antecipado ou amortização acelerada de dívidas, entre outras determinações.

Em 12 de maio de 2023, a Light S.A. apresentou o pedido principal de Recuperação Judicial na 3ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, processo nº 0843430-58.2023.8.19.0001, pedido este aprovado pelo Conselho de Administração e posteriormente ratificado em AGE ocorrida em 07 de junho de 2023. Em 15 de maio de 2023, o juízo da 3ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro deferiu o processamento da recuperação judicial da Light.

Embora Light SESA e Light Energia não estejam em recuperação judicial, a existência de coobrigação nas dívidas submetidas à reestruturação e a necessidade de resguardar seu patrimônio, considerando o aspecto social de seu serviço essencial, a preservação das empresas e a viabilidade de sua atividade econômica, embasaram tal proteção a elas apenas nas dívidas espelhadas, não afetando, portanto, nenhuma obrigação que seja exclusiva das concessionárias, como as setoriais, consumeristas, trabalhista e outras.

Em 10 de outubro de 2023, juízo deferiu a prorrogação do stay period à Light S.A. e a manutenção da proteção de Light SESA e Light Energia, por mais 180 dias, contados a partir do dia 12 de outubro de 2023, com previsão de término em 09 de abril de 2024.

Eventos subsequentes:

- a. Em reunião realizada em 23 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração da Light S.A. aprovou os termos e condições revisados do plano de recuperação judicial modificativo (“PRJ Modificativo, bem como a apresentação do PRJ Modificativo nos autos da Recuperação Judicial. Até a data da aprovação deste documento o Plano de

Recuperação Judicial Modificativo ainda não foi votado (aprovado/reprovado) em Assembleia Geral de Credores e, portanto, ainda não homologado judicialmente.

- b. Em 06 de março de 2024, a controlada Light SESA recebeu auto de infração emitido pela ANEEL no valor de R\$28.394 mil, por não prestar serviço adequado quanto ao fornecimento de energia elétrica aos consumidores de sua área de concessão. O auto de infração se encontra sob análise dos nossos assessores jurídicos que até o momento avaliam o risco como perda possível.

Distribuição de Energia

Desempenho Operacional

Reajustes Tarifários

No ano de 2023, em 14 de março, a diretoria da ANEEL aprovou índice de reajuste tarifário para a sua controlada Light SESA com efeito médio de 7,00%, sendo 6,05% para clientes atendidos na alta tensão e 7,40% para consumidores na baixa tensão. As novas tarifas entraram em vigor no dia 15 de março de 2023. Neste reajuste foi incluído o repasse aos consumidores de créditos tributários da exclusão do ICMS da base do PIS/Cofins, no valor de R\$1,77 bilhão, em cumprimento à Lei 14.385/22.

Evento subsequente: Em 12 de março de 2024, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) através da Resolução Homologatória nº 3.310, homologou o reajuste tarifário, com efeito médio de 3,54%. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2024. O aumento médio para os clientes na baixa tensão foi de 4,05% e para os clientes da alta tensão foi de 2,45%.

Evolução do Mercado

Consumo Faturado por Classe (GWh)	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
Cativo	3.952	3.651	8,2%	15.158	15.188	-0,2%
Residencial	2.242	1.905	17,7%	8.297	7.954	4,3%
Industrial	74	90	-18,1%	314	382	-17,7%
Comercial	969	970	-0,1%	3.835	4.008	-4,3%
Outros	667	685	-2,7%	2.711	2.845	-4,7%
Uso de Rede	2.832	2.575	10,0%	10.847	10.202	6,3%
Industrial	1.194	1.152	3,7%	4.745	4.887	-2,9%
Comercial	919	780	17,8%	3.353	2.981	12,5%
Outros ⁽¹⁾	398	284	40,0%	1.381	955	44,6%
Concessionárias	321	359	-10,7%	1.368	1.380	-0,8%
Mercado Faturado Total⁽¹⁾	6.784	6.227	9,0%	26.005	25.391	2,4%

Em 2023, o mercado faturado total ajustado¹ apresentou alta de 2,4% em relação ao mesmo período do ano anterior devido, principalmente, ao crescimento das classes Residencial (+343

¹ Mercado faturado ajustado inclui o volume de geração distribuída compensada (+443 GWh) e simultânea (+295 GWh) no segmento Uso de Rede, classe “outros” e o ajuste de 742 GWh referente a cancelamentos não recorrentes de REN Termos de Ocorrência e Inspeção (“TOIs”) em 2023.

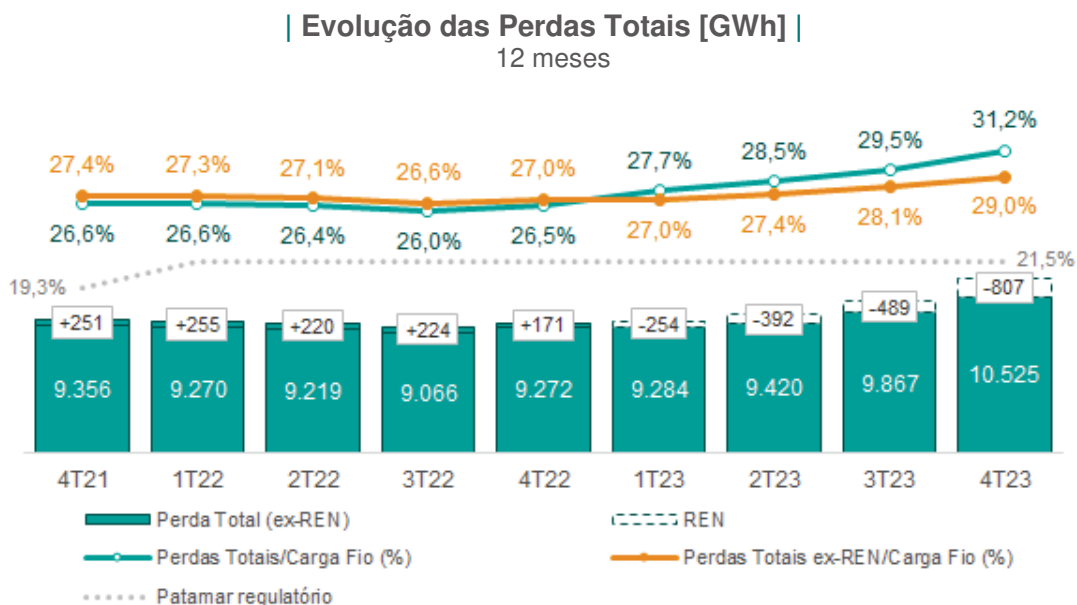
GWh) e Comercial (+199 GWh). O maior consumo da classe Residencial pode ser atribuído a maior temperatura média em 2023, principalmente no 4T23, enquanto na classe Comercial Livre, destaca-se o crescimento do consumo nos segmentos de supermercados, transporte e condomínios (shoppings, prédios comerciais, etc).

A temperatura média em 2023 foi de 25,4°C, superior em 1,1°C ao registrado no ano anterior. As elevadas temperaturas foram observadas, principalmente, no segundo semestre, quando o efeito do El Niño foi mais presente. No 4T23, a temperatura média foi de 26,8°C, um aumento de 2,2°C em relação à média do 4T22.

Perdas de Energia

Em 2023, as perdas totais ex-REN aumentaram em 1.252 GWh quando comparado ao registrado no ano anterior, acompanhando o aumento observado na carga fio, de 1.972 GWh, no mesmo período. O indicador de perdas totais ex-REN sobre a carga fio atingiu 29,0% em 2023, alta de 2,0 p.p. em relação a 2022.

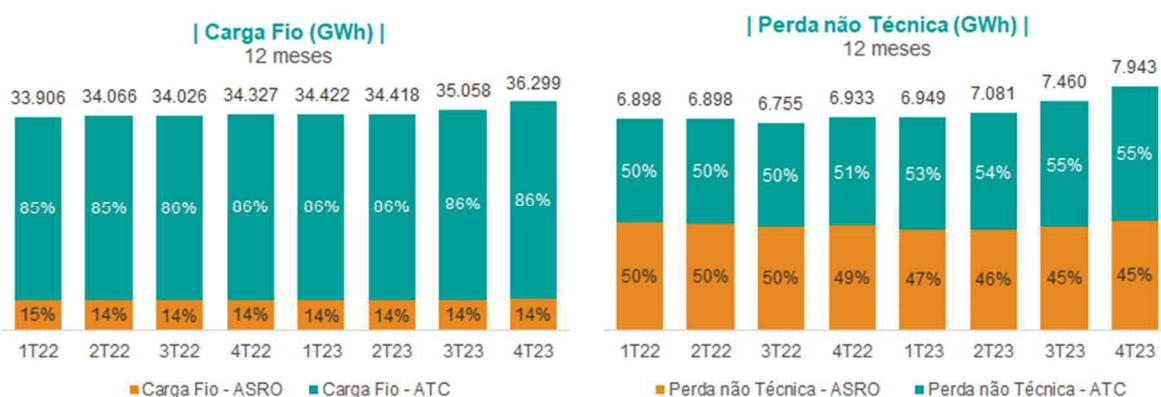
Já o indicador de perdas não-técnicas ex-REN sobre o mercado de referência (PNT/MR) atingiu 64,5% no ano, com alta de 6,2 p.p. em relação a 2022. Grande parte dessa variação (854 GWh) pode ser atribuída ao aumento da temperatura média. No ano, o indicador PNT/MR ficou 24,5 p.p. acima dos 40,04% repassados na tarifa conforme os parâmetros definidos pela ANEEL na Revisão Tarifária Periódica (RTP) de março de 2022. A diferença entre a perda real e a perda regulatória neste período gerou impacto negativo de aproximadamente R\$999 milhões no EBITDA da Companhia.



Importante destacar que a expansão da Geração Distribuída (GD) segue contribuindo para a contração do mercado de referência e, conseqüentemente, impactando negativamente o indicador de PNT/MR. Em 2023, a GD foi responsável pela redução no faturamento da Companhia em aproximadamente 739 GWh (sendo 443 GWh referente a energia compensada). Considerando este impacto no mercado de referência, o indicador PNT/MR foi de 60,9% em 2023 e 56,4% em 2022.

Em linha com a revisão estratégica do plano de perdas da Companhia comentada anteriormente, no acumulado do ano ocorreram 327 mil normalizações, 41% inferior ao ano passado (554 mil). Com isso, a REN bruta totalizou 96 GWh em 2023, ante 305 GWh em 2022. A Incorporação de Energia (IEN) realizada ao longo do ano contribuiu com um aumento total de 113 GWh no faturamento (ante 201 GWh em 2022).

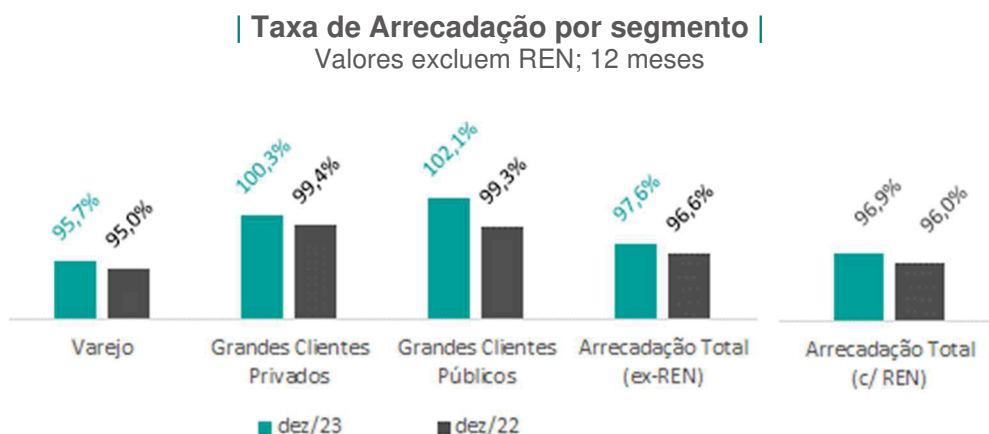
Em 2023, a carga fio em Áreas de Severas Restrições à Operação (ASRO) totalizou 5.110 GWh, o equivalente a 14% de toda carga fio da Companhia no ano. A perda não-técnica nestas mesmas localidades atingiu 3.554 GWh no mesmo período, representando 45% do total de perdas não-técnicas em 2023.

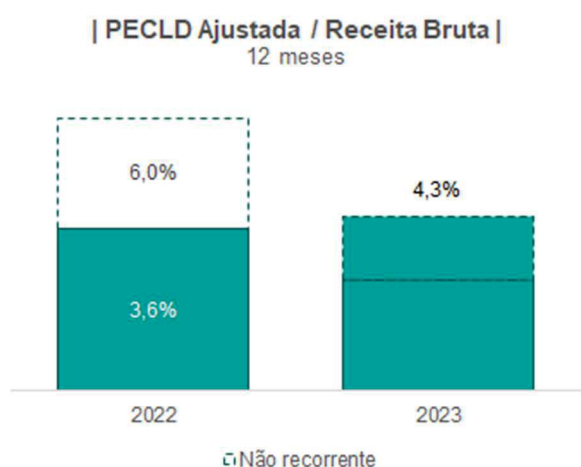


Arrecadação

O índice de arrecadação total ex-REN (12 meses) atingiu 97,6% em dezembro/23, apresentando avanço de 1,0 p.p. em relação ao mesmo período de 2022 (96,6%), impulsionado, principalmente, pelo segmento de Varejo, responsável por mais de 60% da arrecadação da Companhia.

A melhora do indicador dos segmentos varejo e grandes clientes privados nos últimos períodos está associada à reformulação das iniciativas de arrecadação implementadas na Companhia ao longo de 2023. Por conta da alta temperatura observada, principalmente no 2S23, a Distribuidora deslocou diversas equipes antes utilizadas para ações de combate à inadimplência para o atendimento de ocorrências que visavam a qualidade do fornecimento.





O indicador PECLD ajustado por itens não recorrentes sobre Receita Operacional Bruta (12 meses) encerrado em dezembro/23 foi de 4,3%, 0,7 p.p. acima do índice ajustado registrado em dezembro/22.

Qualidade dos Serviços

Indicador	2023	2022	Limites estabelecidos pela ANEEL
DEC	6,76	6,32	7,19
FEC	3,00	3,07	4,86

A qualidade dos serviços prestados pela Distribuidora segue como uma das prioridades estratégicas da Companhia. A despeito de todos os esforços para recuperação das margens e maior sustentabilidade financeira, a Companhia permanece focada na melhoria operacional, evoluindo em iniciativas de modernização das redes e subestações, assim como em ações de manutenção, soluções de gerenciamento de equipes de campo, entre outras iniciativas visando a entrega de um bom patamar de qualidade.

Em 2023, os indicadores DEC e o FEC permaneceram dentro dos limites estabelecidos pela ANEEL no contrato de concessão. Na média móvel dos últimos 12 meses encerrados em dezembro/23, o indicador DEC permaneceu 0,43 hora abaixo do limite de 7,19 horas (-6,0%), enquanto o FEC foi 1,86 ponto abaixo do limite de 4,86x (-38,3%).

Quando comparado ao ano anterior, a piora no indicador DEC reflete o aumento na quantidade de interrupções não programadas relacionadas a condições climáticas adversas, que se mantiveram ao longo do ano e influenciaram no tempo de reestabelecimento.

Atendimento ao Cliente

A Light manteve, em 2023, o esforço para a continuidade da evolução dos canais digitais, buscando melhorias nos procedimentos e processos de atendimento, bem como na automatização de tarefas, relatórios e indicadores. Essas ações permitem um acompanhamento mais assertivo da execução de serviços.

A transformação digital vivida pela Companhia tem como um dos pontos altos a rápida evolução do relacionamento com o cliente de varejo. Em 2022, todos os serviços de atendimento estavam disponibilizados de forma totalmente on-line. Entre as soluções

implantadas, os principais serviços possuem fluxos totalmente digitais, validando documentos automaticamente e consultando os sistemas da empresa em tempo real. Em 2023, fortalecemos a digitalização e investimos em facilitar a navegabilidade nos canais digitais, o que representou 44% de aumento da digitalização dos serviços priorizados neste ano, sendo eles os que têm maior volume de procura e oportunidades de progresso.

A mudança mais evidente ocorreu na Unidade de Resposta Audível (URA) do *call center*, realizada em 2022, com a adoção de tecnologia de inteligência artificial, capaz até mesmo de identificar quando é necessário transferir chamadas para agentes humanos. Além dos ganhos em experiência do usuário, as medidas trouxeram um salto em produtividade e em redução de custos. A Companhia apresentou uma redução do atendimento telefônico em 15%, consequência do impulsionamento do atendimento digital. A Light investiu entre 2021 e 2023 em projetos de transformação digital de R\$ 16 milhões, sendo R\$ 7.96 milhões em 2023.

Disponível pelo Whatsapp, Lia, a representante virtual da Light, contabilizou 10,2 milhões de atendimentos em 2023, um aumento superior a 20%. Suas funcionalidades, no ano, respondiam a 19 diferentes tipos de problemas, de aviso de falta de luz e acompanhamento de serviços a parcelamento de débitos.

Em 2023, o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) da Light chegou ao patamar de 64,7, uma melhoria de 21,4% em relação a 2022. Essa pesquisa anual, promovida pela ABRADDEE, tem como objetivo conhecer a satisfação do cliente residencial urbano nas cinco áreas de atuação, que são: fornecimento de energia, informação e comunicação, conta de luz, atendimento ao consumidor e imagem. A Companhia melhorou seu resultado em todas as categorias, e obteve o índice mais alto (79,0) na categoria “Conta de luz”.

Desempenho Financeiro

Em 2023, o EBITDA² da distribuidora foi de R\$1.661 milhões, registrando alta de R\$3.478 milhões em relação ao resultado negativo de R\$1.817 milhões apurado em 2022. O incremento neste indicador pode ser atribuído, principalmente, ao impacto negativo de itens não recorrentes reconhecidos no resultado de 2022, entre eles: (i) provisões para devolução de créditos de PIS/COFINS aos consumidores, conforme Lei 14.385/22 no valor de -R\$1.081 milhões; (ii) provisão de revisão nas metodologias e estimativas de PECLD no valor de -R\$855 milhões; (iii) as provisões para contingências JEC e Cível (-R\$379 milhões), entre outros.

Geração de Energia

Desempenho Operacional

Compra e Venda de Energia (MWm)*	2023	2022	Varição 2023-22
Venda Ambiente de Contratação Livre (ACL)	449	459	-2,2%
Venda Spot (CCEE)	40	34	17,6%
Compra Ambiente de Contratação Livre (ACL)	30	35	-14,3%
Compra Spot (CCEE)	-	-	-

² EBITDA não é uma medida reconhecida pelo BRGAAP ou pelos IFRS e é utilizado como medida adicional de desempenho de suas operações, e não deve ser considerado isoladamente ou como uma alternativa ao Lucro Líquido ou Lucro Operacional, como indicador de desempenho operacional ou como indicador de liquidez. De acordo com a Instrução da CVM 527/2012, o EBITDA apresentado é calculado a partir do lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, despesas financeiras líquidas, depreciação e amortização.

*Valores incluem as plantas de: Fontes Nova, Nilo Peçanha, Pereira Passos, Ilha dos Pombos, Santa Branca e PCH Lajes.

Em 2023, o volume de venda no ACL foi de 449 MWm, -2,2% se comparado a 2022, enquanto a compra no ACL foi de 30 MWm, -14,3% no mesmo período. Em 2023, a Companhia manteve a estratégia de sazonalização adotada em 2022, visando a proteção do portfólio em relação as variações do GSF e PLD, alocando a energia predominantemente no segundo semestre do ano conforme os limites regulatórios. O GSF mais favorável ao longo do ano, especialmente no segundo semestre, possibilitou aumento da energia alocada e consequente redução de necessidade de aquisição de energia.

Pequena Central Hidrelétrica Lajes

A Lajes Energia S.A. explora comercialmente a PCH Lajes, usina com potência instalada correspondente a 17 MW, que entrou em operação comercial em julho/18.

Desempenho Financeiro

Em 2023, a receita líquida da Light Energia totalizou R\$815 milhões, sendo 1,1% acima da registrada em 2022. Já o EBITDA³ alcançou R\$667 milhões, 6,2% acima do ano anterior, e o resultado líquido foi de R\$368 milhões, com alta expressiva de 151,6% na comparação com o mesmo período.

O resultado pode ser explicado pela melhora do cenário hidrológico ao longo do ano de 2023, que levou ao aumento do GSF e à queda do PLD, reduzindo os custos com compra de energia. A Light mostrou grande eficiência na estratégia de proteção do resultado aos riscos de mercado (GSF/PLD).

Comercialização de Energia

Desempenho operacional

Em 2023, a Lightcom comercializou 523 MWm de energia, 13% abaixo do volume de 2022, de 604 MWm. A variação pode ser atribuída ao fim da vigência de contratos de longo prazo com consumidores finais e agentes de mercado e a redução das operações de curto prazo.

Desempenho Financeiro

Em 2023, a receita líquida da Lightcom totalizou R\$1.061 milhões, sendo 8,6% abaixo da registrada em 2022. O EBITDA foi de R\$97 milhões e o Resultado Líquido foi de R\$73 milhões, 12% e 16% acima do apurado em 2022, respectivamente.

³ EBITDA não é uma medida reconhecida pelo BRGAAP ou pelos IFRS e é utilizado como medida adicional de desempenho de suas operações, e não deve ser considerado isoladamente ou como uma alternativa ao Lucro Líquido ou Lucro Operacional, como indicador de desempenho operacional ou como indicador de liquidez. De acordo com a Instrução da CVM 527/2012, o EBITDA apresentado é calculado a partir do lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, despesas financeiras líquidas, depreciação e amortização.

Light S.A. – Em Recuperação Judicial

Desempenho Financeiro

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida, desconsiderando a receita de construção, totalizou em 2023 R\$13.476 milhões, 11% acima da registrada em 2022. Tal crescimento se deu tanto pelo aumento do faturamento do mercado livre, assim variação positiva da conta de variação de itens da parcela A (CVA).

Custos e despesas

Os custos e despesas operacionais consolidados, já desconsiderando os custos de construção, encerraram o ano de 2023 em R\$11.759 milhões, 13,7% abaixo do apurado em 2022. Essa variação pode ser explicada, principalmente, pelo reconhecimento, em 2022, de (i) provisão para devolução de créditos de PIS/COFINS aos consumidores, conforme Lei 14.385/22, no montante (-R\$1.081 milhões), além de (ii) revisão na metodologia e estimativa de PECLD (-R\$855 milhões) e (iii) revisão na metodologia e estimativa de provisão para contingência Cível, no montante de (-R\$379 milhões).

EBITDA

Em 2023, o EBITDA consolidado totalizou R\$2.325 milhões, apresentando avanço de R\$3.504 milhões quando comparado ao resultado negativo de R\$1.179 milhões em 2022. O aumento pode ser atribuído, principalmente, aos eventos não recorrentes que impactaram negativamente o resultado de 2022, incluindo provisões no valor de -R\$2.513 milhões, sendo referentes, em especial, ao (i) reconhecimento de provisão para devolução de créditos de PIS/COFINS aos consumidores, conforme Lei 14.385/22, no montante de (-R\$1.081 milhões), (ii) revisões nas metodologias e estimativas de PECLD, no montante de (-R\$855 milhões), bem como (iii) revisões nas metodologias para contingências Cível, no montante de (-R\$379 milhões).

Adicionalmente o EBTIDA foi impactado positivamente pelo crescimento de mercado livre, como citado, bem como impactado negativamente pelo aumento de PMSO da Distribuidora no montante de R\$ 90,4 milhões, comparando 2023 vis a vis 2022. A piora no PMSO se deve à menor capitalização de mão de obra, bem como o aumento de custos de despesas com equipes em atendimento emergencial.

Por outro lado, o EBTIDA consolidado foi impactado positivamente pela melhor do resultado da geradora, com a melhoria do GSF e menor custo com compra de energia.

Resultado Líquido

Em 2023, a Light S.A. apurou um resultado líquido de R\$255 milhões, R\$5.927 milhões acima do resultado negativo de -R\$5.673 milhões auferido em 2022. O incremento se deve, principalmente, aos eventos não recorrentes no segmento de Distribuição citados anteriormente na seção EBITDA, bem como do impacto financeiro, negativo, da atualização financeira da provisão de devolução dos créditos de PIS/COFINS aos consumidores, que impactou negativamente a despesa financeira em -R\$1.722 milhões em 2022.

Endividamento

A dívida líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2023 totalizou R\$9.212 milhões, aumento de 1,0% em comparação a 2022, de R\$9.032 milhões.

Para a dívida bruta, observa-se um aumento da dívida concursal, por conta do provisionamento dos juros e correção monetária, citado abaixo, que foi neutralizado pela amortização do FIDC ao longo de 2023. Assim, a dívida bruta subiu de R\$ 11.129 milhões, para R\$ 11.338 milhões. Já a disponibilidade⁴ da Companhia variou de R\$ 2.084 milhões para R\$ 2.097 milhões em 2023.

Cabe ressaltar que a Companhia e suas subsidiárias Light Serviços de Eletricidade S.A. e Light Energia S.A. estão com sua exigibilidade suspensa desde o ajuizamento da Tutela Cautelar Antecedente, em 10 de abril de 2023 e, por isso, permanecem com seus saldos congelados dentro do processo de recuperação judicial. A Companhia provisionou os juros e correção monetária que teriam sido incorridos desde o pedido de recuperação judicial de acordo com os termos e condições originalmente previstas nos contratos das dívidas financeiras ora concursais e, efetuou a reclassificação dos valores para o passivo circulante.

O indicador de *covenants* Dívida Líquida/EBITDA ajustado para fins de *covenants* encerrou 2023 em 3,20x, inferior ao registrado em 2022 (3,32x). O EBITDA ajustado para fins de *covenants* das dívidas da Companhia e de suas subsidiárias exclui efeitos não-caixa, tais como Equivalência Patrimonial, Provisões, VNR e Outras Receitas/Despesas Operacionais.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava adimplente com os *covenants* financeiros estabelecido em contratos de dívidas. em razão da Recuperação Judicial, restou suspensa a exigibilidade das obrigações financeiras relativas aos contratos celebrados pelas partes envolvidas.

Investimentos

O valor total de investimentos⁵ no ano de 2023 foi de R\$931 milhões, 38,2% abaixo ao ano anterior. A redução no montante investido é resultado da adoção da estratégia de priorização de investimentos de maior resultado financeiro no curto prazo, com objetivo de controlar perdas, aumentar adimplência e garantir a qualidade do serviço.

Neste sentido, ações de blindagem de rede, que representam um volume elevado de investimentos e retorno concentrado no médio e longo prazo, foram temporariamente reduzidas, permitindo uma alocação mais eficiente de capital, além de preservar o caixa da Companhia.

Os investimentos realizados no segmento de distribuição, incluindo ativos elétricos e não elétricos, totalizou R\$824 milhões, enquanto o segmento de geração este montante foi de R\$100 milhões, com queda de 55,7% em relação a 2022.

A redução dos investimentos na Light Energia reflete a paralização das obras do projeto de Túnel Bypass no Complexo de Lajes em março/23, após o seu abandono pelo consórcio construtor, composto pelas empresas KPE Engenharia e CGGC Construtora, que alegou

⁴ Somatório das contas: (a) caixa e equivalentes de caixa e (b) títulos e valores mobiliários.

⁵ Não considera eventuais valores aportados em controladas.

incapacidade financeira de continuar executando a obra. O processo de recontração da obra está em andamento com previsão de conclusão no segundo semestre de 2024.

Governança Corporativa e Mercado de Capitais

O modelo de governança corporativa da Companhia retrata os requisitos e premissas recomendados pelo mais alto índice de governança para as companhias de capital aberto no Brasil, o segmento do Novo Mercado da B3, do qual a Light faz parte desde 2005.

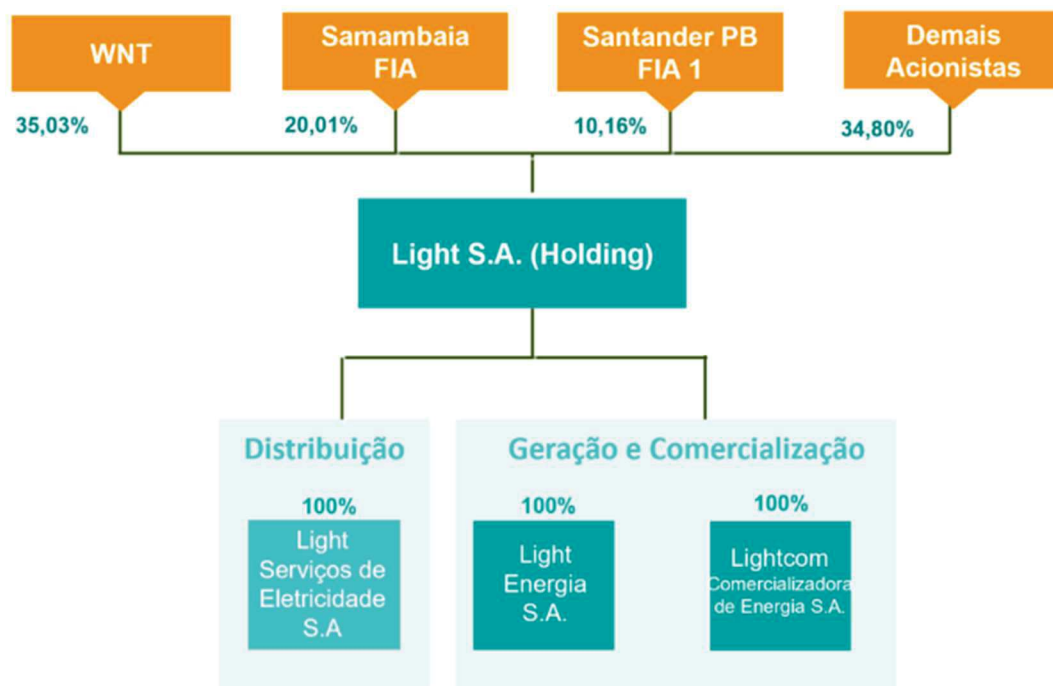
As ações da Light são negociadas no mercado brasileiro através da B3 sob a sigla LIGT3 e também no mercado de balcão americano (*Over-the-Counter* - OTC), através de ADR Nível 1, sob o *ticker* LGSXY.

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da Light S.A. era composto por 372.555.324 ações ordinárias cotadas a R\$8,00, apresentando um valor de mercado de R\$3,0 bilhão.

O Conselho de Administração da Light era composto, em 31 de dezembro de 2023, por 9 membros, todos independentes, selecionados por meios de critério de competências especializadas para o negócio da Companhia, contudo diferentes entre si e complementares. Para o auxílio do Conselho de Administração existem 4 comitês: Comitê de Operações e Finanças; Comitê de Auditoria Estatutário; Comitê de Pessoas e Governança; e Comitê ESG+.

Estrutura societária da Light S.A. – Em Recuperação Judicial

A estrutura societária da Light na data de publicação deste documento era:



Distribuição de Dividendos – Light S.A.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 28 de abril de 2023, foi aprovada a proposta da Administração da Companhia no sentido de destinar o prejuízo relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, no montante total de R\$5.672 milhões à conta de prejuízos acumulados.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não apurou base para cálculos dos dividendos em face de apresentar prejuízos acumulados.

Compromisso com o Futuro

Gestão de Pessoas

A estratégia de gestão de pessoas e as diretrizes estabelecidas para a operação da empresa têm como meta fortalecer a cultura organizacional utilizando o desempenho como principal parâmetro. Em 2023, realizamos diversas ações com o objetivo de melhorar a trajetória dos colaboradores, assim como atrair e reter talentos.

A Companhia possui um sistema estruturado de formação na sua universidade corporativa, a Academia Light. Nela, os treinamentos têm como foco a gestão do conhecimento ajustado aos desafios do setor elétrico, com conteúdo preparado para atender às necessidades técnicas de formação e reciclagem do corpo de especialistas. Entre os recursos oferecidos, dispõe de instalações que simulam o ambiente de uma subestação da rede elétrica.

Em 2023, as atividades foram organizadas em programas corporativos, treinamentos para formação (destinados à capacitação básica para o exercício da função), treinamentos obrigatórios (cursos destinados a atividades específicas) e workshops internos para aperfeiçoamento profissional.

Durante o ano, registrou-se mais de 18 mil participações nos cursos. A média de horas de capacitação no ano por colaborador direto ficou em 43,6, um resultado duas vezes maior do que no ano anterior.

Destacamos nesse ano o retorno do programa Caravana da Vida e a ação Todos pela Vida!, ações que tem o objetivo de valorizar a importância da segurança em todas as atividades da empresa.

Além disso, para a Light, ser diversa e inclusiva é condição indispensável para a garantia de um ambiente de trabalho equânime e produtivo. Desde 2021, a Companhia mantém o Empodera - Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão, composto por cinco grupos prioritários: gênero, raça, pessoas com deficiência, orientação sexual e diversidade geracional.

O tema segue norteado pela Cartilha de Diversidade, Equidade e Inclusão, ferramenta de apoio para conscientização e os colaboradores estão em contato com o assunto por meio de Trilhas de Diversidade e Diálogos Administrativos do Vida (DAV) que fazem parte da grade de formação e rotina.

A Light acredita que a promoção da diversidade no ambiente de trabalho e a garantia da igualdade de oportunidades e direitos são fundamentais e estão inseridas nas diretrizes de meritocracia da Companhia. Em 2023, a Companhia aumentou em 39% a representação de minorias raciais em cargos gerenciais, alcançando 29%.

Segurança no Trabalho

Fortalecer uma cultura de saúde e segurança constitui uma prioridade para a Light. A gestão da área atua de acordo com os normativos de saúde e segurança do trabalho, estruturados em conformidade com as exigências legais e normas nacionais e internacionais. Os sistemas de gestão de saúde e segurança do trabalho contam com ferramentas automatizadas e os manuais e procedimentos estão disponíveis aos colaboradores na intranet.

A Light possui uma política formal para todas as práticas de empregados e terceiros no que diz respeito a identificar os perigos e tratar os riscos relativos à segurança e saúde ocupacional. Também determina contratualmente que todas as empresas terceirizadas sigam as diretrizes de saúde e segurança da empresa, checando periodicamente essa adesão por meio de auditorias e inspeções de segurança do trabalho.

O Sistema de Saúde e Segurança do Trabalho em vigência fornece a base para o sistema de gerenciamento de risco ocupacional da empresa seguindo os requisitos legais, especificamente a Norma Regulamentadora (NR) 01 do Ministério do Trabalho. Além da norma, o sistema prevê diversos procedimentos que envolvem uma visão de melhoria contínua.

Desde 2012, o Programa Vida potencializa a cultura da segurança e a atitude segura. Trata-se de uma ação permanente que tem feito parte da caminhada da Light, foi relançada em 2022 e que permeia 2023. Ao longo do ano, além de melhorias de processos, o programa apresentou novas iniciativas de conscientização e capacitação.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em 2022, a Companhia investiu R\$21,4 milhões em projetos de P&D - R\$18,2 milhões pela Light SESA e R\$3,2 milhões pela Light Energia. Esses montantes foram destinados a pesquisas para desenvolvimento de novos produtos e serviços, além da gestão do programa de P&D. Em 2023, apenas um projeto foi concluído, sendo este relacionado ao monitoramento integrado de rotina e alerta para segurança de barragens. O projeto foi elaborado pela Light Energia. A Light SESA não teve projetos concluídos no ano de 2023.

Entre os projetos iniciados em 2023, destacam-se:

- (1) Sistema de monitoramento a partir de vibrações acústicas: O projeto busca desenvolver um sistema de diagnóstico operativo de Subestações Isoladas a Gás (GIS) para favorecer o planejamento das manutenções preditivas. Isso é feito por meio da análise de sinais vibro acústicos coletados por instrumentos instalados na Subestação. Com monitoramento contínuo e os sinais captados será possível construir um banco de dados histórico e favorecer o planejamento das intervenções corretivas, para evitar danos nos equipamentos com as consequentes indisponibilidade de fornecimento de energia e os altos custos vinculados as intervenções emergenciais.
- (2) Codificador criptográfico de frequência em baixa tensão para a inibição de perdas não técnicas: O projeto desenvolve um sistema para alteração e correção de frequência da rede via comunicação criptografada. Os equipamentos a serem desenvolvidos devem ser acoplados ao transformador da rede de distribuição e ao medidor de consumo de energia. A variação pré-definida de frequência visa inibir

e inviabilizar as perdas não técnicas (aquelas relacionadas ao furto de energia) na rede de distribuição

Responsabilidade com o Meio Ambiente

Em suas atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, a Light tem como diretriz o uso racional dos recursos naturais e a visão da transição energética para uma matriz de baixo carbono.

Desde 2001, a Companhia possui o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), baseado na ISO 14001, que avalia e monitora os aspectos e impactos de seu parque operacional para que a legislação ambiental vigente seja cumprida, e os padrões de qualidade ambiental, mantidos. Além da certificação na ISO 14001, as usinas e estruturas associadas ao parque gerador de energia possuem certificação das normas ISO 9001, de qualidade; e ISO 45001, de gestão de saúde e segurança ocupacional, formando o Sistema de Gestão Integrado (SGI).

Em sua estrutura de gestão, a Companhia mantém uma equipe dedicada aos cuidados ambientais e acompanhamento do tema pelo Comitê de ESG+. Essa estrutura e suas iniciativas estão diretamente vinculadas à Diretoria, responsável por acompanhar os compromissos relacionados a questões ambientais e prestar contas ao Conselho de Administração.

Em 2023, a Light investiu em ações de manutenção e segurança, educação em projetos ambientais, licenciamento e atendimento à legislação, implantação e manutenção do Sistema de Gestão Ambiental, reflorestamento e contenção de taludes e encostas, remoção de plantas aquáticas e iniciativas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Responsabilidade Social

Historicamente, a Light mantém um relacionamento ativo com as comunidades atendidas por suas operações, contribuindo com o seu desenvolvimento social. A Companhia tem como prioridade se manter presente por meio de iniciativas de estímulo à cultura, esporte, meio ambiente e educação, desenvolvidos de forma própria ou com parcerias com instituições e ONGs aptas a realizar projetos com recursos incentivados. O patrocínio de projetos sociais deve necessariamente contribuir para a promoção do desenvolvimento socioambiental e econômico nos 31 municípios em que atua. A Companhia estabeleceu como critério que esses apoios prevejam o incentivo da inclusão social e da cidadania.

Os princípios da Companhia, pautados na responsabilidade social, estão colocados de forma transparente em sua Política de Patrocínios e no Código de Conduta. E, atualmente, existe uma área dedicada ao tema, com profissionais habilitados para conduzir a estratégia definida e desenvolver as ações distribuídas de forma multidisciplinar pela estrutura da organização.

Durante o ano de 2023 foram iniciados 6 projetos pela Light S.E.S.A. e foi dada continuidade em projetos iniciados em anos anteriores, sendo 14 pela Light S.E.S.A e 5 pela LIGHT Energia, considerando contratos vigentes para desenvolvimento dos projetos.

No âmbito cultural, o programa promovido pelo Museu Light, implantado há 12 anos, consiste em um conjunto de ações educativas que tratam do uso consciente da energia e sua conexão com as temáticas ambientais e visam promover a Agenda 2030 da ONU. As atividades presenciais ocorrem no complexo cultural da Light - Centro Cultural Light, Museu Light da Energia e Teatro Lamartine Babo – e nas sedes de instituições educacionais participantes.

Outra parte das ações se encontra disponibilizada em ambiente virtual - no site do Museu Light, no canal no Youtube e demais perfis nas redes sociais. A manutenção dos projetos tem origem nos recursos do Programa de Eficiência Energética (PEE) da Aneel e os ciclos de atuação das ações inscritas é bienal. Em 2022, os investimentos chegaram a R\$1,2 milhões.

Outras Informações

Audidores independentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 162/22, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (“Deloitte”), firmado em 20 de abril de 2022, com vigência de 60 meses. Em 2023, a Deloitte prestou serviços de auditoria para as companhias do Grupo Light pelo montante de R\$3.396 mil compreendendo a auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e outros serviços relacionados à auditoria, tais como auditoria de demonstrações regulatórias e procedimentos previamente acordados sobre relatório controle patrimonial. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

BALANÇO SOCIAL
 LIGHT S.A

1 - Base de Cálculo	2023 Valor (mil reais)			2022 Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)	14.116.325			13.253.286		
Resultado operacional (RO)	1.541.517			(1.893.435)		
Folha de pagamento bruta (FPB)	471.894			392.279		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	38.693	8%	0%	30.952	8%	0%
Encargos sociais compulsórios	58.246	12%	0%	58.400	15%	0%
Previdência privada	4.557	1%	0%	4.937	1%	0%
Saúde	29.939	6%	0%	24.883	6%	0%
Segurança e saúde no trabalho	465	0%	0%	523	0%	0%
Educação	1.323	0%	0%	1.228	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	190	0%	0%	70	0%	0%
Creches ou auxílio-creche	926	0%	0%	990	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	45.022	10%	0%	25.960	7%	0%
Outros	3.354	1%	0%	3.166	1%	0%
Total - Indicadores sociais internos	182.715	39%	1%	151.109	39%	1%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	2.084	0%	0%	4.380	0%	0%
Cultura	43.160	3%	0%	36.545	-2%	0%
Saúde e saneamento	643	0%	0%	2	0%	0%
Esporte	34.682	2%	0%	38.267	-2%	0%
Outros	32.458	2%	0%	34.737	-2%	0%
Total das contribuições para a sociedade	113.027	7%	1%	113.931	-6%	1%
Tributos (excluídos encargos sociais)	5.409.474	351%	38%	6.127.534	-324%	46%
Total - Indicadores sociais externos	5.522.502	358%	39%	6.241.465	-330%	47%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil R\$)			Valor (mil R\$)		
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	78.274	5%	1%	168.154	-9%	1%
Total dos investimentos em meio ambiente	78.274	5%	1%	168.154	-9%	1%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	4.587			4.475		
Nº de admissões durante o período	794			217		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	5.276			8.649		
Nº de estagiários(as)	30			25		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1.084			1.014		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	852			838		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	26%			27%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	2.607			2.497		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	24%			19%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	164			170		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2023			Metas 2024		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	39,80			ND		
Número total de acidentes de trabalho	47			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> seguirá as normas da	<input type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apoia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 143.553	no Procon 3.730	na Justiça 65.540	na empresa Reduzir 10%	no Procon Reduzir 10%	na Justiça Reduzir 10%
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 99,99%	no Procon 100%	na Justiça 53,0%	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 100%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2023: 10.431.755			Em 2022: 7.774.852		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	77,76% governo 4,86% colaboradores(as) 0,00% acionistas 14,94% terceiros 2,45% Lucro			112,78% governo 6,41% colaboradores(as) 0,00% acionistas 53,76% terceiros - 72,96%		
7 - Outras Informações	*O Resultado operacional não contempla os resultados de equivalência patrimonial					

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS,
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS,**

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

BALANÇO PATRIMONIAL.....	1
BALANÇO PATRIMONIAL.....	2
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	4
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO.....	5
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	6
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO	16
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	17
4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONDOLIDADAS.....	30
5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO	31
6. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA	32
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	33
8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	34
9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES - CONSOLIDADO	34
10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR.....	36
11. TRIBUTOS DIFERIDOS	39
12. OUTROS CRÉDITOS.....	41
13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS - CONSOLIDADO.....	41
14. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO.....	45
15. ATIVO CONTRATUAL - INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO	46
16. INVESTIMENTOS	46
17. IMOBILIZADO.....	48
18. INTANGÍVEL	50
19. FORNECEDORES	50
20. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR.....	51
21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	51
22. DEBÊNTURES.....	54
23. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	57
24. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO.....	67
25. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO.....	73
26. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	75
27. OUTROS DÉBITOS.....	75
28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	75
29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	78
30. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA – CONSOLIDADO	81
31. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	82
32. RESULTADO FINANCEIRO	83
33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	83
34. SEGUROS	91
35. MEIO AMBIENTE	93
36. COMPROMISSOS CONTRATUAIS	92
37. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA	94
38. EVENTOS SUBSEQUENTES	94

LIGHT S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e equivalente de caixa	7	793	2.693	292.066	43.886
Títulos e valores mobiliários	8	540.885	720.172	1.805.005	2.039.665
Contas a receber de clientes	9	-	-	1.304.347	1.005.527
Estoques		-	-	56.855	75.627
Tributos e contribuições a recuperar	10	16.189	30	1.097.532	782.502
Ativos financeiros setoriais	13	-	-	-	157.860
Despesas pagas antecipadamente		2.458	250	28.455	23.309
Dividendos a receber	16	304.825	37.076	-	-
Serviços prestados a receber		-	-	33.112	34.241
Saldos remanescentes de instrumentos financeiros derivativos swaps	33	-	-	13.196	-
Instrumentos financeiros derivativos swaps	33	-	-	16.595	-
Outros créditos	12	16.783	10.091	497.379	401.627
		881.933	770.312	5.144.542	4.564.244
Ativos classificados como mantidos para venda	6	189.022	208.648	189.022	208.648
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		1.070.955	978.960	5.333.564	4.772.892
Contas a receber de clientes	9	-	-	1.416.502	1.416.644
Tributos e contribuições a recuperar	10	-	-	2.634.726	3.674.179
Tributos diferidos	11	-	-	535.506	859.455
Instrumentos financeiros derivativos swaps	33	-	-	-	13.611
Depósitos judiciais	23	955	663	368.346	221.491
Ativos financeiros setoriais	13	-	-	-	41.542
Ativo financeiro da concessão	14	-	-	8.745.526	7.697.294
Partes relacionadas	28	164.940	-	-	-
Outros créditos	12	-	-	-	160
Ativo contratual – infraestrutura em construção	15	-	-	401.712	664.760
Investimentos	16	1.888.174	1.872.899	3.994	43.620
Imobilizado	17	-	-	2.016.713	2.003.637
Intangível	18	288	234	2.051.684	2.467.869
Ativo de direito de uso	25	-	-	208.663	228.949
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.054.357	1.873.796	18.383.372	19.333.211
TOTAL DO ATIVO		3.125.312	2.852.756	23.716.936	24.106.103

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores	19	15.514	1.001	1.706.882	1.506.031
Tributos e contribuições a pagar	20	1.197	641	399.512	238.840
Empréstimos e financiamentos	21	-	-	3.235.841	308.946
Debêntures	22	-	-	7.409.629	652.532
Saldos remanescentes de instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	33	-	-	692.739	43.762
Passivos financeiros setoriais	13	-	-	205.121	911.538
Obrigações trabalhistas		2.992	905	108.997	67.631
Benefícios pós-emprego	24	231	-	29.841	-
Valores a serem restituídos a consumidores	10	-	-	741.205	1.104.698
Obrigações por arrendamento	25	-	-	28.903	24.071
Encargos regulatórios	26	-	-	344.910	283.089
Outros débitos	27	6.278	4.522	600.899	503.328
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		26.212	7.069	15.504.479	5.644.466
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	-	3.464.352
Debêntures	21	-	-	-	6.262.860
Passivos financeiros setoriais	12	-	-	407.113	-
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	34	-	-	-	396.946
Tributos e contribuições a pagar	19	-	-	76.229	161.443
Tributos diferidos	10	-	-	119.000	190.064
Provisões para contingências	23	984	930	3.968.445	3.917.131
Benefícios pós-emprego	24	1.977	-	283.547	277.204
Obrigações por arrendamento	25	-	-	199.947	215.802
Valores a serem restituídos a consumidores	9	-	-	-	647.978
Outros débitos	27	451	-	62.488	83.100
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		3.412	930	5.116.769	15.616.880
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	29	5.392.197	5.392.197	5.392.197	5.392.197
Reserva de capital		18.545	16.637	18.545	16.637
Reservas de lucros		-	3.134.858	-	3.134.858
Prejuízos acumulados		(2.252.788)	(5.657.372)	(2.252.788)	(5.657.372)
Ajustes de avaliação patrimonial		256.095	273.034	256.095	273.034
Outros resultados abrangentes		(318.361)	(314.597)	(318.361)	(314.597)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.095.688	2.844.757	3.095.688	2.844.757
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.125.312	2.852.756	23.716.936	24.106.103

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. .

LIGHT S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

Demonstrações de Resultados	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	30	-	-	14.116.325	13.253.286
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	31.2	-	-	(11.274.845)	(11.271.467)
Custos com energia elétrica	31.3	-	-	(9.336.362)	(8.991.642)
Custos de operação	31.2	-	-	(1.938.483)	(2.279.825)
LUCRO BRUTO		-	-	2.841.480	1.981.819
Despesas gerais e administrativas	31.2	(23.652)	(2.398)	(1.124.826)	(3.495.301)
Outras receitas (despesas) operacionais		(77.774)	(41.297)	(178.686)	(379.953)
Resultado de equivalência patrimonial	16	281.634	(5.637.458)	-	(16.976)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		180.208	(5.681.153)	1.537.968	(1.910.411)
RESULTADO FINANCEIRO	32	75.248	29.492	(721.419)	(3.447.327)
Receita financeira		74.339	40.493	722.020	852.784
Despesa financeira		909	(11.001)	(1.443.439)	(4.300.111)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CSLL		255.456	(5.651.661)	816.549	(5.357.738)
Imposto de renda e contribuição social corrente	11	(294)	(20.542)	(302.173)	(361.874)
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	-	-	(259.214)	47.409
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		255.162	(5.672.203)	255.162	(5.672.203)
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	29.7	0,70	(15,46)	0,70	(15,46)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

Demonstração de Resultado Abrangente	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Lucro (prejuízo) do exercício		255.162	(5.672.203)	255.162	(5.672.203)
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes					
Perda sobre passivos atuariais, líquido de tributos	29.6	(3.764)	(213.104)	(3.764)	(213.104)
TOTAL DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO		251.398	(5.885.307)	251.398	(5.885.307)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Em milhares de reais)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Notas	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		RESERVA ESPECIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	TOTAL
				RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS					
Saldos em 31 dezembro de 2021		5.392.197	18.462	397.019	2.422.486	315.353	-	289.077	(101.493)	8.733.101
Reversão de reserva especial	29	-	-	-	315.353	(315.353)	-	-	-	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	29.5	-	-	-	-	-	14.831	(16.043)	-	(1.212)
Opções de ações outorgadas (<i>stock options</i>)	28	-	(1.825)	-	-	-	-	-	-	(1.825)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(5.672.203)	-	-	(5.672.203)
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em exercícios subsequente - benefícios pós-emprego		-	-	-	-	-	-	-	(213.104)	(213.104)
Perda de passivo atuarial, líquido de tributos	29.6	-	-	-	-	-	-	-	(213.104)	(213.104)
Saldos em 31 dezembro de 2022		5.392.197	16.637	397.019	2.737.839	-	(5.657.372)	273.034	(314.597)	2.844.757
Transferências de reservas - absorção de prejuízo acumulados	29.2.2	-	-	(397.019)	(2.737.839)	-	3.134.858	-	-	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	29.5	-	-	-	-	-	14.564	(16.939)	-	(2.375)
Opções de ações outorgadas (<i>stock options</i>)	28	-	1.908	-	-	-	-	-	-	1.908
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	255.162	-	-	255.162
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em exercícios subsequente - benefícios pós-emprego		-	-	-	-	-	-	-	(3.764)	(3.764)
Perda de passivo atuarial, líquido de tributos	29.6	-	-	-	-	-	-	-	(3.764)	(3.764)
Saldos em 31 dezembro de 2023		5.392.197	18.545	-	-	-	(2.252.788)	256.095	(318.361)	3.095.688

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		(71.096)	697.508	1.395.924	200.763
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL		255.456	(5.651.661)	816.549	(5.357.738)
Ajustado por:					
Despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e amortização dos custos	33	-	-	813.623	931.808
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	8 e 31	-	-	452.109	1.116.763
Depreciação e amortização	31	-	-	786.623	730.767
Provisão e atualização financeira para contingências e de depósitos judiciais		54	415	294.850	1.048.750
Provisão e atualização financeira para contingência - PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS		-	-	135.567	2.742.784
Perda (ganho) na venda ou baixa de intangível, imobilizado, investimento e arrendamento		1.878	-	82.799	93.791
Perdas cambiais e monetárias de atividades financeiras	32	-	-	(58.297)	16.260
Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis		(5.143)	8.176	(17.298)	19.422
Juros sobre obrigações de arrendamento	25	-	-	27.734	27.768
Variação swap	33	-	-	263.250	1.046.437
Resultado de equivalência patrimonial	16	(281.634)	5.637.458	-	16.976
Atualização financeira dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS		-	-	(167.021)	(76.608)
Opções de ações outorgadas (stock options)	28	1.908	(1.825)	1.908	(1.825)
Benefício pós-emprego		23	-	27.317	63.193
Provisão para perda de investimento	6	19.626	94.453	19.626	102.168
Ganho na alienação de participação em controladas em conjunto	16	-	(53.250)	-	(56.761)
Valor justo do ativo financeiro da concessão	14 e 32	-	-	(353.413)	(38.365)
Constituição e atualização de ativos e passivos financeiros setoriais		-	-	40.117	360.830
Variações nos ativos e passivos		(63.264)	663.742	(1.770.119)	(2.585.657)
Títulos e valores mobiliários		(62.124)	(34.707)	(156.339)	(288.089)
Contas a receber de clientes		-	-	(744.641)	110.401
Dividendos recebidos		-	716.773	-	-
Tributos, contribuições e impostos, líquido		(13.729)	(1.000)	911.125	394.346
Ativos e passivos financeiros setoriais		-	-	(1.244.717)	(291.431)
Estoques		-	-	18.772	(9.968)
Serviços prestados a receber		-	1.474	8.363	(32.138)
Despesas pagas antecipadamente		(2.208)	103	(5.109)	5.535
Depósitos vinculados a litígios		(292)	(151)	(143.335)	(7.809)
Outros créditos		(1.549)	(2.326)	(90.044)	133.436
Fornecedores		14.513	643	181.638	(644.931)
Obrigações trabalhistas		2.087	(2.188)	38.461	(36.861)
Pagamento das provisões para contingências		-	-	(377.051)	(321.771)
Encargos regulatórios		-	-	61.821	(32.040)
Outros débitos		2.206	2.621	71.246	(76.541)
Instrumentos financeiros derivativos swaps		-	-	(27.399)	(432.906)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	21 e 22	-	-	(117.547)	(876.074)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.168)	(17.500)	(155.363)	(178.816)
Caixa líquido consumido pelas (aplicado nas) atividades de investimento		69.196	(600.312)	(360.494)	152.267
Recebimento na venda de investimentos		-	-	24.799	-
Partes relacionadas - Light SESA	28	(164.940)	-	-	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado		-	-	(118.171)	(307.759)
Aquisições de bens do ativo intangível e do ativo contratual		(54)	(234)	(654.971)	(1.162.533)
Recebimento pela venda de participações		-	94.696	-	191.707
Aumento de capital nas investidas	16	(7.221)	(71.956)	(3.621)	(25.768)
Resgate/(aplicação) de aplicações financeiras		241.411	(622.818)	391.470	1.456.620
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		-	(94.512)	(787.250)	(705.921)
Dividendos pagos		-	(94.512)	-	(94.512)
Pagamento de obrigações por arrendamento	25	-	-	(52.526)	(54.846)
Captação, líquida dos custos de captação, de empréstimos, financiamentos e debêntures e das cotas subordinadas – FDIC	21 e 22	-	-	65.939	1.334.164
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	21 e 22	-	-	(800.663)	(1.890.727)
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		(1.900)	2.684	248.180	(352.891)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.693	9	43.886	396.777
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		793	2.693	292.066	43.886

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

Demonstração do Valor Adicionado	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Receitas		-	-	21.187.937	20.727.781
Venda de mercadorias, produtos e serviços		-	-	20.888.112	20.429.662
Receitas referentes à construção de ativos próprios		-	-	751.934	1.414.882
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	31	-	-	(452.109)	(1.116.763)
Insumos adquiridos de terceiros		(84.706)	(45.440)	(10.691.579)	(12.844.512)
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	31.3	-	-	(9.336.362)	(8.991.642)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(84.706)	(45.440)	(1.355.217)	(3.852.870)
Valor adicionado bruto		(84.706)	(45.440)	10.496.358	7.883.269
Retenções		-	-	(786.623)	(730.767)
Depreciação e amortização	31	-	-	(786.623)	(730.767)
Valor adicionado líquido produzido		(84.706)	(45.440)	9.709.735	7.152.502
Valor adicionado recebido em transferência		355.973	(5.596.965)	722.020	835.808
Resultado de equivalência patrimonial	16	281.634	(5.637.458)	-	(16.976)
Receitas financeiras	32	74.339	40.493	722.020	852.784
Valor adicionado total a distribuir		271.267	(5.642.405)	10.431.755	7.988.310
Distribuição do valor adicionado		271.267	(5.642.405)	10.431.755	7.988.310
Pessoal		14.898	(3.547)	506.759	498.256
Remuneração direta		14.261	(4.121)	356.513	354.317
Benefícios		468	397	121.062	106.232
FGTS		169	177	28.500	37.240
Outros		-	-	684	467
Impostos, taxas e contribuições		4.888	23.387	8.111.243	8.768.694
Federais		4.885	23.379	4.896.235	4.501.889
Estaduais		-	-	3.192.253	4.249.079
Municipais		3	8	22.755	17.726
Remuneração de capitais de terceiros		(3.681)	9.958	1.558.591	4.393.563
Juros		(4.735)	8.937	1.454.060	4.289.211
Aluguéis		1.054	1.021	104.531	104.352
Remuneração de capitais próprios		255.162	(5.672.203)	255.162	(5.672.203)
Lucros (prejuízos) do exercício	29	255.162	(5.672.203)	255.162	(5.672.203)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Light S.A. - Em Recuperação Judicial (“Light” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil, cujo objeto social principal é a participação no capital de outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indireta no capital de outras empresas, a prestação de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos.

A Light S.A. – Em Recuperação Judicial é uma Companhia Aberta sem acionista controlador (“full Corporation”) e sem acordo de acionistas.

A Companhia é listada na “B3” (Brasil, Bolsa, Balcão) no segmento do Novo Mercado (“NM”), sob a sigla LIGT3 e no mercado de balcão americano (Over-the-Counter - OTC), sob a sigla LGSXY.

As controladas, controladas em conjunto e coligadas da Light compõem o Grupo Light (“Grupo Light” ou “Grupo”). As informações sobre as operações do Grupo são apresentadas na nota explicativa nº 2.4 sobre operações entre partes relacionadas são apresentadas na nota explicativa nº 28.

1.1 Continuidade operacional

A Companhia possui indiretamente o direito de explorar concessões e/ou autorização de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, através de suas controladas Light SESA, Light Energia e Lightcom. Seguem as principais informações das demonstrações financeiras dessas controladas e do consolidado:

Descrição	Light SESA		Light Energia		Lightcom		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Lucro (prejuízo) do exercício	(171.794)	(5.816.335)	368.101	146.311	72.744	87.071	255.162	(5.672.203)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	865.984	(119.754)	533.392	227.617	71.584	105.318	1.395.924	200.763
Capital circulante líquido positivo (negativo)	(10.036.581)	(2.443.501)	(1.205.861)	432.497	1.807	158.059	(10.170.915)	(871.574)
Empréstimos, financiamentos, debentures, instrumentos financeiros derivativos swaps remanescentes e instrumentos financeiros derivativos swaps	9.499.717	955.701	1.808.702	49.424	-	-	11.308.418	1.005.240

classificados no
circulante

A Administração entende que o Grupo Light apresenta situação operacional e financeira complexa, com:

- i. elevado nível de endividamento;
- ii. geração de caixa operacional historicamente insuficiente para honrar os compromissos;
- iii. elevado índice de perdas não técnicas (furto de energia) e inadimplência;
- iv. dificuldade de atuação em áreas de severa restrição operacional;
- v. proximidade do final do contrato de concessão e incerteza quanto à renovação.

Esta situação foi agravada pelo(a):

- i. aumento das taxas de juros SELIC nos últimos anos;
- ii. efeitos da determinação de devolução de cerca de R\$2,8 bilhões de créditos decorrentes da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, como explicitado em mais detalhes nas notas explicativas nos 10.1 e 23.1.5;
- iii. deterioração macroeconômica da área de concessão desde 2015 e mais recentemente agravada pela pandemia de COVID-19.

A Administração informa que o Grupo Light não possui linhas de créditos contratadas e disponíveis para utilização em 31 de dezembro de 2023 ou até a data de aprovação destas demonstrações financeiras.

A concessão da controlada Light SESA, a distribuidora de energia elétrica do Grupo, vencerá em junho de 2026 e as concessões da controlada Light Energia, geradora de energia do Grupo, vencerão entre março e junho de 2028. A Administração entende que determinados cenários para o futuro do Grupo Light dependem: (i) da necessidade de processo formal de renovação da concessão; e (ii) da necessidade de negociação dos termos e condições da nova concessão, que não estão sob controle da Administração do Grupo Light.

O contrato de concessão da controlada Light SESA requer a apuração de indicadores de sustentabilidade econômico-financeiro, segundo normas da ANEEL. A ANEEL, por meio do Despacho 2.076 de 27 de junho de 2023, suspendeu os ritos relacionados ao processo de apuração de cumprimento dos referidos indicadores de todas as distribuidoras de energia elétrica. Desta forma, os indicadores de sustentabilidade econômico-financeiro da Light SESA para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 mensurados pela Companhia, cujo resultado indicou descumprimento para o exercício de 2022 ainda não foi homologado de forma definitiva pela ANEEL. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as apurações encontram-se suspensas.

A Light S.A. – Em Recuperação Judicial ingressou com o pedido de recuperação judicial que, entre outros fatores, ensejou o vencimento antecipado dos empréstimos, financiamentos, debêntures e determinados instrumentos financeiros derivativos, conforme previsto contratualmente, razão pela qual encontram-se classificados no passivo circulante em 31 de dezembro de 2023. A Light S.A. – Em Recuperação Judicial, obteve o deferimento do pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei nº 11.101/05 que disciplina recuperações judiciais e, portanto, os pagamentos das parcelas das dívidas estão suspensos e não foram realizados pela Companhia e pelas controladas Light SESA e Light Energia nas datas contratuais originais.

A Administração tem envidado e continuará a envidar esforços para permitir a continuidade operacional da Companhia, que incluem, em adição ao pedido de recuperação judicial e solicitação de prorrogação de concessões abaixo descritos, uma combinação de estratégias que compreendem principalmente: (i) utilização de recursos próprios existentes no período; (ii) utilização de recursos oriundos da venda de ativos, cuja venda possui elementos que não estão totalmente sob o controle da Administração do Grupo Light; (iii) utilização de recursos oriundos do fluxo de caixa operacional da Light SESA, cuja estabilidade é razoavelmente previsível pela existência de base sólida de clientes cativos, volume de energia relativamente previsível, tarifas estabelecidas pela ANEEL e concessão de distribuição de energia elétrica válida até junho de 2026; (iv) utilização de recursos oriundos do fluxo de caixa operacional de outras companhias do Grupo Light; (v) obtenção de extensão de prazos de pagamento junto a fornecedores e credores, cuja extensão não está sob o controle da Administração do Grupo Light e pode implicar em custos financeiros adicionais em decorrência de multas, custos para obtenção de *waivers*, novos encargos financeiros ou na declaração de vencimentos antecipados; (vi) utilização de recursos oriundos de captação junto a instituições financeiras ou mercado de capitais, cujo cenário apresenta restrições tendo em vista os rebaixamentos dos *ratings* do Grupo Light pelas agências de ratings que podem implicar em elevados custos de captação de novas dívidas e até mesmo significar a indisposição dos credores em efetuar novos empréstimos e financiamentos para o Grupo Light; (vii) utilização de recursos oriundos de aumento de capital, cujo êxito não está sob o controle da Administração do Grupo Light; (viii) redução dos investimentos em infraestrutura que não implique em prejuízo na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e indicadores de qualidade exigidos pelo contrato de concessão da Light SESA; (ix) atuação no âmbito regulatório para o reconhecimento adequado das perdas não-técnicas regulatórias e ajustes de redução de mercado da Light SESA; (x) atuação no âmbito jurídico/legal para reversão da destinação integral dos créditos de PIS/COFINS, como os mandados de segurança já impetrados e a Ação Direta de Inconstitucionalidade pela ABRADDEE – Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica da Light SESA; e (xi) renovação da concessão de distribuição e geração de energia em bases sustentáveis.

Neste contexto, para apoiar e assessorar o Grupo Light a lograr as diversas estratégias mencionadas acima, a Administração contratou consultores, assessores legais, regulatórios e financeiros. As duas principais iniciativas em andamento são:

1.1.1 Recuperação Judicial

Conforme amplamente divulgado ao mercado, o Grupo Light vem avaliando alternativas e empreendendo esforços na busca do equacionamento de suas obrigações financeiras. Embora siga avançando nesse sentido, e não obstante os esforços empreendidos nos últimos meses, os desafios oriundos da atual situação econômico-financeira do Grupo Light se mantêm, o que demandou a tomada de outras medidas para proteção da Companhia e seus *stakeholders* até que seja possível implementar o equacionamento do endividamento e a readequação da estrutura de capital dela.

Em 10 de abril de 2023, a Administração ajuizou Medida Cautelar, através da qual ficaram suspensas a exigibilidade de obrigações financeiras, bem como também ficaram suspensos os efeitos de decretação de vencimento antecipado ou amortização acelerada de dívidas, entre outras determinações.

Em 12 de maio de 2023, a Light S.A. – Em Recuperação Judicial apresentou o pedido principal de Recuperação Judicial na 3ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, processo nº 0843430-58.2023.8.19.0001, pedido este aprovado pelo Conselho de Administração e posteriormente ratificado em AGE ocorrida em 07 de junho de 2023.

Em 15 de maio de 2023, o juízo da 3ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro deferiu o processamento da recuperação judicial da Light S.A. – Em Recuperação Judicial, e, considerando a emenda relativa ao pedido de tutela provisória de urgência em caráter incidental ao pedido principal de recuperação judicial, deferiu, com amparo no poder geral de cautela previsto no art. 297 do CPC, a proteção das concessionárias para garantir à efetividade da recuperação judicial unicamente à holding porque as dívidas da recuperanda Light S.A. – Em Recuperação Judicial foram constituídas em coobrigação com aquelas, até a homologação judicial do Plano de Recuperação Judicial a ser deliberado em Assembleia Geral de Credores. Embora Light SESA e Light Energia não estejam em recuperação judicial, a existência de coobrigação nas dívidas submetidas à reestruturação e a necessidade de resguardar seu patrimônio, considerando o aspecto social de seu serviço essencial, a preservação das empresas e a viabilidade de sua atividade econômica, embasaram tal proteção a elas apenas nas dívidas espelhadas, não afetando, portanto, nenhuma obrigação que seja exclusiva das concessionárias, como as setoriais, consumeristas, trabalhista e outras.

Foram interpostos recursos (agravos de instrumento) questionando a decisão que deferiu o pedido de recuperação judicial da Light S.A. – Em Recuperação Judicial e estendeu os efeitos do *stay period* previsto na Lei nº 11.101 de 2005 às concessionárias Light SESA e Light Energia. Todos os recursos tiveram seus pedidos de efeito suspensivo negado pelo Desembargador Relator e ainda não foram julgados definitivamente pela 12ª Câmara de Direito Privado do TJ/RJ.

Com o deferimento do pedido, ficaram mantidos todos os contratos e instrumentos relevantes para a operação do Grupo Light e de suas controladas, como fianças, seguros garantia e contratos de venda de energia; foram suspensas a eficácia das cláusulas de rescisão de contrato tendo como causa o próprio pedido de RJ; assim como foi determinado a manutenção e adimplemento das obrigações operacionais e setoriais da Light SESA e da Light Energia; todas as ações e execuções contra a Light S.A. – Em Recuperação Judicial foram suspensas, e foi proibida qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre seus bens, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial, ratificando os efeitos da tutela cautelar deferida em 12 de abril de 2023. Ademais, ficou determinado que a Light S.A. – Em Recuperação Judicial apresentasse o plano de recuperação no prazo legal.

A Lei nº 11.101/05 regulamenta os prazos e o processo de recuperação judicial. Em 14 de julho de 2023, a Light S.A. – Em Recuperação Judicial na condição de devedora recuperanda, e a Light SESA e a Light Energia exclusivamente como intervenientes – coobrigadas pelos créditos concursais, protocolaram Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”).

O PRJ originalmente proposto apresentou diversas opções de pagamento aos seus credores, uma vez que a dívida do Grupo Light é composta por um universo heterogêneo de credores: são mais de 40 mil investidores pessoa física e mais de 250 fundos de investimento e instituições financeiras, nacionais e estrangeiros.

Em 2 de outubro de 2023, a Light Energia protocolou nos autos do processo de recuperação judicial da Light S.A. – Em Recuperação Judicial, petição requerendo a sua remoção da relação jurídico-processual no âmbito da Recuperação Judicial, sujeita à conclusão satisfatória das referidas negociações extrajudiciais com seus credores e demais stakeholders, a ser oportunamente informada ao Juízo da RJ. Até a data da aprovação destas demonstrações financeiras, ainda não ocorreu a conclusão das negociações extrajudiciais com os credores e stakeholders, assim como, não ocorreu a remoção da relação jurídico-processual no âmbito da Recuperação Judicial da Light S.A. – Em Recuperação Judicial.

Em 10 de outubro de 2023, o juízo deferiu a prorrogação do *stay period* à Light S.A. – Em Recuperação Judicial e a manutenção da proteção de Light SESA e Light Energia, por mais 180 dias, contados a partir do dia 12 de outubro de 2023, com previsão de término em 09 de abril de 2024.

Em 21 de fevereiro de 2024, em razão do final do prazo no Acordos de Confidencialidade assinado por conta das negociação (*blowout*), a Light S.A. – Em Recuperação Judicial divulgou fato relevante em que informa, que a Companhia esteve engajada em extensas interações e negociações mantidas com alguns de seus principais credores financeiros e outros stakeholders, com vistas ao atingimento de um acordo quanto a termos e condições de uma nova proposta para reestruturação de seu endividamento financeiro, a ser apresentada pela Companhia, na forma de uma versão atualizada do seu plano de recuperação, no âmbito do seu processo de recuperação judicial, autuado sob o nº 0843430-58.2023.8.19.0001, em trâmite perante a 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

No contexto das referidas interações e negociações, a Companhia celebrou acordos de confidencialidade (“Acordos de Confidencialidade”) com determinados credores detentores de *bonds* e/ou debêntures emitidos pela Light Serviços de Eletricidade S.A. e pela Light Energia S.A., para fins de compartilhamento de informações materiais não públicas (“Informações Confidenciais”).

Depois de assinados os Acordos de Confidencialidade, representantes da Companhia e seus assessores jurídicos e financeiros (“Assessores da Companhia”) realizaram reuniões pessoalmente, por telefone ou por videoconferência com os credores detentores dos títulos referidos acima e seus assessores jurídicos e financeiros para discutir a reestruturação de dívidas sujeitas à Recuperação Judicial e possíveis medidas e estruturas a serem adotadas pela Companhia e suas subsidiárias para o seu soerguimento. De acordo com os termos e condições dos Acordos de Confidencialidade, a Companhia obrigou-se perante os referidos credores tornar públicas, após um período estabelecido nos Acordos de Confidencialidade, certas Informações Confidenciais fornecidas a eles pela Companhia (“Materiais”).

Os materiais consistem em apresentações elaboradas pela Companhia e seus assessores financeiros com informações financeiras e os termos e condições propostos pela Companhia para a reestruturação do seu endividamento financeiro.

Em reunião realizada em 23 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração da Light S.A. - Em Recuperação Judicial na condição de devedora recuperanda, e a Light SESA e a Light Energia exclusivamente como intervenientes – coobrigadas pelos créditos concursais, aprovou os termos e condições revisados do plano de recuperação judicial modificativo (“PRJ Modificativo”), no âmbito

do processo de recuperação judicial da Companhia, autuado sob o nº 0843430-58.2023.8.19.0001, em curso perante a 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, bem como a apresentação do PRJ Modificativo nos autos da Recuperação Judicial.

O PRJ Modificativo visa a adequar determinados termos e condições anteriormente propostos com vistas a um maior alinhamento com os interesses dos credores da Companhia e outros stakeholders, a superação da atual situação econômico-financeira da Companhia e seus eventuais reflexos e, sobretudo, a continuidade da prestação dos serviços essenciais no âmbito das concessões de titularidade do Grupo Light, a preservação de valor e a promoção de sua função social.

O referido PRJ Modificativo prevê, dentre outras medidas, o aporte de recursos na Companhia, mediante aumento de capital; a capitalização de determinados créditos, mediante a emissão de títulos conversíveis; bem como o pagamento integral de detentores de créditos de menor montante.

Em 26 de fevereiro de 2024, determinados credores apresentaram manifestação, por meio da qual alegaram necessária a postergação das Assembleias Geral de Credores (“AGCs”) designadas para os dias 21 e 28 de março de 2024, para que houvesse tempo hábil para o procedimento de individualização dos créditos até a realização das referidas AGCs.

Em 05 de março de 2024, a Light S.A. – Em Recuperação Judicial apresentou manifestação, não se opondo a postergação das AGCs, conforme proposto por determinados credores. Ainda, pleiteou (i) a postergação do *stay period* até o encerramento definitivo das AGCs; bem como (ii) a homologação do edital do Administrador Judicial de individualização dos créditos.

Em 08 de março de 2024, o Juízo deferiu a postergação das AGCs, para os dias 25 de abril de 2024 e 03 de maio de 2024, em primeira e segunda convocação, respectivamente.

Em 15 de março de 2024, a Light S.A. – Em Recuperação Judicial reiterou o requerimento de que os efeitos do *stay period* sejam prorrogados até o encerramento definitivo das AGCs, que aguarda deliberação do Juízo.

Até a data da aprovação destas demonstrações financeiras o Plano de Recuperação Judicial Modificativo ainda não foi votado (aprovado/reprovado) pelos credores, considerando as novas datas previstas para a Assembleia Geral de Credores e, portanto, ainda não homologado judicialmente.

1.1.2 Prorrogação das concessões e aspectos regulatórios

No âmbito regulatório, em 02 de junho de 2023, a Light SESA, requereu a prorrogação da outorga da concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica pelo período de 30 (trinta) anos, com fundamento no art. 4º, §3º, da Lei nº 9.074/1995 e no Contrato de Concessão nº 001/1996 DNAEE. A prorrogação do prazo da concessão de distribuição está sob controle e critério exclusivo do poder concedente. Em 22 de junho de 2023, por meio da Portaria 737, o Ministério das Minas e Energia (MME) instaurou a Consulta Pública nº 152 com vistas a colher subsídios para prorrogação das concessões de distribuição de energia vincendas.

Em 02 de junho de 2023, a Light Energia, requereu a prorrogação da outorga da concessão de geração dos empreendimentos, bem como das respectivas instalações de transmissão de interesse restrito, que são consideradas parte integrante das concessões de geração de energia elétrica, pelo período de 20 (vinte) anos, com fundamento no art. 4º, §2º, da Lei nº 9.074/1995 (com redação dada pela Lei nº 10.848/2004)¹, nas Subcláusulas Primeira e Segunda da Cláusula Segunda do Contrato de Concessão nº 005/2017 e nas Subcláusulas Primeira e Segunda da Cláusula Décima Quarta do Contrato de Concessão nº 32/2018. A prorrogação do prazo das concessões de geração e transmissão estão sob controle e critério exclusivo do poder concedente.

A Companhia tem mantido a ANEEL atualizada de todas as discussões, incluindo sobre o tema relacionado ao plano de recuperação judicial da Light S.A. – Em Recuperação Judicial com a finalidade principal de manter o equilíbrio econômico-financeiro da sua controlada Light SESA. Importante ressaltar que a Companhia se mantém adimplente com todas as suas obrigações operacionais e intrasetoriais, atendendo as metas de qualidade estabelecidas pela ANEEL quanto à prestação de serviço público de energia elétrica à população.

A Light SESA possui em aberto com a ANEEL um processo administrativo em curso de monitoramento econômico-financeiro, no âmbito do qual se discutem diferentes aspectos que vêm afetando, incluindo, como é de conhecimento do mercado em geral, o problema estrutural da concessão decorrente das peculiaridades da área por ela coberta, marcada por elevadíssimos índices de perdas não técnicas.

Em 2 de maio de 2023, a Light SESA submeteu um plano de recuperação das condições econômico-financeira para avaliação e consideração da ANEEL. Em 04 de julho de 2023 a Light SESA recebeu o Termo de Intimação (TI) 003/2023 relativo ao plano de recuperação. Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras a resposta da Light SESA ao mencionado TI, enviada em 19 de julho de 2023, encontra-se em análise, em processo específico, pela ANEEL.

1.1.3 Considerações da Administração

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas baseadas no princípio da continuidade operacional, e contemplam a realização dos ativos e liquidação dos passivos no curso normal dos negócios. Adicionalmente, a aprovação do plano de recuperação judicial modificativo ou qualquer alteração ao plano, poderá impactar materialmente os valores e as classificações de ativos e passivos registrados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as quais também não contemplam nenhum ajuste relacionado a recuperabilidade de ativos ou mensuração de passivos ou quaisquer outros ajustes que possam ser necessários caso a Companhia não continue operacional ou como resultado do plano de recuperação judicial.

A continuidade operacional da Companhia está sujeita ao sucesso do plano de recuperação judicial, e muito embora a Administração continue perseguindo e envidando os melhores esforços nas diversas estratégias mencionadas acima, não há garantia de que a Companhia obtenha êxito, visto que parte relevante dos elementos das estratégias não está sob o controle da Administração da Companhia, existindo, portanto, uma incerteza sobre o sucesso delas. Os eventos e condições, anteriormente mencionados, individual ou coletivamente, indicam, no julgamento da Administração da Companhia, a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade operacional das empresas do Grupo Light.

1.2 Entidades do Grupo

A Companhia possui participação societária nas seguintes controladas e controladas em conjunto cujos objetivos principais são distribuição, geração e comercialização de energia elétrica:

Sociedade	Natureza jurídica	Atividade	Localidade
CONTROLADAS			
Light Serviços de Eletricidade S.A.	Capital aberto	Distribuição de energia elétrica, com área de concessão abrangendo 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital.	Rio de Janeiro
Light Energia S.A.	Capital aberto	Estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração e transmissão, comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados.	Rio de Janeiro
Lajes Energia S.A.	Capital fechado	Análise da viabilidade técnica e econômica, a elaboração do projeto, a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da PCH Lajes, com potência nominal de 17 MW ^(a) . Em 08 de julho de 2014, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 4.734/14 que transferiu a concessão da PCH Lajes da Light Energia para a Lajes Energia.	Rio de Janeiro
Light Com Comercializadora de Energia S.A. ("Lightcom")	Capital fechado	Compra, venda, importação, exportação de energia e a prestação de serviços de consultoria no setor de energia.	Rio de Janeiro
Light Soluções em Eletricidade Ltda.	Limitada	Prestação de serviços aos clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral.	Rio de Janeiro
Instituto Light	Pessoa Jurídica	Participar em projetos sociais e culturais, com interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades, reafirmando a vocação da Companhia como empresa cidadã.	Rio de Janeiro
Light Conecta Ltda.	Capital fechado	Realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica, bem como, a realização de compra, venda, importação, exportação de energia elétrica, térmica, gases e utilidades industriais, prestação de serviços de consultoria no setor de energia, locação de bens móveis e imóveis, além de aquisição e comercialização de mercadorias vinculadas à atividade e realização de estudos, projetos, implementação, operação e manutenção de obras, construções e instalações, de qualquer natureza ou especialidade.	Rio de Janeiro
Axxiom Soluções Tecnológicas ("Axxiom")	Capital fechado	Oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, gás, água, esgoto e demais empresas de utilidades. Em 14 de abril de 2023, foi finalizada a operação de compra dos 49% da participação pertencentes a CEMIG foi concluída, conforme nota explicativa nº 16.2.	Minas Gerais
CONSÓRCIO			
Consórcio UHE Itaocara	Capital fechado	Constituído para a exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara, controlada em conjunto pela Light Conecta (51%) e pela Cemig GT (49%). Em 30 de abril de 2015, o Consórcio UHE Itaocara sagrou-se vencedor no Leilão A-5 realizado pela ANEEL, relacionado à concessão da Usina Hidrelétrica de Itaocara. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração provisionou 100% desse investimento por não ter expectativa de recuperabilidade futura.	Rio de Janeiro
CONTROLADAS EM CONJUNTO			
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	Capital fechado	Controlada em conjunto pela Light Conecta (51%) e pela Cemig GT (49%), foi constituída para construir a UHE Itaocara e tem como objeto a concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica Itaocara I, conforme contrato de concessão nº01/2015 celebrado com a União. O Projeto Itaocara não será desenvolvido e a UHE Itaocara S.A. rescindiu a totalidade dos seus contratos de venda de energia (CCEARs) e está buscando com a ANEEL uma solução equilibrada para a devolução da concessão.	Rio de Janeiro
Amazônia Energia S.A. ("Amazônia Energia")	Capital fechado	Participar e administrar o capital social da Norte Energia S.A. ("NESA"), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Controlada em conjunto pela Light S.A. – Em Recuperação Judicial (25,5%) e pela Cemig GT (74,5%), a participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital.	Brasília

^(a) Não auditado pelos auditores independentes

1.3 Concessões do Grupo Light

Segue abaixo o resumo das concessões do Grupo Light vigentes em 31 de dezembro de 2023:

Concessões	Contrato de concessão	Data de vencimento
Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light SESA")	Junho de 1996	Junho de 2026
Light Energia S.A. ("Light Energia") ^(a)	Junho de 1996	Entre março e julho de 2028
Lajes Energia S.A. ("Lajes Energia")	Julho de 2014	Mai de 2026

(a) A controlada Light Energia possui o direito de explorar concessões de geração de energia elétrica. Sendo seus principais contratos:

Empreendimentos	Descrição	Capacidade instalada	Localidade
Pereira Passos	Usina Hidrelétrica Pereira Passos	100 MW	Complexo Hidrelétrico de Lajes Pirai - RJ
Nilo Peçanha	Usina Hidrelétrica Nilo Peçanha	380 MW	Complexo Hidrelétrico de Lajes Pirai - RJ
Ilha dos Pombos	Usina Hidrelétrica Ilha dos Pombos	187 MW	Carmo - RJ
Santa Branca	Usina Hidrelétrica Santa Branca	56 MW	Santa Branca - SP
Fontes Novas	Usina Hidrelétrica Fontes Novas	132 MW	Complexo Hidrelétrico de Lajes Pirai - RJ
Lajes energia	Usina Hidrelétrica Fontes Novas	17 MW	Complexo Hidrelétrico de Lajes Pirai - RJ

A controlada Light SESA, por ser uma concessionária de distribuição de energia elétrica e não controlar os ativos subjacentes, aplica o IFRIC 12/ICPC 01 e utiliza o modelo bifurcado em virtude das empresas do segmento serem remuneradas: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão (ativo financeiro da concessão); e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica (ativo intangível).

As controladas Light Energia e Lajes Energia, estão fora do escopo de aplicação do IFRIC 12/ICPC 01, pois tais controladas não utilizam tarifas definidas pelo Poder Concedente.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Em 25 de março de 2024, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 33) e ativos mantidos para venda (nota explicativa nº 5), mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, respectivamente.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem divergir dessas estimativas. As revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estão sendo ajustadas e nos exercícios prospectivos.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se aos registros dos efeitos decorrentes de:

Notas	Estimativa e julgamentos significativos
1.1	Continuidade operacional
6	Estimativa de valor justo de ativo não circulante mantido para venda
9	Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)
10	Realização dos créditos de PIS e COFINS sobre ICMS e valores a serem restituídos a consumidores
11	Recuperação do IRPJ e CSSL diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias
13	Ativos e passivos financeiros setoriais
14	Ativo financeiro da concessão
17	Imobilizado
17	Intangível
23	Provisões para contingências
24	Benefícios pós-emprego
28.1	Pagamento baseado em ações
30	Fornecimento não faturado
31	Provisão para compra de energia elétrica comprada para revenda
33	Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

3.1 Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata e um montante conhecido de caixa e estando

sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica com equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação;

3.2 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando o Grupo for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo acrescidos dos custos incorridos para sua obtenção. Um ativo financeiro deve após o seu reconhecimento inicial ser mensurado pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado.

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição. São mensurados pelo valor novo de reposição (“VNR”), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação são reconhecidos no resultado.

Nesta categoria encontram-se também os certificados de depósito bancário (CDB), as cotas de fundos de investimento e os instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros derivativos (operações de *swap*) são instrumentos mantidos para regular as exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Custo amortizado

Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo e estão sujeitos a *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Encontram-se nesta categoria o numerário disponível, os valores a receber com clientes, serviços prestados a receber, depósitos vinculados a litígios, ativos e passivos financeiros setoriais, valores a receber de partes relacionadas, outros créditos, fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, obrigações por arrendamento mercantil e outros débitos.

Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- O Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado;

3.3 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. O Grupo não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa seus derivativos como:

Hedge do valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido.

Para *hedges* de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do *hedge*, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de *hedge* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

3.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo fornecimento de energia elétrica, e o suprimento de energia elétrica, faturada e a faturar, comercialização de energia, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento, encargos de uso da rede elétrica e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). O valor a faturar é apurado por estimativa reconhecido pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras.

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das perdas esperada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). O Grupo utiliza uma matriz de provisão para calcular a PECLD para as contas a receber. A matriz de provisão considera um *aging list* de 12 meses segregado por classe de consumo e uma projeção de expectativa de recebimento para os próximos 36 meses, a partir de uma base estatística de expectativa de recebimentos, a qual proporciona uma melhor aderência a expectativa de recebimento efetivo dos montantes em aberto no contas a receber da Companhia. A aplicação da matriz está segregada em faturamento regular e parcelado e faturas oriundas da aplicação de Termos de Ocorrência de Inspeção ("TOI") geradas através da identificação de irregularidades na medição de consumo de determinado cliente, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). O Grupo revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Além disso, quando aplicável, para o segmento de poder público, iluminação pública e serviço público são consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo critério julgamental que reporte a expectativa de perda esperada para esses clientes;

3.5 Estoques

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem aos seus custos de aquisição ou seus valores de realização. Quando aplicável, o saldo será deduzido de provisões para perdas;

3.6 Ativos e passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da

tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção da concessão;

3.7 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Esses ativos são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial. Os dividendos recebidos de empreendimentos controlados em conjunto classificados como mantidos para venda são reconhecidos no resultado, tendo em vista a interrupção da mensuração pelo método da equivalência patrimonial;

3.8 Investimentos

A Companhia detém investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e são, inicialmente, reconhecidos pelo custo de aquisição, sendo este mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que esta perda é o resultado da diferença entre o valor recuperável do investimento e o seu valor contábil;

3.9 Ativo financeiro da concessão

A controlada Light SESA reconhece um ativo financeiro decorrente do contrato de concessão quando possui um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Tais ativos financeiros correspondem à parcela dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão e são avaliados com base no Valor Novo de Reposição (VNR), equivalente ao valor justo, acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") e tendo como referência os valores homologados pela ANEEL da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária;

3.10 Ativo contratual – infraestrutura em construção

Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível;

3.11 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição de um ativo. Os custos de ativos construídos pela Companhia incluem:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre os ativos qualificáveis.

3.11.1 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente conforme estabelece a Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016). As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 17.

Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos e ajustados de forma prospectiva.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos originários da alienação e o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos em outras receitas e ou despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício;

3.12 Intangível

Para os ativos intangíveis de distribuição de energia elétrica, a parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os *softwares* adquiridos de terceiros e os ativos referentes aos contratos de concessão. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado;

3.13 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas no exercício, em face de que o valor recuperável excede ao seu valor contábil na data da avaliação.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas e aprovadas pela Administração;

3.14 Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual.

3.14.1 Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento mensurados pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

3.14.2 Passivos de arrendamento

Os passivos de arrendamentos são inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo dos contratos. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas.

3.14.3 Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia considera a taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao tomar empréstimos, por prazo semelhante, para obter os recursos necessários para a aquisição de ativos com valores similares ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia calcula a taxa incremental usando dados observáveis, quando disponíveis;

3.15 Benefícios pós-emprego

3.15.1 Plano de pensão

A Companhia e suas controladas possuem planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão de contribuição definida e de benefício definido. Os planos são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos.

As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesa com pessoal quando incorridas.

A obrigação líquida do Grupo quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente, para cada plano, através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferirão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a Fundação de Seguridade Social Braslight para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada por meio de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.

Anualmente é realizado um cálculo para avaliação atuarial dos planos existentes por atuário independente. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais (remensurações do valor líquido de passivo ou ativo de benefício definido) são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes e não são transferidos para lucros ou prejuízos acumulados.

3.15.2 Benefícios de curto prazo a empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados referem-se aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, e é provisionada em conformidade com o acordo coletivo na rubrica de despesa com pessoal (Participação dos Empregados e Administradores) no resultado do exercício.

3.15.3 Plano de assistência médica

A Companhia e suas controladas patrocinam, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

Os ganhos e perdas atuariais que refletem mudanças no valor presente da obrigação resultantes de ajustes de diferenças atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes diretamente no patrimônio líquido;

3.16 Transações de pagamentos baseados em ações da Companhia

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações que tem por objetivo permitir que as pessoas elegíveis, sujeito a determinadas condições, adquiram ações, com vista a estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das pessoas elegíveis.

Poderão ser eleitos como participantes de opções nos termos do plano, os administradores e empregados da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle, desde que aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas;

3.17 Imposto de renda e contribuição social

Compreendem aos impostos de renda e a contribuição social do exercício, que são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, sendo calculados com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social corrente é apresentado líquido, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando o montante antecipadamente pago excede o total devido na data do relatório. São calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado na Companhia.

3.17.1 Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente é apresentado líquido, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando o montante antecipadamente pago excede o total devido na data do relatório. São calculados com base nos

resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente.

3.17.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos utilizando as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais compensados.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado anualmente e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, seja no resultado, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido e são apresentados pelo resultado líquido no balanço, havendo o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, relacionados às mesmas entidades e autoridades tributárias;

3.18 Provisões

3.18.1 Geral

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

3.18.2 Provisões para contingências

O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e a opinião da Administração, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais;

3.19 Reconhecimento de receitas

As receitas do Grupo são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita proveniente

de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente.

O IFRS 15 (CPC 47) estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida em contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e; (v) reconhecimento da receita quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) O cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) O desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;
- (c) O desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

3.19.1 Receita de fornecimento de energia elétrica, receita de operações de venda na “CCEE” e receita de uso da rede de distribuição

As receitas de venda de energia são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação, com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. A Companhia mensura e reconhece as receitas de fornecimento de energia para os consumidores finais de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela distribuidora.

A receita não faturada de fornecimento de energia elétrica corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada tomando como base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do período de apuração conforme os ciclos de leitura. O efeito nas demonstrações financeiras da diferença entre a estimativa e o realizado é considerado imaterial.

A receita de operações venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

As receitas de uso da rede de distribuição (TUSD) recebidas de outras concessionárias e de consumidores livres são contabilizadas quando há o uso da rede de distribuição pelo cliente. A

receita pela distribuição não faturada é contabilizada com base na receita auferida, porém, com faturas emitidas nos primeiros dias do mês subsequente.

3.19.2 Receita de serviços

As receitas de serviços são reconhecidas à medida que as obrigações de performances determinadas em contrato são transferidas ao cliente e a possibilidade do recebimento da contraprestação financeira for provável;

3.19.3 Receita de construção

A receita de construção corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura, consubstanciada nos investimentos em ativos da concessão realizados pela Companhia no exercício. O reconhecimento dessa receita está diretamente relacionado aos gastos incorridos com a construção dos ativos da infraestrutura de concessão. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, sendo assim a margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero;

3.19.4 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de clientes, atualização de ativos e passivos financeiros setoriais e variações de *swaps*. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e debêntures, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos;

3.20 Ajuste a valor presente de ativos

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são referentes a contas a receber de clientes. O Grupo realizou cálculo do valor presente para os saldos com prazos de pagamento superiores a 180 dias. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de aproximadamente 10,0% a.a., semelhante ao custo médio de captação de recursos do Grupo nos últimos anos e ao encargo financeiro cobrado de seus clientes;

3.21 Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)

Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e

3.22 Demonstração do valor adicionado

Preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o Pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhia abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.23 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB – *International Accounting Standards*

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2023 estão descritos abaixo e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas.

Revisão e normas impactadas	Descrição	Impactos contábeis
IFRS 3/ CPC 15	Referência a estrutura conceitual	Sem impactos relevantes
IAS 37/ CPC 25	Contrato oneroso	Sem impactos relevantes
IAS 16/ CPC 27	Imobilizado	Sem impactos relevantes
IAS 2/ CPC 16	Estoque	Sem impactos relevantes
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-2020	Melhorias IFRS 1/CPC 37, IFRS 9/CPC 48, IFRS 16/CPC 06 (R2) e IAS 41/CPC 29	Sem impactos relevantes

3.24 Normas emitidas, mas ainda não vigentes.

As normas em discussão no IASB, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

Norma	Descrição da alteração	Impactos contábeis
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	Alteração referente a classificação e divulgação de passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. O passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante. Outra alteração esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo.	A Companhia avaliará os impactos
Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e à IAS 28/ CPC 18 (R2)	As alterações tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture.	A Companhia avaliará os impactos
IFRS 16/ CPC 6 (R2).	Alteração referente a requerimentos que especificam que o vendedor arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda, de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	A Companhia avaliará os impactos
IAS 7/ CPC 3 (R2).	Alteração referente a divulgação das Operações de Risco Sacado, Desconto de títulos, <i>Reverse factoring</i> , <i>Confirming</i> e/ ou semelhantes, que envolvam as Companhias e seus fornecedores. Com esta alteração, os acordos de financiamento ou postergação de prazo de fornecedores por uma Companhia, serão divulgados e permitirá que os investidores observem como esse uso desses instrumentos afetou as operações da Companhia.	A Companhia avaliará os impactos

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2023. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com as investidas e possuir a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação as investidas.

Especificamente, o Grupo Light controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando o Grupo Light tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo Light, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil

na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem:

Sociedades controladas	Atividade	31.12.2023			31.12.2022		
		Forma de avaliação	Participação direta (%)	Participação indireta (%)	Forma de avaliação	Participação direta (%)	Participação indireta (%)
Light SESA	Distribuição	Consolidação	100,0	-	Consolidação	100,0	-
Light Energia	Geração hidrelétrica	Consolidação	100,0	-	Consolidação	100,0	-
Lajes Energia	Geração hidrelétrica	Consolidação	-	100,0	Consolidação	-	100,0
Lightcom	Comercialização	Consolidação	100,0	-	Consolidação	100,0	-
Light Soluções	Serviços	Consolidação	100,0	-	Consolidação	100,0	-
Instituto Light	Outros	Consolidação	100,0	-	Consolidação	100,0	-
Axxiom	Serviços	Consolidação	100,0	-	-	-	-
Light Conecta	Serviços	Consolidação	100,0	-	Consolidação	100,0	-
Consórcio UHE Itaocara ^(a)	Geração hidrelétrica	Consolidação	-	51,0	Consolidação	-	51,0

^(a) A Administração provisionou como perda 100% desse investimento por não ter expectativa de recuperabilidade futura.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas controladas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de distribuição, geração hidrelétrica, comercialização e na prestação de serviços. As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios da Companhia, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas, conforme apresentadas a seguir:

Balanco Patrimonial	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.12.2023
Ativo circulante	3.265.494	1.198.096	149.656	1.107.243	(386.925)	5.333.564
Outros ativos não circulantes	14.287.636	7.644	183.839	179.478	(347.616)	14.310.981
Investimentos	3.987	-	-	1.888.181	(1.888.174)	3.994
Imobilizado	292.694	1.723.704	254	61	-	2.016.713
Intangível	1.790.486	259.841	304	1.053	-	2.051.684
TOTAL DOS ATIVOS	19.640.297	3.189.285	334.053	3.176.016	(2.622.715)	23.716.936
Passivo circulante	13.302.074	2.403.957	147.851	37.522	(386.925)	15.504.479
Passivo não circulante	5.304.604	154.673	1.688	3.420	(347.616)	5.116.769
Patrimônio líquido	1.033.619	630.655	184.514	3.135.074	(1.888.174)	3.095.688
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.640.297	3.189.285	334.053	3.176.016	(2.622.715)	23.716.936

Balço Patrimonial	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.12.2022
Ativo circulante	2.954.276	676.118	269.848	989.479	(116.829)	4.772.892
Outros ativos não circulantes	14.784.157	21.918	511	11.499	-	14.818.085
Investimentos	43.621	-	-	1.872.898	(1.872.899)	43.620
Imobilizado	325.827	1.677.456	290	64	-	2.003.637
Intangível	2.149.109	316.978	455	1.327	-	2.467.869
TOTAL DOS ATIVOS	20.256.990	2.692.470	271.104	2.875.267	(1.989.728)	24.106.103
Passivo circulante	5.397.772	243.620	111.790	8.113	(116.829)	5.644.466
Passivo não circulante	13.662.150	1.953.802	-	928	-	15.616.880
Patrimônio líquido	1.197.068	495.048	159.314	2.866.226	(1.872.899)	2.844.757
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20.256.990	2.692.470	271.104	2.875.267	(1.989.728)	24.106.103

Resultados por segmento:

Demonstração do Resultado –2023	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13.110.825	814.543	1.060.810	2.958	(872.811)	14.116.325
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(12.115.791)	(267.447)	(964.167)	(103.763)	872.811	(12.578.357)
Equivalência patrimonial	-	-	-	410.713	(410.713)	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	995.034	547.096	96.643	309.908	(410.713)	1.537.968
Resultado financeiro	(842.962)	(761)	28.978	93.326	-	(721.419)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	152.072	546.335	125.621	403.234	(410.713)	816.549
Imposto de renda e contribuição social	(323.864)	(178.235)	(52.877)	(6.411)	-	(561.387)
RESULTADO LÍQUIDO	(171.792)	368.100	72.744	396.823	(410.713)	255.162

Demonstração do Resultado – 2022	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12.178.145	805.579	1.160.054	72	(890.564)	13.253.286
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(14.612.418)	(290.563)	(1.050.614)	(83.690)	890.564	(15.146.721)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(5.654.432)	5.637.456	(16.976)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	(2.434.273)	515.016	109.440	(5.738.050)	5.637.456	(1.910.411)
Resultado financeiro	(3.199.337)	(302.828)	22.444	32.394	-	(3.447.327)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(5.633.610)	212.188	131.884	(5.705.656)	5.637.456	(5.357.738)
Imposto de renda e contribuição social	(182.725)	(65.877)	(44.811)	(21.052)	-	(314.465)
RESULTADO LÍQUIDO	(5.816.335)	146.311	87.073	(5.726.708)	5.637.456	(5.672.203)

6. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

A partir do exercício 31 de dezembro de 2022 a Companhia passou a tratar a controlada Amazônia Energia como um ativo mantido para venda

Em conformidade com as normas vigentes, a Companhia mensura pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda os ativos classificados como mantido para venda.

Ativos classificados como mantidos para venda	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Amazônia Energia	189.022	208.648	189.022	208.648
Total	189.022	208.648	189.022	208.648

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia realizou estudos e negociações visando o desinvestimento na Amazônia Energia, que possui 9,8% de participação na da Norte Energia S.A. ("NESA"). Esse desinvestimento está alinhado com a estratégia de alienação de participações minoritárias da Companhia.

Assim, em conformidade com as políticas contábeis da Companhia descritas na Nota 3.7, a Administração reclassificou, em 31 de dezembro de 2022, o investimento como um ativo não circulante mantido para venda mensurado ao seu valor justo.

Em 31 de dezembro de 2023, em conformidade com as políticas contábeis da Companhia, a Administração efetuou estudo de recuperabilidade do investimento na controlada Amazônia Energia que resultou em um valor inferior ao valor contábil em R\$19.626 (R\$94.453 em 31 de dezembro de 2022). Esse montante foi reconhecido em outras receitas (despesas) operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Balanço patrimonial da controlada em conjunto Amazônia Energia S.A em 31 de dezembro de 2023

Balanço Patrimonial	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa	159	146
Circulante	159	146
Não circulante	1.107.656	1.190.554
TOTAL DO ATIVO	1.107.815	1.190.700
Outros	7.897	1.581
Circulante	7.897	1.581
Outros	458	489
Não circulante	458	489
Patrimônio líquido	1.099.460	1.188.630
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.107.815	1.190.700

Demonstração do resultado da controlada em conjunto Amazônia Energia S.A em 31 de dezembro de 2023

Demonstração do Resultado	31.12.2023	31.12.2022
Despesas gerais e administrativas	(208)	(79)
Resultado financeiro líquido	(82.898)	(63.246)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(83.106)	(63.325)

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalente de caixa	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e bancos	793	2.693	100.946	43.886
Aplicações financeiras de liquidez imediata (CDB)	-	-	191.120	-
TOTAL	793	2.693	292.066	43.886

A remuneração média das aplicações é de 91,7% do CDI em 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía aplicações financeiras de liquidez imediata.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 33.

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de aplicações financeiras é formada por Certificados de Depósito Bancário (CDB) e fundos de investimentos (exclusivos). A rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 equivale a 101,4% do CDI (102,6% em 31 de dezembro de 2022).

Títulos e valores mobiliários	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	344.972	670.172	1.436.655	1.795.279
Fundo de investimento (exclusivos)	195.913	50.000	368.350	244.386
TOTAL	540.885	720.172	1.805.005	2.039.665

Os títulos e valores mobiliários são representados por: (i) garantias oferecidas para participação em leilões de energia; (ii) valores provenientes de venda de ativos que ficam retidos para reinvestimentos na rede elétrica; (iii) fundos de investimentos exclusivos; e (iv) aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação, com perda de valor em caso de resgate antecipado.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES - CONSOLIDADO

Inclui o fornecimento de energia elétrica, suprimento de energia elétrica, faturada e a faturar, comercialização de energia, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento, encargos de uso da rede elétrica e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Contas a receber de clientes - Consolidado	31.12.2023			31.12.2022		
	Recebíveis	PECLD	Total	Recebíveis	PECLD	Total
Classe de consumo						
Residencial	4.022.685	(3.257.975)	764.710	4.066.018	(3.274.771)	791.247
Industrial	119.565	(84.975)	34.590	133.536	(108.801)	24.735
Comercial	1.107.471	(702.601)	404.870	1.032.420	(676.590)	355.830
Rural	6.404	(4.887)	1.517	6.488	(5.064)	1.424
Poder público	361.448	(151.336)	210.112	347.793	(191.927)	155.866
Iluminação pública	147.430	(55.599)	91.831	193.955	(104.236)	89.719
Serviço público	183.155	(10.747)	172.408	183.687	(13.039)	170.648
Fornecimento faturado	5.948.158	(4.268.120)	1.680.038	5.963.897	(4.374.428)	1.589.469
Fornecimento não faturado	890.882	(12.472)	878.410	681.430	(10.159)	671.271
Comercialização de energia	107.649	(748)	106.901	118.607	(1.006)	117.601
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	35.387	(265)	35.122	28.122	(1.283)	26.839
Outras contas a receber	20.378	-	20.378	16.991	-	16.991
TOTAL	7.002.454	(4.281.605)	2.720.849	6.809.047	(4.386.876)	2.422.171
Circulante			1.304.347			1.005.527
Não circulante			1.416.502			1.416.644

9.1 Principais saldos em aberto

Classe de consumo – Serviço público

Em 31 de dezembro de 2023, a SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A (“SuperVia”) possui com a controlada Light SESA um montante em aberto de R\$160.355 (R\$145.173 em 31 de dezembro de 2022). A SuperVia possui um Plano de Recuperação Judicial que foi homologado em 06 de junho de 2022. Algumas condições foram acordadas como: (i) faturas dos serviços prestados pela Companhia entre 09 de junho de 2022 e 09 de junho de 2024 vencerão em 45 dias após emissão; e (ii) dívida constituída até 07 de junho de 2021 será quitada em 48 parcelas a partir de janeiro de 2025.

Classe de consumo – Poder público

Em 31 de dezembro de 2023, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (“PCRJ”) possui com a controlada Light SESA um montante em aberto de R\$180.209 (R\$204.690 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$131.147 estão vencidos. O saldo total em aberto são referentes a faturas de energia elétrica do período entre agosto de 2018 a novembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2023, a controlada Light SESA possui o montante de R\$118.419 (R\$129.889 em 31 de dezembro de 2022) registrado como perda esperada para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo em aberto.

9.2 Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As movimentações da PECLD de clientes nos exercícios de 2023 e de 2022 são como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	(3.287.657)
Adições	(1.101.550)
Baixas realizadas no exercício – contas de energia elétrica	2.331
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(4.386.876)
Adições (nota explicativa nº 31)	(459.343)
Baixas realizadas no exercício – contas de energia elétrica	564.614
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(4.281.605)

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a clientes é divulgada na nota explicativa nº 33.

10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Referem-se a créditos tributários originários de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária aplicável.

Tributos e contribuições a compensar	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS ^(a)	-	-	123.794	142.163
PIS e COFINS a compensar (nota explicativa nº 10.1) ^(b)	-	-	2.952.550	3.652.526
INSS	-	-	4.956	6.023
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	16.189	30	633.656	639.103
Outros	-	-	17.302	16.866
TOTAL	16.189	30	3.732.258	4.456.681
Circulante	16.189	30	1.097.532	782.502
Não circulante	-	-	2.634.726	3.674.179

^(a) Substancialmente representados por créditos de ICMS decorrentes de aquisições de ativo intangível e imobilizado, os quais podem ser compensados em 48 meses.

^(b) O saldo encontra-se líquido dos impostos a pagar apurados em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$85.378 (R\$36.062 em 31 de dezembro de 2022) e R\$382 referente a controlada Axxiom. Em 31 de dezembro de 2022, o montante encontra-se acrescido de R\$44.141 referente a cancelamento de faturas.

10.1 Créditos de PIS e COFINS após a exclusão do ICMS na base de cálculo

Em 18 de fevereiro de 2008, a controlada Light SESA impetrou o Mandado de Segurança nº 0012490-07.2008.4.02.5101 objetivando o reconhecimento do seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 07 de agosto de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, a decisão, reconhecendo o direito da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, com efeito retroativo a janeiro de 2002, devidamente atualizados pela Taxa Selic.

Em 09 abril de 2020, a Receita Federal do Brasil (“RFB”) deferiu o pedido de habilitação dos créditos fiscais oriundos da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, o que motivou a reversão do IRPJ e CSLL diferidos, que foram oferecidos à tributação pelo IRPJ e pela CSLL correntes, bem como a reclassificação para o ativo circulante do montante estimado de créditos a serem recuperados nos próximos 12 meses. O início da compensação destes créditos ocorreu a partir de 30 de abril de 2020. Em 31 de dezembro de 2023, os créditos compensados somam o montante de R\$3.948.771 (R\$3.068.931 em 31 de dezembro de 2022). Desse montante, R\$703.630 se referem aos tributos federais incidentes sobre a habilitação dos referidos créditos fiscais.

Em 27 de junho de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.385/22, a qual altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar o repasse de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica. A nova Lei incluiu o art. 3º-B, na Lei nº 9.427/1996, para determinar a destinação integral em proveitos dos usuários afetados, dos créditos oriundos das ações em que as distribuidoras de energia elétrica obtiveram a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

A Administração, baseada na opinião dos seus assessores legais externos, concluiu que há inconstitucionalidades na Lei, porém a Administração da Companhia decidiu provisionar o montante de R\$2.375.221, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, relativo aos valores dos créditos que poderão ser repassados aos consumidores, como medida de cautela, apesar do prognóstico de êxito estimado pelos assessores jurídicos externos para as ações judiciais.

Nos reajustes tarifários que entraram em vigor em 15 de março de 2021, 15 de março de 2022 e 15 de março de 2023, foram homologadas as devoluções de R\$374.196, R\$1.050.000 e R\$1.777.129, respectivamente.

Segue abaixo a apresentação dos efeitos contábeis relativos ao reconhecimento da devolução integral dos créditos decorrentes da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, incluindo sua atualização pela Selic, e dos valores a serem restituídos aos consumidores reconhecidos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Efeitos no balanço patrimonial	31.12.2023	31.12.2022
Créditos de PIS e COFINS sobre o ICMS	3.037.546	3.644.446
Valores a serem restituídos a consumidores ^(a)	(741.205)	(1.752.676)
Provisão para contingências - crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor ^(b)	(2.878.351)	(2.742.784)
Imposto de renda e contribuição social diferido ^(c)	367.563	367.563
Total	(214.447)	(483.451)

Efeitos no resultado dos exercícios	31.12.2023	31.12.2022
Provisão para contingências - crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor	-	(1.081.068)
Atualização monetária da provisão para contingência	(135.566)	(1.661.716)
Receita financeira - Atualização dos créditos de PIS e COFINS (nota explicativa nº 32)	272.940	293.801
Despesa financeira - Atualização dos valores a serem restituídos a consumidores (nota explicativa nº 32)	(97.773)	(213.458)
PIS e COFINS sobre resultado financeiro	(8.145)	(3.736)
Imposto de renda e contribuição social diferido ^(c)	-	367.563
Imposto de renda e contribuição social	2.769	1.270
Efeito no resultado do exercício	34.225	(2.297.344)

^(a) Refere-se a parcela incontroversa do montante a devolver aos consumidores, considerando que o período máximo aplicável para cálculo de tal devolução será de 10 anos. Em 31 de dezembro de 2022, a controlada Light SESA reclassificou R\$1.104.698 para o curto prazo, em virtude da expectativa de compensação desse montante nos próximos 12 meses. Após reajuste tarifário, ocorrido em março de 2023, o montante de R\$1.104.698 foi reclassificado para a rubrica de ativos e passivos financeiros setoriais, em valores a serem restituídos a consumidores – Crédito de PIS/COFINS.

^(b) Refere-se a parcela em discussão judicial que compreende o período dos créditos superiores a 10 anos.

^(c) Como consequência do registro, a controlada Light SESA constituiu ativo diferido somente sobre a parcela da provisão para contingências no montante de R\$367.563, haja vista a atualização desse litígio não se tratar de parcela dedutível nas bases do IRPJ e CSLL. Todavia, a controlada Light SESA baixou o montante reconhecido após avaliação de recuperabilidade dos ativos diferidos e diante da expectativa de não realização do montante reconhecido, conforme descrito na nota explicativa nº 11.

10.2 Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indêbitos tributários

Em 24 de setembro de 2021, o STF em julgamento de recurso extraordinário com repercussão geral, decidiu favoravelmente aos contribuintes sobre a não incidência do imposto de renda e contribuição social sobre a atualização da Selic nos casos de restituição de impostos pagos a maior (repetição de indébito), trazendo impactos relevantes, principalmente, para a tributação dos ganhos do ICMS na base do PIS e COFINS.

De forma geral, as entidades que possuíam ação questionando esta tese até a data de julgamento do STF já teriam direito a não tributar a atualização da Selic nos ganhos tributários. Entidades que não possuíam ação questionando o tema até o julgamento do STF, devem aguardar o resultado de eventual modulação dos efeitos da decisão.

A controlada Light SESA possui mandado de segurança, no qual discute o direito à repetição dos montantes de IRPJ e CSLL que incidiram sobre os valores correspondentes à Selic aplicada em seus indêbitos tributários e depósitos judiciais, desde agosto de 2016, bem como pleiteia o afastamento definitivo dessa incidência tributária.

Com base na decisão do STF e conforme ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (equivalente à norma internacional IFRIC 23), a Companhia reavaliou a expectativa de ganho do direito em relação aos indêbitos tributários e reconheceu em setembro de 2021, como receita de IRPJ e CSLL corrente e diferido, o montante de R\$536.170 sendo (i) R\$365.170 à título de IRPJ e CSLL a recuperar referente aos períodos que a controlada Light SESA apurou lucro real, apresentados no ativo não circulante; e (ii) R\$171.761 pela recomposição do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social referentes aos períodos em que a controlada Light SESA apurou base fiscal negativa para os períodos de cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação, aumentando o ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2023, o montante de IRPJ e CSLL a recuperar atualizados monetariamente é de R\$499.371 (R\$410.583 em 31 de dezembro de 2022).

Importante ressaltar, que o montante apurado pela Companhia levou em consideração as atualizações financeiras sobre os valores a serem restituídos aos consumidores, ou seja, a Companhia considerou em suas exclusões os mesmos efeitos os quais havia considerado quando do reconhecimento dos créditos sobre a exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, ou seja, líquido do passivo a restituir.

11. TRIBUTOS DIFERIDOS

Tributos diferidos – Consolidado	31.12.2023			31.12.2022		
	Ativo diferido	Passivo diferido	Líquido diferido	Ativo diferido	Passivo diferido	Líquido diferido
PECLD	1.473.425	-	1.473.425	1.510.750	-	1.510.750
Provisões para contingências	751.376	-	751.376	795.505	-	795.505
Prejuízos fiscais	509.502	-	509.502	447.546	-	447.546
Base negativa de contribuição social	186.448	-	186.448	164.143	-	164.143
Benefício pós-emprego	75.033	-	75.033	72.764	-	72.764
Provisão para PLR	16.729	-	16.729	6.576	-	6.576
Outros	217.136	(662)	216.474	194.073	-	194.073
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	235.531	(10.129)	225.402	149.841	(4.628)	145.213
Remuneração do ativo financeiro da concessão	-	(882.879)	(882.879)	-	(784.530)	(784.530)
Custo atribuído Light Energia	-	(131.928)	(131.928)	-	(140.654)	(140.654)
Repactuação do GSF na Light Energia	-	(87.677)	(87.677)	-	(107.619)	(107.619)
Provisão para não recuperabilidade de diferido	(1.935.399)	-	(1.935.399)	(1.634.376)	-	(1.634.376)
ATIVO (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO, BRUTO	1.529.781	(1.113.275)	416.506	1.706.822	(1.037.431)	669.391
Apresentação pelo líquido	(994.275)	994.275	-	(847.367)	847.367	-
ATIVO (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO, LÍQUIDO	535.506	(119.000)	416.506	859.455	(190.064)	669.391

11.1 Reconhecimento de provisão para não recuperabilidade de ativos diferidos

A Companhia adota como prática contábil a revisão dos ativos fiscais diferidos no encerramento de cada exercício social e realiza eventual provisão para perda por não recuperabilidade na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser consumido.

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia identificou a existência de indicativos de não recuperabilidade dos tributos diferidos, considerando principalmente os prejuízos fiscais dos últimos exercícios, o prejuízo apurado no exercício corrente, as projeções de resultado com base em orçamento financeiro e o prazo de vencimento do contrato de concessão da controlada Light SESA em julho de 2026.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou provisão de perda por não recuperabilidade de parte de seus ativos diferidos no montante de R\$1.935.399 (R\$1.634.376 em 31 de dezembro de 2022).

Em 31 de dezembro de 2023, a controladora possui saldo de crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulados não reconhecidos, no montante de R\$141.481 (R\$141.885 em 31 de dezembro de 2022), tendo em vista as incertezas na sua realização.

As movimentações do imposto de renda e da contribuição social diferidos nos exercícios de 2023 e de 2022 são como segue:

Diferenças temporárias - Consolidado	Saldos em 31.12.2021	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saldos em 31.12.2022	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saldos em 31.12.2023
PECLD	1.130.327	380.423	-	1.510.750	(39.027)	-	1.471.723
Provisões para contingências	170.715	624.790	-	795.505	(44.129)	-	751.376
Prejuízos fiscais	289.922	157.624	-	447.546	61.956	-	509.502
Base negativa de contribuição social	107.399	56.744	-	164.143	22.305	-	186.448
Benefício Pós-Emprego - (nota explicativa nº 24)	-	-	72.764	72.764	-	2.269	75.033
Provisão para PLR	16.578	(10.002)	-	6.576	10.153	-	16.729
Outros	16.863	177.210	-	194.073	24.765	-	218.838
Instrumentos financeiros derivativos swaps	1.352	148.489	-	149.841	85.690	-	235.531
Provisão para não recuperabilidade de diferido	-	(1.562.519)	(71.857)	(1.634.376)	(303.860)	2.837	(1.935.399)
TOTAL DO IR E CSLL DIFERIDOS – ATIVO	1.733.156	(27.241)	907	1.706.822	(182.147)	5.106	1.529.781
Outros	-	-	-	-	(662)	-	(662)
Instrumentos financeiros derivativos	(64.739)	60.111	-	(4.628)	(5.501)	-	(10.129)
Remuneração do ativo financeiro da concessão	(771.486)	(13.044)	-	(784.530)	(98.349)	-	(882.879)
Custo atribuído Light Energia	(148.918)	7.640	624	(140.654)	7.503	1.223	(131.928)
Repactuação do GSF na Light Energia	(127.562)	19.943	-	(107.619)	19.942	-	(87.677)
TOTAL DO IR E CSLL DIFERIDOS - PASSIVO	(1.112.705)	74.650	624	(1.037.431)	(77.067)	1.223	(1.113.275)

O estudo técnico de viabilidade de realização fiscal conforme cronograma anual de realização é como segue:

2024	2025	2026	Total
82.535	183.324	1.263.922	1.529.781

11.2 Conciliação dos tributos no resultado

Conciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social:

Conciliação dos tributos no resultado	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	255.456	(5.651.661)	816.549	(5.357.738)
Alíquota nominal de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ÀS ALIQUOTAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE	(86.855)	1.921.565	(277.627)	1.821.631
Equivalência patrimonial	95.756	(1.916.736)	-	(5.772)
Créditos fiscais diferidos não reconhecidos	138	8.819	138	8.819
Incentivos fiscais ^(a)	3	11	325	3.390
Não incidência do IRPJ e CSLL sobre atualização pela Selic dos indêbitos tributários	-	-	83.824	47.612
Outros efeitos de IRPJ e CSLL sobre as adições e exclusões permanentes	(9.336)	(34.201)	(64.187)	(627.626)
Provisão para não recuperabilidade de diferido	-	-	(303.860)	(1.562.519)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO	(294)	(20.542)	(561.387)	(314.465)
IRPJ e CSLL corrente no resultado	(294)	(20.542)	(302.173)	(361.874)
IRPJ e CSLL diferido no resultado	-	-	(259.214)	47.409
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,1%	-0,4%	68,8%	-5,9%

^(a) Refere-se a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91) e Programa de Alimentação ao Trabalhados (PAT – Lei 6.321/76), que ambos isoladamente possibilitam a aplicação de até 4% do imposto de renda devido.

12. OUTROS CRÉDITOS

Outros Créditos	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Contribuição iluminação pública	-	-	256.510	219.090
Dispêndios a reembolsar	-	-	31.407	27.914
Desativações e alienações em curso	-	-	10.661	22.616
Subvenções governamentais de baixa renda e subsídios tarifários	-	-	98.279	68.974
Restituição de valores cobrados - Acordo Furnas	-	-	49.337	49.337
Créditos a receber – Renova Energia	14.968	9.211	14.968	9.211
Outros	1.815	880	36.217	4.645
TOTAL	16.783	10.091	497.379	401.787
Circulante	16.783	10.091	497.379	401.627
Não circulante	-	-	-	160

13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS - CONSOLIDADO

Ativos e passivos financeiros setoriais	31.12.2023			31.12.2022		
	Saldo em amortização	Saldo em constituição	Total	Saldo em amortização	Saldo em constituição	Total
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	11.770	(1.884)	9.886	23.042	95.430	118.472
Custo de aquisição de energia	(104.123)	(263.662)	(367.785)	206.037	(319.661)	(113.624)
Encargo do Serviço do Sistema – ESS/EER	(21.801)	242.321	220.520	135.992	387.100	523.092
PROINFA	(1.144)	-	(1.144)	5.359	-	5.359
Transporte de energia elétrica - Itaipu	2.905	45.722	48.627	503	15.807	16.310
Transporte de energia pela rede básica	18.785	237.931	256.716	8.213	124.846	133.059
Itens da Parcela A	(93.608)	260.428	166.820	379.146	303.522	682.668
Valores a serem restituídos a consumidores - Crédito de PIS/COFINS	(284.228)	-	(284.228)	(949.525)	-	(949.525)
Sobrecontratação de energia e exposição involuntária	101.166	(149.484)	(48.318)	(62.529)	460.439	397.910
Neutralidade da Parcela A	5.159	(200.040)	(194.881)	(4.104)	51.900	47.796
Devoluções tarifárias	(7.087)	(41.164)	(48.251)	(186.652)	856.358	669.706
Outros itens financeiros ^(a)	73.477	(276.853)	(203.376)	(87.874)	(1.472.817)	(1.560.691)
Itens financeiros	(111.513)	(667.541)	(779.054)	(1.290.684)	(104.120)	(1.394.804)
Ativos (passivos) financeiros setoriais	(205.121)	(407.113)	(612.234)	(911.538)	199.402	(712.136)
Ativo circulante	-	-	-	-	-	157.860
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	41.542
Passivo circulante	-	-	(205.121)	-	-	(911.538)
Passivo não circulante	-	-	(407.113)	-	-	-

^(a) Em 31 de dezembro de 2022, a linha de outros itens financeiros em constituição é composta basicamente pela bandeira tarifária no montante de R\$1.006.761.

As movimentações dos saldos de ativos e passivos financeiros setoriais nos exercícios de 2023 e de 2022, são como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.203.919
Constituição ^(a)	(359.418)
Amortização ^(a)	818.814
Recebimento de recursos de CCRBT ^(a)	(482.372)
Recebimento referente a importação no período de Jul/ Ago de 2021 ^(c)	(45.011)
Valores a serem restituídos a consumidores - Crédito de Pis/Cofins ^(b)	(1.846.656)
Atualização Selic (nota explicativa nº 32)	(1.412)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(712.136)
Constituição ^(a)	(108.468)
Amortização ^(a)	1.319.564
Recebimento de recursos de CCRBT ^(a)	(74.847)
Valores a serem restituídos a consumidores - Crédito de Pis/Cofins ^(b)	(1.104.698)
Atualização Selic (nota explicativa nº 32)	68.351
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(612.234)

^(a) Saldos reconhecidos no resultado do exercício na receita operacional líquida, na rubrica “ativos e passivos financeiros setoriais” (vide nota explicativa nº 30), que incluíram os recursos da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT).

^(b) Após reajuste tarifário, ocorrido em março de 2023, esse montante foi transferido da rubrica de Valores a serem restituídos a consumidores para a rubrica de ativos e passivos financeiros setoriais.

^(c) Em 2022, saldo referente ao custo com importação de energia elétrica nos meses de julho e agosto de 2021. A autorização de importação de energia foi uma das medidas de enfrentamento da situação de escassez hídrica.

13.1 Reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios – consolidado

13.1.1 Reajustes tarifários

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar os custos gerenciáveis conforme regra prevista no contrato de concessão.

As tarifas da controlada Light SESA foram reajustadas através da Resolução nº de 3.176, de 14 de março de 2023, com efeito médio percebido pelos consumidores de 7,00%, tendo entrado em vigor a partir de 15 de março de 2023.

13.1.2 Revisões tarifárias

As revisões tarifárias periódicas da controlada Light SESA ocorrem a cada cinco anos. Nesse processo a ANEEL procede ao recálculo completo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado das concessionárias, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas.

Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A última revisão tarifária ordinária foi aprovada pela Resolução nº 3.014, de 15 de março de 2022 com efeito médio para o consumidor de 14,68% com vigência a partir de 15 de março de 2022.

Revisões Tarifárias Extraordinárias - RTE

Em dezembro de 2022 a ANEEL, aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária da controlada Light SESA, distribuidora de energia elétrica, atendendo à aplicação da Lei nº 14.385 de 27 de junho 2022, que tratou da devolução, aos consumidores, de créditos fiscais associados ao excesso de tributo decorrente da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS.

Essas revisões tarifárias utilizam créditos tributários de PIS/Confins. A devolução é possível devido à decisão judicial favorável obtida pelas concessionárias distribuidoras para reduzir a base de cálculo das contribuições. Essas ações já foram julgadas e os créditos tributários foram habilitados pela Receita Federal, o que dá segurança jurídica para sua aplicação. A nova tarifa foi aplicada a partir de 15 de dezembro de 2022.

Na RTE foi considerado o ajuste em relação a diferença entre o saldo compensado até o momento e os valores já devolvidos aos consumidores, via tarifa, nos processos tarifários anteriores, atualizados por Selic e descontados os tributos incidentes.

13.1.3 Bandeiras tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia – TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

Bandeira Tarifária Verde;
Bandeira Tarifária Amarela;
Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2; e
Bandeira Escassez Hídrica.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo.

Bandeira	Atual R\$/Kwh Resolução nº 3.051/2022 ^(a)	Proposta CP nº 26/2023 ^(b)
Amarela	2,89	1,88
Vermelha 1	6,50	4,46
Vermelha 2	9,79	7,87

^(a) A ANEEL aprovou, em 21 de junho de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.051, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2022.

^(b) Devido ao cenário favorável para geração de energia por hidrelétricas, entre outros fatores, no dia 06 de outubro de 2023 foi aberta a Consulta Pública nº 26/23 no âmbito da Aneel, onde foram propostas reduções de valores nos patamares das bandeiras que variam entre 20% e 37%.

Em 2023 e 2022 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

Meses	31.12.2023	31.12.2022
Janeiro	Verde	Escassez Hídrica
Fevereiro	Verde	Escassez Hídrica
Março	Verde	Escassez Hídrica
Abril	Verde	Escassez Hídrica /Verde
Maio	Verde	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Verde	Verde
Agosto	Verde	Verde
Setembro	Verde	Verde
Outubro	Verde	Verde
Novembro	Verde	Verde
Dezembro	Verde	Verde

13.1.4 Outros assuntos regulatórios

13.1.4.1 Sobrecontratação

O Brasil vivencia uma situação de sobrecontratação de energia generalizada desde o ano de 2016, que tem afetado grande parte das empresas distribuidoras de energia elétrica do país. Por um lado, além das incertezas no crescimento da demanda por razões econômicas, o mercado regulado passou a ser extremamente afetado pelo aumento no volume das migrações dos consumidores cativos para o mercado livre e pelo crescimento da geração distribuída. De outro lado, dado o modelo centralizado de contratação, a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo com pouca flexibilidade.

Neste contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação ainda está sendo discutida entre a ANEEL e as Distribuidoras, por consequência impedindo a homologação dos valores para os anos de 2019 a 2023.

No âmbito deste processo, destaca-se abaixo o histórico recente:

- 1) Em 08 de abril de 2021, a Procuradoria Federal junto à ANEEL se manifestou contrariamente ao posicionamento exarado, até então, pela área técnica e diretoria, tendo, no âmbito do Parecer n. 00079/2021/PFANEEL/PGF/AGU, opinado pela necessidade de alterações dos valores dos montantes de involuntariedade originalmente calculados, diante de análises aprofundadas dos seguintes pontos: (i) possibilidade ou não de aplicação do critério econômico na avaliação da sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntárias; e (iii) possibilidade de avaliação retroativa de migrações de consumidores livres e especiais ao ACL;
- 2) Ato seguinte, em 26 de novembro de 2021, e em atendimento à análise da Procuradoria Federal da ANEEL, foi publicada pela Superintendência de Regulação Econômica e Estudos de Mercado - SRM da ANEEL a Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL, contendo a nova metodologia de apuração e valores de involuntariedades, bem como recomendando a apreciação da matéria pela Diretoria da Agência.

- 3) Em agosto de 2022, a Diretoria da ANEEL, através do Despacho 2.168/2022, acatou os pedidos de reconsideração interpostos pelas distribuidoras em face do Despacho nº 2.508/2020 e revisou os montantes de involuntariedade das distribuidoras para os anos de 2016 e 2017.
- 4) Em 10 de novembro de 2023 o despacho nº 4.395 da ANEEL estabeleceu os montantes de involuntariedades das distribuidoras para 2018.

Após a publicação dos Despachos 2.168/2022 e 4.395/2023, a Administração atualizou as suas estimativas quanto aos ativos e passivos financeiros setoriais referentes à sobrecontratação de energia dos exercícios de 2018 a 2023, proporcionalizando um efeito no resultado consolidado.

O saldo registrado contabilmente no passivo não circulante e ainda não repassado para a tarifa é indicado na tabela abaixo:

Sobrecontratação ^(b)	31.12.2023	31.12.2022
Ajuste da sobrecontratação 2017	-	82.372
Ajuste da sobrecontratação 2018	38.729	32.286
Ajuste da sobrecontratação 2020	(87.558)	(77.459)
Ajuste da sobrecontratação 2021	92.234	81.596
Ajuste da sobrecontratação 2022	(328.939)	(291.000)
	(285.534)	(172.205)

^(a) Valores atualizados pela taxa Selic, que no exercício foi R\$4.749 (R\$638 no exercício de 2022) contabilizados em receita financeira, na rubrica de atualização de ativos e passivos financeiros setoriais no consolidado (nota explicativa nº 32).

^(b) No exercício de 2023 não foi apurado ajuste de sobrecontratação.

14. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

As movimentações do ativo indenizável ao final da concessão nos exercícios de 2023 e de 2022, são como segue:

Ativo indenizável ao final da concessão - Consolidado	Ativo financeiro	Obrigações especiais	Ativo financeiro líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021 – ativo não circulante	8.223.659	(1.401.671)	6.821.988
Adições ^(a)	890.028	(21.354)	868.674
Valor justo - atualização VNR (nota explicativa nº 32)	(13.945)	52.310	38.365
Transferências	-	12.900	12.900
Baixas	(44.633)	-	(44.633)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 – ativo não circulante	9.055.109	(1.357.815)	7.697.294
Adições ^(a)	775.589	(34.425)	741.164
Valor justo - atualização VNR (nota explicativa nº 32)	416.318	(62.905)	353.413
Baixas	(46.345)	-	(46.345)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 – ativo não circulante	10.200.671	(1.455.145)	8.745.526

^(a) Adição originada referente a bifurcação dos ativos quando da transferência para o ativo intangível em serviço (nota explicativa nº 18).

15. ATIVO CONTRATUAL - INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

As movimentações do ativo contratual nos exercícios de 2023 e de 2022, são como segue:

Ativo contratual – Consolidado	Direito de uso da concessão	Obrigações especiais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	601.550	(43.296)	558.254
Adições	1.150.682	(71.969)	1.078.713
Baixas	(8.087)	-	(8.087)
Transferências para intangível (nota explicativa nº 18)	(989.182)	25.062	(964.120)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	754.963	(90.203)	664.760
Adições	640.986	(51.268)	589.718
Transferências para intangível (nota explicativa nº 18)	(891.551)	38.785	(852.766)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	504.398	(102.686)	401.712

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi incorporado ao ativo contratual, a título de capitalização de juros, o montante de R\$37.471 (R\$10.104 em 31 de dezembro de 2022), cuja taxa média de capitalização foi de 7,1% ao ano (7,2% em 31 de dezembro de 2022)

16. INVESTIMENTOS

Investimentos	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Avaliados por equivalência patrimonial				
Light SESA	1.033.619	1.197.068	-	-
Light Energia	630.654	495.048	-	-
Lightcom	184.514	159.314	-	-
Light Soluções	1.511	1.533	-	-
Light Conecta	39.440	19.929	-	-
Axxiom	(1.570)	-	-	-
Instituto Light	6	7	-	-
SUBTOTAL	1.888.174	1.872.899	-	-
Outros investimentos permanentes ^(a)	-	-	3.994	43.620
TOTAL	1.888.174	1.872.899	3.994	43.620

^(a) Inclui investimentos em participações societárias avaliadas pelo valor de mercado, detidos pela controlada Light SESA.

16.1 Informações sobre investimentos

Investimentos	%	Forma de avaliação	Total do ativo		Capital social		Patrimônio líquido		Dividendos a receber	
			31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Light SESA	100,00%	Consolidado	19.640.297	20.256.990	5.544.284	5.544.284	1.033.619	1.197.068	-	-
Light Energia	100,00%	Consolidado	3.189.285	2.692.470	77.422	77.422	630.654	495.048	256.809	36.578
Lightcom	100,00%	Consolidado	334.053	271.104	120.000	120.000	184.514	159.314	47.518	-
Light Soluções	100,00%	Consolidado	2.161	2.163	3.850	3.850	1.511	1.533	498	498
Light Conecta	100,00%	Consolidado	45.637	20.451	176.897	176.897	39.440	19.929	-	-
UHE Itaocara	51,00%	Equivalência patrimonial	15.118	15.404	105.423	105.423	14.868	15.126	-	-
Axxiom	100,00%	Consolidado	2.901	16.001	80.325	72.636	(1.570)	(2.053)	-	-
Amazônia Energia	25,50%	Equivalência patrimonial	1.107.815	1.190.700	1.323.322	1.323.042	1.188.909	1.188.630	-	-
Instituto Light	100,00%	Consolidado	6	7	350	350	6	7	-	-

Investimentos	%	Forma de avaliação	Resultado do exercício		Dividendos recebidos		Resultado de equivalência patrimonial	
			31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Light SESA	100,00%	Consolidado	(171.793)	(5.816.334)	-	(57.861)	(171.793)	(5.816.334)
Light Energia	100,00%	Consolidado	368.102	146.311	-	(533.888)	368.102	146.311
Lightcom	100,00%	Consolidado	72.742	87.071	-	(125.024)	72.742	87.071
Light Soluções	100,00%	Consolidado	(22)	(13)	-	-	(22)	(13)
Light Conecta	100,00%	Consolidado	19.521	(33.919)	-	-	19.521	(33.919)
UHE Itaocara	51,00%	Equivalência patrimonial	-	(6.498)	-	-	-	(3.314)
Axxiom	100,00%	Equivalência patrimonial	(4.217)	2.033	-	-	(3.363)	(548)
Amazônia Energia	25,50%	Equivalência patrimonial	-	(63.325)	-	-	-	(16.148)
Instituto Light	100,00%	Consolidado	(1)	-	-	-	(1)	-

16.2 Movimentação dos investimentos

Investimentos - Controladora	Total 31.12.2022	Aumento de capital	Dividendos	Baixa de custo atribuído	Resultado Abrangente	Provisão para perda	Equivalência patrimonial		Total 31.12.2023
							Outros	Resultado	
Light SESA	1.197.068	-	-	-	8.345	-	(1)	(171.793)	1.033.619
Light Energia	495.048	-	(220.231)	(2.375)	(9.889)	-	(1)	368.102	630.654
Lightcom	159.314	-	(47.518)	-	(24)	-	-	72.742	184.514
Light Soluções	1.533	-	-	-	-	-	-	(22)	1.511
Light Conecta	19.929	-	-	-	(10)	-	-	19.521	39.440
Axxiom	-	7.150	-	-	-	(1.807)	(3.550)	(3.363)	(1.570)
Amazônia Energia	-	71	-	-	-	(71)	-	-	-
Instituto Light	7	-	-	-	-	-	-	(1)	6
TOTAL	1.872.899	7.221	(267.749)	(2.375)	(1.578)	(1.878)	(3.552)	285.186	1.888.174

Investimentos - Controladora	Total 31.12.2021	Aumento de capital (a)	Dividendos	Baixa de custo atribuído	Resultado Abrangente	Provisão para perda	Transferência para ativos mantidos para venda	Equivalência patrimonial		Total 31.12.2022
								Outros	Resultado	
Light SESA	7.166.827	57.919	-	-	(211.344)	-	-	-	(5.816.334)	1.197.068
Light Energia	480.832	-	(129.124)	(1.212)	(1.760)	-	-	1	146.311	495.048
Lightcom	179.130	-	(106.887)	-	-	-	-	-	87.071	159.314
Light Soluções	1.546	-	-	-	-	-	-	-	(13)	1.533
Light Conecta	39.848	14.000	-	-	-	-	-	-	(33.919)	19.929
Axxiom	4.451	-	-	-	-	-	-	(3.903)	(548)	-
Amazônia Energia	319.187	37	-	-	(94.453)	(208.648)	(208.648)	25	(16.148)	-
Instituto Light	7	-	-	-	-	-	-	-	-	7
TOTAL	8.191.828	71.956	(236.011)	(1.212)	(213.104)	(94.453)	(208.648)	(3.877)	(5.633.580)	1.872.899

Investimentos – Consolidado	Total 31.12.2022	Aumento de capital	Provisão para perda	Total 31.12.2023
Axxiom	-	3.550	(3.550)	-
Amazônia Energia	-	71	(71)	-
Light Conecta	-	-	-	-
UHE Itaocara	-	-	-	-
TOTAL	-	3.621	(3.621)	-

Investimentos Consolidado	Total 31.12.2021	Aumento de capital	Provisão para perda	Transferência para ativos mantidos para venda	Equivalência patrimonial		Total 31.12.2022
					Outros	Resultado	
Axxiom	4.451	-	-	-	(3.903)	(548)	-
Amazônia Energia	319.187	37	(94.453)	(208.648)	25	(16.148)	-
Light Conecta	-	-	-	-	-	-	-
UHE Itaocara	(21.614)	25.731	(7.715)	-	6.912	(3.314)	-
TOTAL	302.024	25.768	(102.168)	(208.648)	3.034	(20.010)	-

16.3 Contrato de Compra e Venda de Ações da controlada em conjunto AXXIOM

Em 21 de dezembro de 2022, a Light S.A. – Em Recuperação Judicial assinou um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para aquisição de 49% das ações da controlada em conjunto Axxiom Soluções pertencentes a Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”). A operação foi realizada por R\$1,00 (um real) onde a Light S.A. – Em Recuperação Judicial terá 100% das ações da Axxiom. Em 25 de janeiro de 2023, o Conselho de Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) aprovou a operação e em 14 de abril de 2023, a operação foi concluída.

A Administração da Companhia avaliou os saldos patrimoniais apresentados e concluiu que não são materiais, que não existem contingências possíveis e/ou remotas relevantes e não existem carteira de clientes relevantes, por consequência a Companhia concluiu que não apurou ajustes de valor justo relevantes em função da natureza dos ativos e passivos apresentados.

17. IMOBILIZADO

Imobilizado – Consolidado	31.12.2023				31.12.2022
	Taxa média anual (%)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Geração	3,45	3.292.328	(1.948.903)	1.343.425	1.129.490
Transmissão	4,02	66.546	(41.427)	25.119	18.072
Distribuição	4,69	23.674	(20.712)	2.962	2.689
Administração	7,96	659.478	(408.303)	251.175	208.715
Comercialização	7,96	10.247	(9.411)	836	1.036
		4.052.273	(2.428.756)	1.623.517	1.360.002
Obrigações especiais		(7.207)	1.090	(6.117)	(6.366)
EM SERVIÇO		4.045.066	(2.427.666)	1.617.400	1.353.636
Geração		357.000	-	357.000	531.342
Administração		42.313	-	42.313	118.659
EM CURSO		399.313	-	399.313	650.001
TOTAL		4.444.379	(2.427.666)	2.016.713	2.003.637

As movimentações do imobilizado nos exercícios de 2023 e de 2022, são como segue:

Imobilizado - Consolidado	Em serviço				Em curso		Total do Imobilizado
	Custo	Depreciação acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Valor líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.616.607	(2.404.056)	(6.612)	1.205.939	603.942	603.942	1.809.881
Adições	-	-	-	-	344.324	344.324	344.324
Baixas	(11.919)	8.044	-	(3.875)	(33.770)	(33.770)	(37.645)
Depreciação	-	(84.483)	246	(84.237)	-	-	(84.237)
Transferências entre curso e serviço	233.443	-	-	233.443	(233.443)	(233.443)	-
Transferências do / (para o) intangível	2.366	-	-	2.366	(31.052)	(31.052)	(28.686)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.840.497	(2.480.495)	(6.366)	1.353.636	650.001	650.001	2.003.637
Adições	-	-	-	-	150.547	150.547	150.547
Baixas	(28.387)	22.396	-	(5.991)	(2.239)	(2.239)	(8.230)
Depreciação	-	(90.483)	249	(90.234)	-	-	(90.234)
Transferências entre curso e serviço	334.570	-	-	334.570	(334.570)	(334.570)	-
Transferências do / (para o) intangível	7.230	(6.903)	-	327	(39.523)	(39.523)	(39.196)
Saldo inicial da controlada Axxiom	1.595	(1.406)	-	189	-	-	189
Reclassificações	(103.232)	128.135	-	24.903	(24.903)	(24.903)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.052.273	(2.428.756)	(6.117)	1.617.400	399.313	399.313	2.016.713

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi incorporado ao ativo imobilizado: (i) capitalização de juros, no montante de R\$16.254 (R\$18.829 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022), cuja taxa média de capitalização foi de 7,1% ao ano (7,2% em 31 de dezembro de 2022); e (ii) capitalização de despesas com contratos de arrendamento (IFRS 16), no montante de R\$16.122 (R\$17.736 em 31 de dezembro de 2022).

17.1 Taxas anuais de depreciação:

As principais taxas anuais de depreciação, com base na estimativa da vida útil dos bens, são as seguintes:

GERAÇÃO	%	COMERCIALIZAÇÃO	%	ADMINISTRAÇÃO	%	TRANSMISSÃO	%
Barramento	2,50	Edificações	3,33	Edificações	3,33	Condutor do sistema	2,70
Disjuntor	3,03	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25
Edificações	2,00	Veículos	14,29	Veículos	14,29	Estrutura do sistema	3,13
Equipamentos da tomada d'água	3,70					Religadores	4,00
Estrutura da tomada d'água	2,86						
Gerador	3,33						
Grupo motor – gerador	5,88						
Reserva, barragens e adutoras	2,00						
Sistema de comunicação local	6,67						
Turbina hidráulica	2,50						

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável para os ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear respeitando a vida útil do bem.

18. INTANGÍVEL

Intangível – Consolidado	31.12.2023			31.12.2022
	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso da concessão	8.851.843	(7.276.974)	1.574.869	2.059.045
Extensão da concessão	433.829	(175.955)	257.874	316.525
Outros ^(a)	1.478.941	(1.147.118)	331.823	240.121
Obrigações especiais	(803.444)	542.752	(260.692)	(326.968)
EM SERVIÇO	9.961.169	(8.057.295)	1.903.874	2.288.723
Outros ^(a)	147.810	-	147.810	179.146
EM CURSO	147.810	-	147.810	179.146
TOTAL	10.108.979	(8.057.295)	2.051.684	2.467.869

^(a) Inclui, basicamente, softwares e licenças

As movimentações do intangível nos exercícios de 2023 e de 2022, são como segue:

Intangível - Consolidado	Em serviço				Em curso			Total do Intangível
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	10.145.640	(7.123.687)	(353.087)	2.668.866	164.689	-	164.689	2.833.555
Adições	-	-	-	-	122.373	(26.094)	96.279	96.279
Baixas	(96.774)	79.753	-	(17.021)	(192)	-	(192)	(17.213)
Amortização	-	(695.468)	68.821	(626.647)	-	-	-	(626.647)
Transferências	105.358	-	(26.094)	79.264	(105.358)	26.094	(79.264)	-
Transferências de outros créditos (Acordo Furnas)	253.825	(183.162)	-	70.663	-	-	-	70.663
Transferências do (para o) imobilizado	31.052	-	-	31.052	(2.366)	-	(2.366)	28.686
Transferências do ativo contratual	989.182	-	(25.062)	964.120	-	-	-	964.120
Transferências para o ativo financeiro da concessão ^(a)	(890.028)	-	21.354	(868.674)	-	-	-	(868.674)
Transferências do ativo financeiro da concessão (nota explicativa nº 14)	-	-	(12.900)	(12.900)	-	-	-	(12.900)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.538.255	(7.922.564)	(326.968)	2.288.723	179.146	-	179.146	2.467.869
Adições	-	-	-	-	121.837	-	121.837	121.837
Baixas	(81.664)	71.071	-	(10.593)	(166)	-	(166)	(10.759)
Amortização	-	(748.732)	70.636	(678.096)	-	-	-	(678.096)
Transferências	152.497	-	-	152.497	(152.497)	-	(152.497)	-
Transferências de outros créditos (Acordo Furnas)	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do (para o) imobilizado	32.803	6.903	-	39.706	(510)	-	(510)	39.196
Transferências do ativo contratual	891.551	-	(38.785)	852.766	-	-	-	852.766
Transferências para o ativo financeiro da concessão ^(a)	(775.589)	-	34.425	(741.164)	-	-	-	(741.164)
Saldo inicial da controlada Axxiom	6.760	(6.725)	-	35	-	-	-	35
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.764.613	(8.600.047)	(260.692)	1.903.874	147.810	-	147.810	2.051.684

^(a) Transferência para o ativo financeiro da concessão referente a bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço e transferência do ativo financeiro da concessão referente às obrigações especiais, vide nota explicativa nº 14.

^(b) Transferência do ativo financeiro da concessão após atualização das taxas de depreciação de obrigações especiais em decorrência da Revisão Tarifária Periódica de 14 de março de 2022.

19. FORNECEDORES

Fornecedores - Circulante	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Comercialização no mercado de curto prazo	-	-	167.909	58.159
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	153.188	137.067
Energia livre - ressarcimento às geradoras ^(a)	-	-	151.400	133.936
Leilões de energia	-	-	458.520	355.568
Itaipu binacional	-	-	189.780	250.285
UTE Norte Fluminense	-	-	291.125	293.903
Materiais e serviços	15.514	1.001	294.960	277.113
TOTAL - CIRCULANTE	15.514	1.001	1.706.882	1.506.031

^(a) Energia livre – ressarcimento às geradoras - refere-se a valores a pagar as geradoras de energia elétrica referente às perdas ocorridas no período de racionamento de energia entre junho de 2001 a fevereiro de 2002. A Companhia possui Mandados de Segurança contra os despachos SFF/ANEEL nº 2.517/2010 e SFF/ANEEL nº 1.068/2010, e o montante vem sendo atualizado mensalmente pela taxa Selic.

20. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

Tributos e contribuições a pagar	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
ICMS a pagar	-	-	195.405	237.010
Parcelamento - Lei 11.941/09	-	-	16.491	43.132
PIS e COFINS a pagar	667	410	9.218	7.500
INSS	173	94	1.080	1.133
IRRF a pagar	320	123	898	926
Provisão de IRPJ e CSLL	-	-	222.798	95.154
Outros	37	14	29.851	15.428
TOTAL	1.197	641	475.741	400.283
Circulante	1.197	641	399.512	238.840
Não circulante	-	-	76.229	161.443

21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A Companhia e suas subsidiárias Light Serviços de Eletricidade S.A. e Light Energia S.A. estão com a exigibilidade de seus empréstimos e financiamentos suspensos desde o ajuizamento da Tutela Cautelar Antecedente, em 10 de abril de 2023 e, por isso, permanecem com seus saldos congelados dentro do processo de recuperação judicial. A Companhia provisionou os juros e correção monetária que teriam sido incorridos desde o pedido de recuperação judicial de acordo com os termos e condições originalmente previstas nos contratos das dívidas financeiras ora concursais e, efetuou a reclassificação dos valores para o passivo circulante.

Financiador - Consolidado	Controlada	Circulante			Total	
		Principal	Encargos	Total	31.12.2023	31.12.2022
TN - Par Bond	Light SESA	188.421	2.434	190.855	190.855	205.693
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	(181.793)	-	(181.793)	(181.793)	(191.899)
TN - Discount Bond	Light SESA	131.474	1.779	133.253	133.253	142.476
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	(126.336)	-	(126.336)	(126.336)	(134.742)
4131 Citibank 2021	Light SESA	193.652	9.665	203.317	203.317	208.764
Bonds 2021	Light SESA	1.936.520	87.547	2.024.067	2.024.067	2.090.377
Bonds 2021	Light Energia	968.260	43.773	1.012.033	1.012.033	1.045.062
Subtotal - Moeda estrangeira		3.110.198	145.198	3.255.396	3.255.396	3.365.731
Custo de captação		(23.092)	-	(23.092)	(23.092)	(32.329)
Custos - Moeda estrangeira		(23.092)	-	(23.092)	(23.092)	(32.329)
MOEDA ESTRANGEIRA – TOTAL		3.087.106	145.198	3.232.304	3.232.304	3.333.402
FIDC 2018 Série A	Light SESA	-	-	-	-	351.755
FIDC 2018 Série B	Light SESA	-	-	-	-	155.620
CCB Santander Lajes	Lajes Energia	3.750	18	3.768	3.768	8.808
BNDES Conecta	Light Conecta	-	-	-	-	116
Fianças bancárias diversas	Light SESA	-	43	43	43	70
Cotas Subordinadas FIDC	Light SESA	-	-	-	-	(34.789)
Retenção FIDC	Light SESA	(274)	-	(274)	(274)	(31.424)
Subtotal - Moeda nacional		3.476	61	3.537	3.537	450.156
Custo de captação		-	-	-	-	(10.260)
Custos - Moeda nacional		-	-	-	-	(10.260)
MOEDA NACIONAL – TOTAL		3.476	61	3.537	3.537	439.896
TOTAL		3.090.582	145.259	3.235.841	3.235.841	3.773.298

As condições contratuais dos empréstimos e financiamentos existentes em 31 de dezembro de 2023, são como segue:

Financiador – Consolidado	Controlada	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a	Taxa efetiva	Amortização do principal		
						Forma de pagamento	Início	Término
TN - Par Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	USD + 6,00%	6,00%	Única	abr/24	abr/24
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	U\$ Treasury	-	Única	abr/24	abr/24
TN - Discount Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	Libor 6M + 0,8125%	6,39%	Única	abr/24	abr/24
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	U\$ Treasury	-	Única	abr/24	abr/24
4131 Citibank 2021	Light SESA	29.09.2021	US\$	Libor 3M + 1,18%	6,77%	Única	mar/25	mar/25
Bonds 2021	Light SESA	18.06.2021	US\$	USD + 4,375%	4,38%	Única	jun/26	jun/26
Bonds 2021	Light Energia	18.06.2021	US\$	USD + 4,375%	4,38%	Única	jun/26	jun/26
FIDC 2018 Série A	Light SESA	04.04.2018	R\$	CDI + 1,20%	N/A	Mensal	jul/19	jun/24
FIDC 2018 Série B	Light SESA	04.04.2018	R\$	IPCA + 5,75%	N/A	Mensal	jul/19	jun/24
CCB Santander Lajes	Lajes Energia	30.09.2020	R\$	CDI + 2,40%	15,75%	Mensal	out/20	set/24
BNDES Conecta	Light Conecta	10.10.2018	R\$	3,50%	N/A	Mensal	out/18	out/23

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC”) foi constituído em 04 de junho de 2018, com objetivo de rolagem das dívidas vincendas, cessão de direitos creditórios da controlada Light SESA e prazo de 6 anos originalmente. O FIDC foi emitido com duas séries de Cotas Seniores: (i) 1ª série, com taxa de CDI + 1,20% a.a. e; (ii) 2ª série, com taxa de IPCA + 5,75% a.a. Além das Cotas Seniores, foi realizada em junho de 2018 a emissão das Cotas Subordinadas do FIDC no montante de R\$35.104. As Cotas Subordinadas não foram objeto de distribuição pública e foram integralizadas exclusivamente pela controlada Light SESA com o objetivo de atender às condições precedentes para integralização de Cotas Seniores do FIDC (atendimento à relação mínima de 102,5% e composição das reservas iniciais do FIDC), e com isto viabilizar a emissão de Cotas Seniores e consequentemente a cessão de direitos creditórios da Light SESA para o FIDC.

Em 15 de setembro de 2023, a controlada Light SESA amortizou integralmente as Cotas Seniores do FIDC, devido ao processo de amortização acelerada decorrente do rebaixamento do seu rating. As Cotas Subordinadas permitiam amortizações intermediárias, em casos de excesso de subordinação no FIDC, e tiveram resgate parcial em 18 de setembro de 2023 no valor líquido de R\$32.862 restando ainda um saldo em aberto de R\$274. As Cotas Seniores e Cotas Subordinadas não integram os créditos concursais sujeitos à recuperação judicial.

Além das cauções dos contratos em moeda estrangeira celebrado com o Tesouro Nacional (TN), os empréstimos estão garantidos por avais da Light S.A. – Em Recuperação Judicial Ademais, foram cedidos direitos creditórios, presentes e futuros, da controlada Light SESA.

Em 31 de dezembro de 2023, os empréstimos e financiamentos tem avais, fianças ou garantias corporativas da Light S.A. – Em Recuperação Judicial, emitidas em favor de suas controladas ou controladas em conjunto, no montante de R\$3.243.185 (R\$3.353.127 em 31 de dezembro de 2022).

A variação percentual das principais moedas estrangeiras e os percentuais dos principais indicadores, base de atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures, teve o seguinte comportamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Moedas estrangeiras e indicadores	31.12.2023	31.12.2022
USD - Dólar Americano	-7,21%	-6,50%
IGP-M	-3,18%	5,46%
IPCA	4,62%	5,78%
SELIC	13,04%	12,39%
CDI	13,04%	12,39%
TJLP	6,55%	7,20%

As movimentações dos empréstimos e financiamentos consolidados nos exercícios de 2023 e de 2022, são como segue:

Consolidado	Principal	Encargos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.387.126	21.894	4.409.020
Variação monetária e cambial	(220.350)	-	(220.350)
Encargos financeiros provisionados	-	245.880	245.880
Encargos financeiros pagos	-	(256.848)	(256.848)
Amortização do principal	(421.325)	-	(421.325)
Amortização do custo de captação	18.068	-	18.068
Cotas Subordinadas e Retenção – FIDC	(1.147)	-	(1.147)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.762.372	10.926	3.773.298
Variação monetária e cambial	(243.251)	-	(243.251)
Encargos financeiros provisionados	-	183.470	183.470
Encargos financeiros pagos ^(a)	-	(49.137)	(49.137)
Amortização do principal ^(a)	(513.975)	-	(513.975)
Amortização do custo de captação	19.497	-	19.497
Cotas Subordinadas e Retenção – FIDC	65.939	-	65.939
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.090.582	145.259	3.235.841

^(a) Inclui a amortização do FIDC e as amortizações de principal e de juros efetuadas anteriormente ao deferimento do Pedido de Recuperação Judicial, em 15 de maio de 2023.

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a captação dos empréstimos e custos com *fees de covenants (waivers)*. Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Movimentação dos custos – Consolidado	Controlada	Saldo a amortizar em 31.12.2021	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2022	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2023
Nota Promissória - 5ª NP	Light SESA	1.993	(1.993)	-	-	-
FIDC 2018	Light SESA	17.099	(6.839)	10.260	(10.260)	-
Bonds 2018	Light SESA	-	-	-	-	-
Bonds 2021	Light SESA	27.730	(6.162)	21.568	(6.163)	15.405
Bonds 2018	Light Energia	-	-	-	-	-
Bonds 2021	Light Energia	13.835	(3.074)	10.761	(3.074)	7.687
TOTAL		60.657	(18.068)	42.589	(19.497)	23.092

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez relacionados a empréstimos e financiamentos é divulgada na nota explicativa nº 33.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, inclusive vencimento cruzado. O

vencimento antecipado ocorre quando do não atendimento a pelo menos um indicador dos chamados "covenants financeiros" em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados, e também quando do não atendimento de determinados "covenants não financeiros", como o pedido de recuperação judicial.

Em 15 de maio de 2023, foi deferido à Companhia o Pedido de Recuperação Judicial, ensejando o não cumprimento do indicador de "covenants não financeiros" e conseqüentemente o vencimento antecipado das dívidas da Companhia. No entanto, em razão da Recuperação Judicial, restou suspensa a exigibilidade das obrigações financeiras relativas aos contratos celebrados pelas partes envolvidas; os efeitos de decretação de vencimento antecipado e/ou amortização acelerada de obrigações já ocorridas; a eficácia de suas respectivas cláusulas, impedindo-se novas e futuras decretações nesse sentido, e os efeitos de qualquer direito ou pretensão de compensação contratual.

22. DEBÊNTURES

A Companhia e suas subsidiárias Light Serviços de Eletricidade S.A. e Light Energia S.A. estão com a exigibilidade de suas debêntures suspensas desde o ajuizamento da Tutela Cautelar Antecedente, em 10 de abril de 2023 e, por isso, permanecem com seus saldos congelados dentro do processo de recuperação judicial. A Companhia provisionou os juros e correção monetária que teriam sido incorridos desde o pedido de recuperação judicial de acordo com os termos e condições originalmente previstas nos contratos das dívidas financeiras ora concursais e, efetuou a reclassificação dos valores para o passivo circulante.

Emissão - Consolidado	Controlada	Circulante			Total	
		Principal	Encargos	Total	31.12.2023	31.12.2022
8ª Emissão	Light SESA	-	-	-	-	158.357
9ª Emissão Série B	Light SESA	121.838	7.852	129.690	129.690	117.209
15ª Emissão Série 1	Light SESA	715.793	58.757	774.550	774.550	693.833
16ª Emissão Série 2	Light SESA	422.950	75.315	498.265	498.265	435.381
16ª Emissão Série 3	Light SESA	62.500	11.216	73.716	73.716	64.350
17ª Emissão Série 2	Light SESA	50.000	9.215	59.215	59.215	51.522
17ª Emissão Série 4	Light SESA	192.122	12.108	204.230	204.230	185.608
19ª Emissão	Light SESA	632.870	53.850	686.720	686.720	620.281
20ª Emissão	Light SESA	756.904	32.884	789.788	789.788	736.490
21ª Emissão	Light SESA	240.012	36.425	276.437	276.437	386.284
22ª Emissão	Light SESA	1.077.899	61.490	1.139.389	1.139.389	1.039.306
23ª Emissão Série 1	Light SESA	263.500	48.387	311.887	311.887	271.465
23ª Emissão Série 2	Light SESA	268.500	50.426	318.926	318.926	276.784
24ª Emissão	Light SESA	1.300.000	244.148	1.544.148	1.544.148	1.340.111
25ª Emissão CRI	Light SESA	52.626	3.979	56.605	56.605	50.530
3ª Emissão	Light Energia	-	-	-	-	10.108
7ª Emissão	Light Energia	580.219	26.542	606.761	606.761	566.322
Subtotal - Debêntures		6.737.733	732.594	7.470.327	7.470.327	7.003.941
Custo de captação		(60.698)	-	(60.698)	(60.698)	(86.669)
Custo fee de covenants		-	-	-	-	(1.880)
Custos - Debêntures		(60.698)	-	(60.698)	(60.698)	(88.549)
TOTAL		6.677.035	732.594	7.409.629	7.409.629	6.915.392

As condições contratuais das debêntures consolidadas existentes em 31 de dezembro de 2023, são como segue:

Emissão - Consolidado	Controlada	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a	Taxa efetiva	Amortização do principal		
						Forma de pagamento	Início	Término
8ª Emissão	Light SESA	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	N/A	Anual	jun/15	jun/26
9ª Emissão Série B	Light SESA	15.06.2013	R\$	IPCA + 5,74%	10,63%	Anual	mai/20	mai/23
15ª Emissão Série 1	Light SESA	12.09.2018	R\$	IPCA + 6,83%	11,77%	Anual	out/24	out/25
16ª Emissão Série 2	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 1,25%	14,45%	Anual	abr/23	abr/24
16ª Emissão Série 3	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 1,35%	14,57%	Única	abr/25	abr/25
17ª Emissão Série 2	Light SESA	11.10.2019	R\$	CDI + 1,75%	15,02%	Anual	out/23	out/24
17ª Emissão Série 4	Light SESA	11.10.2019	R\$	IPCA + 5,25%	10,11%	Anual	out/25	out/26
19ª Emissão	Light SESA	15.07.2020	R\$	IPCA + 5,8%	10,69%	Única	jul/25	jul/25
20ª Emissão	Light SESA	14.08.2020	R\$	IPCA + 5,0867%	9,94%	Única	ago/25	ago/25
21ª Emissão	Light SESA	09.02.2021	R\$	CDI + 2,60%	15,98%	Anual	jan/23	jan/25
22ª Emissão	Light SESA	05.04.2021	R\$	IPCA + 4,7543%	9,60%	Anual	abr/29	abr/31
23ª Emissão Série 1	Light SESA	15.10.2021	R\$	CDI + 1,65%	14,90%	Anual	out/24	out/26
23ª Emissão Série 2	Light SESA	15.10.2021	R\$	CDI + 1,95%	15,24%	Anual	out/27	out/28
24ª Emissão	Light SESA	25.03.2022	R\$	CDI + 1,95%	15,24%	Única	abr/24	abr/24
25ª Emissão CRI	Light SESA	30.11.2022	R\$	IPCA+7,1773% a.a.	12,13%	Anual	nov/28	nov/29
3ª Emissão	Light Energia	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	N/A	Anual	jun/15	jun/26
7ª Emissão	Light Energia	05.08.2021	R\$	IPCA + 4,85%	9,70%	Anual	jul/25	jul/28

As principais operações financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 foram:

Em 28 de março de 2023, houve o pré-pagamento da 8ª emissão de debêntures da controlada Light SESA e da 3ª emissão de debêntures da controlada Light Energia, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em série única, a qual foi objeto de oferta privada de distribuição, no montante de R\$156.698 e de R\$10.002 respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2023, a totalidade das debêntures emitidas pelas controladas da Companhia têm avais, fianças ou garantias corporativas da Light S.A. – Em Recuperação Judicial.

As movimentações das debêntures consolidadas nos exercícios de 2023 e de 2022, são como segue:

Consolidado	Principal	Encargos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.618.592	116.714	6.735.306
Debêntures emitidas	1.350.000	-	1.350.000
Variação monetária	236.610	-	236.610
Encargos financeiros provisionados	-	638.053	638.053
Encargos financeiros pagos	-	(619.226)	(619.226)
Amortização do principal	(1.469.402)	-	(1.469.402)
Custo de emissão	(14.689)	-	(14.689)
Amortização custo de emissão	29.807	-	29.807
Encargos capitalizados no ativo contratual e imobilizado	-	28.933	28.933
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.750.918	164.474	6.915.392
Variação monetária	184.954	-	184.954
Encargos financeiros provisionados	-	582.805	582.805
Encargos financeiros pagos	-	(68.410)	(68.410)
Amortização do principal ^(a)	(286.688)	-	(286.688)
Amortização custo de emissão	27.851	-	27.851
Encargos capitalizados no ativo contratual e imobilizado	-	53.725	53.725
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.677.035	732.594	7.409.629

^(a) Inclui as amortizações efetuadas anteriormente ao deferimento do Pedido de Recuperação Judicial, em 15 de maio de 2023.

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures e custos com *fees de covenants (waivers)*. Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Movimentação dos custos de emissão - Consolidado	Controlada	Saldo a amortizar em 31.12.2021	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2022	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2023
Debêntures 8ª Emissão	Light SESA	2.388	-	(531)	1.857	(1.857)	-
Debêntures 9ª Emissão A	Light SESA	-	-	-	-	-	-
Debêntures 9ª Emissão B	Light SESA	2.141	-	(1.481)	660	(660)	-
Debêntures 13ª Emissão	Light SESA	3.381	-	(3.381)	-	-	-
Debêntures 15ª Emissão	Light SESA	20.901	-	(5.452)	15.449	(5.453)	9.996
Debêntures 16ª Emissão	Light SESA	1.894	-	(569)	1.325	(568)	757
Debêntures 17ª Emissão	Light SESA	3.255	-	(2.067)	1.188	(371)	817
Debêntures 19ª Emissão	Light SESA	11.084	-	(3.094)	7.990	(3.093)	4.897
Debêntures 20ª Emissão	Light SESA	10.068	-	(2.745)	7.323	(2.746)	4.577
Debêntures 21ª Emissão	Light SESA	2.990	-	(970)	2.020	(970)	1.050
Debêntures 22ª Emissão	Light SESA	31.942	-	(3.421)	28.521	(3.423)	25.098
Debêntures 23ª Emissão	Light SESA	2.310	537	(374)	2.473	(424)	2.049
Debêntures 24ª Emissão	Light SESA	-	12.300	(3.997)	8.303	(6.228)	2.075
Debêntures 25ª Emissão	Light SESA	-	1.852	-	1.852	(268)	1.584
Debêntures 3ª Emissão	Light Energia	115	-	-	115	(115)	-
Debêntures 7ª Emissão	Light Energia	11.198	-	(1.725)	9.473	(1.675)	7.798
TOTAL		103.667	14.689	(29.807)	88.549	(27.851)	60.698

As debêntures da Companhia não são objeto de repactuação programada. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez relacionados a debêntures é divulgada na nota explicativa nº 33.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de debêntures, inclusive vencimento cruzado. O vencimento antecipado ocorre quando do não atendimento a pelo menos um indicador dos chamados "covenants financeiros" em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados, e também quando do não atendimento de determinados "covenants não financeiros", como o pedido de recuperação judicial. Todas as emissões de debêntures preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (*covenants*).

Em 15 de maio de 2023, foi deferido à Companhia o Pedido de Recuperação Judicial, ensejando o não cumprimento do indicador de "covenants não financeiros" e conseqüentemente o vencimento antecipado das dívidas da Companhia. No entanto, em razão da Recuperação Judicial, restou suspensa a exigibilidade das obrigações financeiras relativas aos contratos celebrados pelas partes envolvidas; os efeitos de decretação de vencimento antecipado e/ou amortização acelerada de obrigações já ocorridas; a eficácia de suas respectivas cláusulas, impedindo-se novas e futuras decretações nesse sentido, e os efeitos de qualquer direito ou pretensão de compensação contratual.

23. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Os processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria trabalhista, cível, fiscal, ambiental e regulatória.

23.1 Perdas Prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

As movimentações para perdas prováveis nos exercícios de 2023 e de 2022, são como segue:

Provisões para perdas prováveis - Controladora	Fiscais
Saldo em 31 de dezembro de 2021	881
Atualizações	49
Saldo em 31 de dezembro de 2022	930
Atualizações	54
Saldo em 31 de dezembro de 2023	984

Provisões para perdas prováveis - Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Outros	PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS	Honorários de êxito	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	92.658	179.258	76.474	52.963	554	-	100.196	502.103
Adições	31.433	828.107	73.121	56.509	4.260	1.081.068	5.913	2.080.411
Atualizações	19.336	23.454	80.226	1.678	7.381	1.661.716	8.232	1.802.023
Pagamentos	(15.438)	(288.394)	-	(7.414)	(1.215)	-	(9.310)	(321.771)
Reversões	(27.190)	(15.727)	(46.232)	(4.995)	-	-	(4.646)	(98.790)
Transferência para outros débitos	-	-	-	(52.275)	-	-	-	(52.275)
Transferência de fornecedor	-	-	-	-	5.430	-	-	5.430
Saldo em 31 de dezembro de 2022	100.799	726.698	183.589	46.466	16.410	2.742.784	100.385	3.917.131
Adições	44.049	246.248	5.797	4.727	-	-	13.452	314.273
Atualizações	30.903	30.168	18.031	3.557	(470)	135.567	7.810	225.566
Pagamentos	(22.777)	(342.427)	-	(1.315)	(2.656)	-	(7.876)	(377.051)
Reversões	(47.797)	(39.242)	-	-	(13.284)	-	(5.766)	(106.089)
Transferência para outros débitos	-	-	-	(5.385)	-	-	-	(5.385)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	105.177	621.445	207.417	48.050	-	2.878.351	108.005	3.968.445

Em 31 de dezembro de 2023, está registrado em depósitos vinculados a litígios o total de R\$368.346 (R\$221.491 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$168.985 (R\$58.367 em 31 de dezembro de 2022) referem-se às causas com provisão constituída. Os demais depósitos referem-se a processos cujas probabilidades de perda são possíveis ou remotas. Segue abaixo o saldo dos depósitos judiciais:

Consolidado	31.12.2023		31.12.2022	
	Depósitos Judiciais	Provisão com Depósitos Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão com Depósitos Judiciais
Trabalhistas	51.759	13.659	45.885	14.700
Cíveis	125.566	6.411	104.727	7.432
Fiscais	191.021	148.915	70.879	36.235
TOTAL	368.346	168.985	221.491	58.367

23.1.1 Trabalhistas

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2023	31.12.2022
Funcionários próprios	50.338	51.107
Funcionários terceirizados	54.839	49.692
TOTAL	105.177	100.799

A provisão para os riscos trabalhistas é feita com base na avaliação dos respectivos advogados patronos, avaliando o risco de perda no decorrer do processo. O valor de provisão referente a empregados próprios oscila em razão do vínculo direto com a Companhia e seus consequentes direitos. No que se refere aos terceirizados, o risco envolve em sua maioria a responsabilidade subsidiária, o que significa que a Companhia só arcará com o pagamento no caso da ausência deste por parte da real empregadora, a empresa terceirizada.

23.1.2 Cíveis

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2023	31.12.2022
Ações Cíveis ^(a)	573.743	666.281
Juizado Especial Cível ^(b)	38.043	52.386
Plano Cruzado ^(c)	9.659	8.031
TOTAL	621.445	726.698

^(a) Provisão para as Ações Cíveis engloba processos quantificáveis, nos quais a Companhia e suas controladas são réis, e que possuem prognóstico de perda provável na avaliação dos respectivos advogados patronos. Grande parte das causas é relacionada a pleitos de danos materiais e morais pela postura ostensiva da empresa no combate às irregularidades na rede, além de questionamentos de valores pagos por consumidores. Dentre os valores provisionados destaca-se a ação indenizatória proposta pela Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”) no último trimestre de 1995, onde a CSN ajuizou a ação 0129629-98.1995.8.19.0001 pleiteando, indenização por danos eventualmente sofridos e lucros cessantes, em razão de oscilações e interrupções no fornecimento de energia elétrica. A ação encontra-se em fase de liquidação de sentença onde a CSN pleiteia o valor de R\$816.831, valor este impugnado pela Light. O recurso da Companhia em sede de execução foi julgado procedente em 22 de março de 2022 tendo a decisão homologatória do laudo pericial sido anulada, e determinado o retorno dos autos para a fase pericial. A CSN entrou com alguns recursos que foram rejeitados, restando pendente de

juízo os Embargos de Declaração opostos, em 01 de dezembro de 2023 contra decisão do STJ que não conheceu os Embargos de Divergência da CSN Recurso remetido à Ministra Presidente do STJ em 11 de dezembro de 2023 para decisão. A exposição do risco provável para a controlada Light SESA em 31 de dezembro de 2023 é de R\$106.810 (R\$99.273 em 31 de dezembro de 2022).

- (b) As ações Cíveis e de Juizado Especial Cível que envolvem discussões quanto às relações de consumo, tais como termo de ocorrência de irregularidade (TOI), interrupção da prestação do serviço, questionamentos referentes a fatura de energia elétrica, suspensão do fornecimento de energia por inadimplência, transferência de titularidade, negativação, queima de equipamentos e outros, o provisionamento é feito a partir da separação dos sete principais motivos ofensores para a Companhia, que representam aproximadamente 93,3% da quantidade total de processos provisionados do Juizado Especial Cível, e aproximadamente 89,3% da quantidade total de processos provisionados da vara Cível.
- (c) São ações movidas contra a controlada Light SESA relativas ao aumento da tarifa de energia elétrica aprovado pelas Portarias nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 04 de março de 1986, publicadas pelo extinto DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que contrariavam o Decreto-lei nº 2.283/86 (decreto do Plano Cruzado), o qual previa que todos os preços ficariam congelados. Os autores dessas ações buscam a restituição dos valores supostamente pagos a maior nas faturas de energia elétrica quando da majoração das tarifas da controlada Light SESA no período em que houve o congelamento dos preços.

23.1.3 Fiscais

Valor provisionado (perda provável)	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
ICMS - Créditos homologados ^(a)	-	-	28.641	28.641
LIR/LOI - Embargos à Execução ^(b)	-	-	109.883	105.413
Outros	984	930	68.893	49.535
TOTAL	984	930	207.417	183.589

- (a) A controlada Light SESA provisionou o montante de R\$46.232, relativo a parte do valor autuado em processo por meio do qual o Estado do Rio de Janeiro pretende cobrar ICMS decorrente da utilização supostamente indevida de créditos do imposto, adquiridos pela controlada Light SESA de terceiros, e que haviam sido previamente homologados pela Secretaria Estadual de Fazenda. Em 31 de dezembro de 2023, o débito é de R\$658.741 (R\$638.602 em 31 de dezembro de 2022). Após reavaliação, os assessores jurídicos internos e externos classificaram o valor de R\$42.029, relativo ao principal (imposto), assim como o valor a ele proporcional, relativo aos honorários advocatícios da Procuradoria, no montante de R\$4.203, como sendo perda provável e, todo o restante do valor autuado, relativo a juros, correção monetária e honorários advocatícios proporcionais, como perda remota. O processo administrativo se encerrou em junho de 2015 com decisão desfavorável à controlada Light SESA. Esta contingência foi judicializada e atualmente aguarda-se julgamento dos Agravos em Recursos Especiais interpostos tanto pela controlada Light SESA, quanto pelo Estado do Rio de Janeiro em face do acórdão que manteve a cobrança do principal e excluiu a cobrança da correção monetária e dos juros de mora. Em agosto de 2022, a controlada Light SESA reavaliou a provisão e o montante provisionado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$28.641 (R\$28.641 em 31 de dezembro de 2023). A correção

monetária dessa causa tem prognóstico remoto e consequentemente o montante não foi atualizado.

- (b) LIR/LOI - IRPJ/CSLL - A discussão está relacionada ao método de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, dado que a controlada Light SESA defendia, por meio de Mandado de Segurança, que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial. Para se valer dos benefícios do programa REFIS, a controlada Light SESA desistiu integralmente do referido Mandado de Segurança, renunciou ao direito de questionar o Método do Equivalência Patrimonial (“MEP”) e alterou o procedimento para passar a tributar os resultados pelo referido método, previsto na Instrução Normativa nº 213/2002. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a controlada Light SESA quanto aos exercícios de 2004 a 2009, passando a exigir a tributação apenas sobre os lucros. Para o exercício de 2004, foi ajuizada Execução Fiscal, que teve decisão desfavorável de mérito no STJ, além de ter sido revogada a tutela obtida pela controlada Light SESA que suspendia a substituição da garantia apresentada nos autos (apólice de seguro) por depósito judicial. Em junho de 2022, a controlada Light SESA provisionou o montante de R\$103.157 em razão da decisão do STJ que julgou improcedente o seu Recurso Especial. Em 30 de junho de 2023, a controlada Light SESA realizou depósito judicial no montante de R\$107.683, em substituição à apólice de seguro garantia. Em 31 de dezembro de 2023, o valor atualizado é de R\$109.883 (R\$105.413 em 31 de dezembro de 2022).

23.1.4 Regulatórias

A Companhia descreve as principais contingências regulatórias decorrentes de discussões administrativas com a ANEEL:

- Em 25 de outubro de 2022, a controlada Light SESA recebeu o despacho nº 3.089/2022 no qual a ANEEL deliberou que a distribuidora deverá providenciar a devolução em dobro das quantias pagas a maior por 26.562 unidades consumidoras condominiais entre janeiro de 2011 e agosto de 2012, em razão de reclassificação dessas unidades de tipo “Administração condominial” da classe Residencial para Comercial após o prazo regulatório previsto. Os valores originalmente cobrados a maior já foram integralmente devolvidos pela controlada Light SESA. Em 17 de novembro de 2022, a Companhia ingressou com Ação Ordinária com Pedido de Tutela Antecipada em Caráter Antecedente, obtendo decisão favorável, que suspende os efeitos do item II do despacho recebido. A Administração da controlada Light SESA, baseada na opinião dos seus assessores legais, entende que parte do desembolso de caixa por parte da controlada Light SESA determinado pelo despacho nº 3.089/2022 possui os prognósticos de perda provável e, em dezembro de 2022, reconheceu o montante de R\$45.900, referente a esta parcela. Baseada na opinião dos seus assessores legais, a Administração entende que a parte remanescente do desembolso de caixa por parte da controlada Light SESA determinado pelo despacho nº 3.089/2022, no montante de R\$89.100, possui os prognósticos de perda possível e, portanto, não foi provisionado. Em 31 de dezembro de 2023, o valor atualizado é de R\$48.050 (R\$45.900 em 31 de dezembro de 2022).

23.1.5 Crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor

Em 27 de junho de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.385/22, a qual altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar o repasse de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica. A nova Lei incluiu o art. 3º-B, na Lei nº 9.427/1996, para determinar a destinação integral em proveitos dos usuários afetados, dos créditos oriundos das ações em que as distribuidoras de energia elétrica obtiveram a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

A ANEEL estabeleceu os critérios para operacionalização da devolução dos créditos de PIS/COFINS levando em consideração, dentre outros aspectos, o valor total do crédito utilizado em compensação e a capacidade máxima de compensação desses créditos. A devolução dos créditos aos consumidores se dará por meio dos processos tarifários anuais.

Os Administradores da Companhia, baseados na opinião dos seus assessores legais externos, concluíram que a ANEEL não observou os estritos contornos da lei, além de que há inconstitucionalidades na Lei. Desta forma, foram traçadas estratégias de atuação judicial que envolvem medidas judiciais diferentes, a serem sucessivamente apresentadas perante o Poder Judiciário, respeitando-se uma ordem lógica-jurídica.

A Companhia impetrou o Mandado de Segurança nº 5062961-48.2022.4.02.5101, em trâmite perante a 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro, com objetivo de evitar a saída de recursos antes da efetiva homologação da compensação tributária pela Receita Federal do Brasil - RFB. Sentença denegou a segurança em 25 de agosto de 2023 por inadequação da via eleita. Em 28 de agosto de 2023, o Recurso de Agravo de Instrumento que havia sido interposto pela Companhia contra o indeferimento da liminar não foi conhecido em razão da perda do objeto pela superveniência de sentença. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pela Companhia em 25 de setembro de 2023.

A Companhia também impetrou o Mandado de Segurança nº 5090279-06.2022.4.02.5101/RJ, agora em trâmite perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, para que a ANEEL, antes de determinar repasse dos créditos aos consumidores, identifique os “usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão”, de forma que a destinação dos créditos em disputa observe a efetiva proporção em que cada usuário tenha sido “afetado” anteriormente pelo eventual recolhimento de tributo. Foi proferida sentença denegando a segurança, a qual foi objeto de recurso de apelação interposto em 26 de maio de 2023. ANEEL apresentou contrarrazões em 22 de agosto de 2023. Recurso aguarda julgamento pelo Tribunal.

Paralelamente, a Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (ABRADEE) ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 7.324, perante o Supremo Tribunal Federal, a qual está sob relatoria do Ministro Alexandre de Moraes. Em 16 de dezembro de 2022, o Ministro Relator, “*diante da relevância da matéria constitucional suscitada e de seu especial significado para a ordem social e a segurança jurídica*” adotou rito abreviado para célere decisão no processo, ainda pendente de julgamento. ADI remetida ao Ministro Relator em 27 de setembro de 2023.

A par desses acontecimentos jurídicos, a ANEEL em 14 de março de 2023, aprovou a Resolução Homologatória nº 3.176/2023, com o reajuste tarifário anual de 2023 da controlada Light SESA, com

previsão de repasse ao consumidor de R\$1.060.361 relativo ao crédito em questão, naquele ciclo tarifário.

A Administração da Companhia decidiu provisionar no exercício de 2022 os valores do crédito que poderá ser repassado aos consumidores, como medida de cautela, apesar do prognóstico de êxito estimado pelos assessores jurídicos externos para as ações judiciais ser *provável*.

A Administração da Companhia ressalta que seguirá adotando medidas judiciais necessárias para resguardar os direitos da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023 o valor provisionado é de R\$2.878.351 (R\$2.742.784 em 31 de dezembro de 2022).

23.1.6 Provisões de honorários de êxito

A Administração da Companhia reavalia periodicamente os processos que possuem honorários de êxito previstos para os assessores jurídicos e, baseada na opinião de seus assessores legais, para o prognóstico de resolução dos processos, constitui provisão para os compromissos de honorários de êxito das causas com prognósticos de perdas possíveis, remotas e excepcionalmente prognóstico provável.

As movimentações para provisão de honorários de êxito nos exercícios de 2023 e de 2022, são como segue:

Provisões para honorários de êxito - Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	428	72.044	27.724	100.196
Adições	50	1.895	3.968	5.913
Atualizações	19	4.389	3.824	8.232
Pagamentos	(59)	(7.307)	(1.944)	(9.310)
Reversões	(82)	(4.185)	(379)	(4.646)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	356	66.836	33.193	100.385
Adições	162	12.894	396	13.452
Atualizações	111	3.531	4.168	7.810
Pagamentos	(50)	(6.593)	(1.233)	(7.876)
Reversões	(80)	(5.043)	(643)	(5.766)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	499	71.625	35.881	108.005

Os prognósticos de perdas adotados pela Companhia e suas controladas são baseados na opinião de seus consultores jurídicos.

23.2 Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza cível, trabalhista e fiscal em andamento cujo probabilidade de perda foi estima como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Consolidado	31.12.2023		31.12.2022	
	Saldo	Quantidade de processos ^(a)	Saldo	Quantidade de processos ^(a)
Cíveis	1.690.849	934	1.431.086	896
Trabalhistas	395.942	1.111	409.901	1.237
Fiscais	13.733.170	1.109	10.142.357	897
TOTAL	15.819.961	3.154	11.983.344	3.030

^(a) Não auditado pelos auditores independentes

23.2.1 Cíveis

A Controlada Light SESA possui diversas ações judiciais de natureza cível que têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) irregularidades decorrentes de perdas comerciais (não técnicas); (ii) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (iii) acidentes envolvendo a sua rede de eletricidade e/ou a prestação do serviço; (iv) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia: A controlada Light SESA figura como ré em ações cíveis discutindo a interrupção do serviço, quer seja motivada por caso fortuito ou de força maior, quer seja para fins de intervenção no sistema elétrico, entre outros motivos e, também, suspensão do serviço, quer seja por inadimplência, impedimento de acesso ou substituição do medidor, entre outros fatos ensejadores. Dentre essas ações, foi adicionado o montante de R\$710.020 com risco de perda possível em decorrência da ação indenizatória proposta pela CSN (0129629-98.1995.8.19.0001), cuja ação encontra-se em fase de liquidação de sentença; e (v) discussões que versam sobre os mais diversos temas, como funcionalidade dos medidores. Em 31 de dezembro de 2023, o montante total referente às ações é de R\$881.129 (R\$793.471 em 31 de dezembro de 2022).

A controlada Light SESA possui uma ação (0477418-58.2011.8.19.0001) que foi ajuizada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 30 de setembro de 2011, pleiteando aproximadamente R\$100.000 a título de indenização pelos alegados prejuízos materiais (danos emergentes e lucros cessantes), incorridos em razão de sete interrupções no fornecimento de energia elétrica ocorridas nos anos de 2009 a 2011 na sua Unidade Consumidora de Volta Redonda. Finalizada a prova pericial, o processo foi remetido ao Juiz em 07 de junho de 2022. Em 17 de outubro de 2022, foi proferida Sentença que julgou totalmente improcedentes os pedidos da CSN, acolhendo os argumentos da Companhia e do laudo pericial de engenharia, quanto à inexistência de responsabilidade da Companhia pelos eventos indicados. A CSN opôs Embargos de Declaração, que foram rejeitados e, após, interpôs Recurso de Apelação, ainda não julgado. Em 31 de dezembro de 2023, a exposição do risco é de R\$163.110 (R\$138.244 em 31 de dezembro de 2022).

A controlada Light SESA também litiga em ação rescisória (0002731-81.2011.8.19.0000) movida pela CSN, em que se discute reajuste tarifário durante o congelamento de preços adotado pelo Plano

Cruzado. A Light aguarda o julgamento de seu recurso (Reclamação) no STF que objetiva impedir o processamento e julgamento da Ação Rescisória. Em 31 de dezembro de 2023, a exposição do risco é de R\$455.666 (R\$390.254 em 31 de dezembro de 2022).

No último trimestre de 2020, a Light S.A. – Em Recuperação Judicial e as controladas Light Energia e Lightcom foram citadas para responder Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ), interposto por FLF - Fundo de Liquidação Financeira, visando a desconsideração da personalidade jurídica da Renova Energia S.A. para atingir o Grupo Light e Grupo Cemig para honrar com a dívida contraída pelo Grupo Renova junto ao FLF. Atualmente, processo se encontra em fase pericial. Em 31 de dezembro de 2023, a exposição do risco é de R\$63.483 (R\$52.016 em 31 de dezembro de 2022).

23.2.2 Trabalhistas

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: equiparação salarial, horas extras, acidente de trabalho, adicional de periculosidade e dano moral. Em 31 de dezembro de 2023, montantes envolvidos nestas discussões totalizam R\$194.642 (R\$196.103 em 31 de dezembro de 2022).

- Ação Civil Pública Cadastro de Terceiros (“ACP”) - 0100742-05.2018.5.01.0081: O Ministério Público do Trabalho alega a existência de suposta restrição que impediria a contratação de ex-empregados terceirizados, desqualificados no passado, e por isso requer pagamento de danos a morais, bem como, obrigação para que a Companhia se abstenha de praticar tal ato. A sentença prolatada em junho de 2022 foi pela improcedência dos pedidos. Ministério Público do Trabalho interpôs Recurso Ordinário. A Light apresentou as contrarrazões e os autos estão conclusos para julgamento. Em 14 de dezembro de 2023 foi publicado Acórdão dando provimento ao Recurso Ordinário do Ministério Público do Trabalho, declarando a nulidade da sentença por negativa de prestação jurisdicional quanto ao tema relativo às abordagens policiais pela terceirizada de segurança, anulando a decisão de origem, e determinando o retorno dos autos à Vara para que o Juízo a quo enfrente o tema em questão. Em 31 de dezembro de 2023 montantes envolvidos nestas discussões totalizam R\$52.366 (R\$52.366 em 31 de dezembro de 2022).
- Ação Civil Pública Acidente de Trabalho Fatal com Terceiro (“ACPCiv”) 0100809-47.2022.5.01.0010: Trata-se de Ação Civil Pública Cível com pedido de tutela de evidência visando que os réus, Light e Consorcio Rio Energia, comprovem nos autos que após o acidente de trabalho que resultou no falecimento de um funcionário tomou as medidas cabíveis a evitar novos acidentes, observando as normas de segurança e medicina do trabalho. Fase instrutória. Audiência de instrução presencial designada para dezembro de 2023. Audiência de instrução presencial redesignada para junho de 2024. Em 31 de dezembro de 2023, montantes envolvidos nestas discussões totalizam R\$51.010 (R\$51.010 em 31 de dezembro de 2022).

23.2.3 Fiscais

- **IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - perdas comerciais** – A controlada Light SESA possui cinco autuações fiscais cobrando IRPJ e CSLL em razão da não adição dos valores de perdas não técnicas ao seu resultado, para fins de apuração do lucro real, sendo que: (i) a primeira autuação foi julgada

procedente em parte em decisão de 1ª instância administrativa e o CARF julgou improcedente, por voto de qualidade, o Recurso Voluntário da controlada Light SESA. No momento, aguarda-se o julgamento do recurso da controlada Light SESA; (ii) três autuações foram julgadas procedentes em decisão de 1ª instância administrativa e foram objeto de Recurso Voluntário; e (iii) a quinta autuação foi recebida pela Light SESA em dezembro de 2023 e está com prazo para apresentação de impugnação em curso.

A controlada Light SESA também possui quatro outras autuações cobrando PIS e COFINS pela não realização do estorno dos créditos destas contribuições referentes aos valores de perdas não técnicas, sendo que (i) uma das autuações foi julgada improcedente em decisão de 1ª instância administrativa e aguarda julgamento de recurso de ofício; (ii) as duas autuações, recebidas em outubro e novembro de 2020, respectivamente, foram julgadas procedentes em decisão de 1ª instância e foram objeto de Recurso Voluntário; e (iii) a quarta autuação foi recebida pela Light SESA em dezembro de 2023 e está com prazo para apresentação de impugnação em curso.

O montante dessas discussões é de R\$8.778.516 (R\$5.832.296 em 31 de dezembro de 2022).

- **ICMS perdas comerciais** – A controlada Light SESA possui três autuações fiscais, duas ações Anulatórias, um Mandado de Segurança e uma Execução Fiscal que discutem a cobrança de ICMS, FECPE e multa por não recolher o referido tributo diferido em operações anteriores à distribuição de energia elétrica, em razão da ocorrência de perdas comerciais. Em 31 de dezembro de 2023, o montante dessa discussão é de R\$945.671 (R\$882.765 em 31 de dezembro de 2022).
- **ICMS sobre subvenções econômicas** - A controlada Light SESA possui três ações anulatórias, vinculadas às execuções fiscais e três autuações fiscais com o objetivo de discutir a incidência de ICMS sobre os valores pagos pela União Federal à controlada Light SESA a título de subvenção econômica, para determinadas classes de consumo, dentre as quais destaca-se a subvenção para a cobertura dos descontos conferidos aos consumidores classificados como de "Baixa Renda". Em 31 de dezembro de 2023, o montante dessa discussão é de R\$1.540.578 (R\$1.364.445 em 31 de dezembro de 2022).
- **IN 86** – A controlada Light SESA foi autuada para a cobrança de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória, relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos, no formato previsto na IN nº 86/2001, referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005. Em 31 de dezembro de 2023, o montante dessa discussão é de R\$523.852 (R\$497.695 em 31 de dezembro de 2022).
- **LIR/LOI - IRPJ/CSLL** – A controlada Light SESA possuía Mandado de Segurança em que se discutia a forma de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, mais especificamente defendia que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial. Para se valer dos benefícios do programa REFIS, a controlada Light SESA desistiu integralmente do referido Mandado de Segurança, renunciou ao direito de questionar o Método do Equivalência Patrimonial ("MEP") e alterou o procedimento para passar a tributar os resultados pelo referido método, previsto na Instrução Normativa nº 213/2002. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a controlada Light

SESA. Em 31 de dezembro de 2023, o montante dessa discussão é de R\$456.449 (R\$454.406 em 31 de dezembro de 2022).

- **Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado do Rio de Janeiro (“FEEF”)** – A controlada Light SESA possui três autuações em razão da ausência de recolhimento, ao FEEF do ICMS correspondente a 10% dos benefícios fiscais destinados a terceiros, relativamente ao período de dezembro de 2016 a julho de 2019. As três autuações estão aguardando julgamento da impugnação. A tese está sendo discutida pela controlada Light SESA por meio de Mandado de Segurança. Em 31 de dezembro de 2023, o montante dessa discussão é de R\$155.570 (R\$140.812 em 31 de dezembro de 2022).
- **Não homologação de compensações - CVA - (30 Processos Administrativos)** - Não homologação pela Receita Federal de compensações realizadas pela controlada Light SESA com créditos advindos de pagamento indevido ou a maior de PIS e COFINS, notadamente em razão da alteração do momento da tributação do PIS e da COFINS sobre a CVA. Apresentadas manifestações de inconformidade ainda pendentes de julgamento. Em 31 de dezembro de 2023, o montante dessas discussões é de R\$328.878 (R\$303.856 em 31 de dezembro de 2022).
- **Despachos decisórios (53 processos)** – 52 despachos decisórios proferidos pela Receita Federal em face da controlada Light SESA e 1 despacho decisório em face da Light S.A. – Em Recuperação Judicial para negar homologação a diversos pedidos de compensação realizados pela controlada Light SESA, para a utilização de créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL à alegação de que tais créditos seriam devidos ou insuficientes para abarcar os débitos contra aos quais foram opostos. A controlada Light SESA e a controladora apresentaram manifestações de inconformidade em face aos aludidos Despachos Decisórios. Em 31 de dezembro de 2023, o montante dessas discussões é de R\$220.087 (R\$210.264 em 31 de dezembro de 2022).
- **Não homologação de compensações** – A controlada Light SESA discute judicialmente a cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS, decorrentes da glosa de créditos de mesma natureza realizada pela Receita Federal em 22 Processos Administrativos, decorrentes de compensações realizadas referentes aos períodos de março e abril de 2005, janeiro, fevereiro, março, maio, junho, julho, agosto e setembro de 2006 e janeiro e fevereiro de 2007. A controlada Light SESA apresentou Embargos à Execução que foram julgados parcialmente procedentes. Os Embargos de Declaração apresentados pela controlada Light SESA foram rejeitados. Aguarda-se julgamento do recurso de apelação apresentado pela controlada Light SESA. Em 31 de dezembro de 2023, o montante dessas discussões é de R\$66.278 (R\$62.968 em 31 de dezembro de 2022).
- **Glosa de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL utilizados para liquidação de débitos no âmbito do Programa de Regularização Tributária “PERT”** – A Receita Federal emitiu, em maio de 2023, despacho decisório que manteve a glosa dos créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL constantes no recibo de adesão ao PERT e determinou a exclusão da controlada Light SESA do programa (PERT). A controlada Light SESA apresentou manifestação de inconformidade, pendente de julgamento. Em 31 de dezembro de 2023, o montante dessa discussão é de R\$248.174.

24. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

Composição dos saldos do déficit atuarial dos planos de pensão (aposentadoria) e plano de saúde:

Informações atuariais	Controladora		Consolidado					
	Plano de pensão e Plano de saúde		Plano de pensão		Plano de saúde		Total	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Plano de Pensão								
Contribuição variável (Plano C)	89	-	13.000	-			13.000	-
Plano de saúde	2.119	-	-	-	300.389	277.204	300.389	277.204
Passivo líquido	2.207	-	13.000	-	300.389	277.204	313.389	277.204
Circulante	231	-	1.322	-	28.520	-	29.842	-
Não circulante	1.977	-	11.678	-	271.869	277.204	283.547	277.204

24.1 Plano de pensão

As empresas do Grupo Light são patrocinadoras instituidoras da Fundação de Seguridade Social Braslight (Braslight), entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados do Grupo Light vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes. A Companhia possui planos do tipo: (i) benefício definido; (ii) benefício misto e (iii) contribuição definida.

Os planos de benefícios previdenciários administrados pela Braslight que são denominados A/B, C e D, implementados respectivamente em 1975, 1997 e 2010, tendo o Plano C recebido migração, na época de sua constituição, de 96% dos participantes ativos do Plano A/B.

- (i) Benefício definido (Plano A/B) - correspondem à diferença entre um percentual, variável de 80% a 100%, do maior valor entre a média dos últimos 12 e dos últimos 36 salários, atualizados para a data de início do benefício, e o valor do benefício concedido pelo INSS.
- (ii) Contribuição variável (Plano C) - os benefícios programáveis, durante a fase de capitalização, são do tipo "contribuição definida", sem vinculação com o INSS, e os benefícios de risco (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio-doença), bem como os de renda continuada, estes uma vez concedidos, são do tipo "benefício definido". As duas parcelas têm seus patrimônios apurados em quotas e tratadas em conjunto denominadas Plano C Novo.
- (iii) Contribuição definida (Plano D) - Neste plano, os benefícios programados são do tipo "contribuição definida" antes e após a sua concessão e os benefícios não programados são do tipo "benefício definido", antes da concessão, e de "contribuição definida" após a concessão.

Ao participante que migrou do Plano A/B para o Plano C foi concedido um benefício saldado de renda vitalícia, com reversão em pensão, proporcional ao tempo de contribuição à Braslight na ocasião de migração, contado de sua última inscrição na Fundação, diferido para recebimento após o mesmo ter completado um conjunto de condições de habilitação. Esta parcela é denominada Subplano de Benefício Definido Saldado do Plano C.

Foi reconhecido no resultado do exercício de 2023, na rubrica de despesa de pessoal e administradores a parcela do plano de contribuição definida no montante de R\$221 (R\$131 em 31 de dezembro de 2022) na controladora e R\$4.818 (R\$5.074 em 31 de dezembro de 2022) no consolidado. Adicionalmente, no exercício de 2023 foi reconhecido na rubrica de outros resultados abrangentes o montante de R\$12.832 (não houve efeito em 2022) em decorrência da avaliação atuarial de plano de pensão.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de passivo atuarial referente a este benefício é de R\$88 (não houve efeito em 31 de dezembro de 2022) na controladora e R\$13.000 (não houve efeito em 31 de dezembro de 2022) no consolidado.

24.2 Plano de saúde

As empresas do Grupo Light oferecem a seus funcionários e ex-colaboradores o benefício de assistência médica que ao longo do exercício foi realizado através da operadora Bradesco Saúde na modalidade de pré-pagamento. A partir do mês de dezembro de 2023 a Companhia optou por contratar a Amil Assistência Médica para operar o plano. Nesse tipo de modalidade, a Companhia efetua o repasse das contribuições à operadora de acordo com uma tabela de preços pré-estabelecida por número de vidas (incluindo empregados e inválidos, titulares e dependentes). Da mesma forma, os aposentados e seus dependentes efetuam diretamente à operadora o recolhimento de suas contribuições individuais, também com base na mesma tabela de preços pré-estabelecida.

Foi reconhecido no resultado consolidado do exercício de 2023, na rubrica de outras despesas, o montante de R\$27.493 (R\$63.193 em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, no exercício de 2023, foi reconhecido na rubrica de outros resultados abrangentes uma reversão no montante de R\$4.308 (R\$213.104 em 31 de dezembro de 2022) em decorrência da avaliação atuarial de plano de saúde dos participantes aposentados. A controlada Light SESA não reconheceu ativo fiscal diferido sobre tais valores por conta da expectativa de não recuperabilidade.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de passivo atuarial referente ao Plano de saúde é de R\$2.119 (R\$0 em 31 de dezembro de 2022) na controladora e R\$300.389 (R\$277.204 em 31 de dezembro de 2022) no consolidado.

24.3 Avaliação atuarial

A Companhia e suas controladas contrataram atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, efetuada para a data-base de 31 de dezembro de 2023.

As informações atuariais consolidadas são conforme abaixo:

Controladora	31.12.2023			31.12.2022		
	Plano de pensão	Plano de saúde	Total	Plano de pensão	Plano de saúde	Total
Valor presente das obrigações atuariais - Plano C	12.664	2.119	14.783	10.489	-	10.489
Valor justo dos ativos do plano - Plano C	(12.575)	-	(12.575)	(10.575)	-	(10.575)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo - Plano C	-	-	-	86	-	86
PASSIVO LÍQUIDO	89	2.119	2.208	-	-	-
Circulante	-	-	231	-	-	-
Não circulante	-	-	1.977	-	-	-

Consolidado	31.12.2023			31.12.2022		
	Plano de pensão	Plano de saúde	Total	Plano de pensão	Plano de saúde	Total
Valor presente das obrigações atuariais	3.158.180	300.390	3.458.570	2.984.461	277.204	3.261.665
Plano A/B	1.302.375	-	1.302.375	1.274.852	-	1.274.852
Plano C	1.855.805	-	1.855.805	1.709.609	-	1.709.609
Valor justo dos ativos do plano	(3.215.123)	-	(3.215.123)	(3.075.178)	-	(3.075.178)
Plano A/B	(1.372.317)	-	(1.372.317)	(1.351.551)	-	(1.351.551)
Plano C	(1.842.806)	-	(1.842.806)	(1.723.627)	-	(1.723.627)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	69.943	-	69.943	90.717	-	90.717
Plano A/B	69.943	-	69.943	76.699	-	76.699
Plano C	-	-	-	14.018	-	14.018
PASSIVO LÍQUIDO	13.000	300.390	313.390	-	277.204	277.204
Circulante	-	-	29.841	-	-	277.204
Não circulante	-	-	283.549	-	-	-

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

Valor justo dos ativos do plano de Pensão	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	11.903	3.162.012
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	1.007	267.811
Perdas atuariais nos ativos do plano	(1.524)	(53.370)
Contribuições da patrocinadora	17	333
Contribuições dos participantes	3	118
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(831)	(306.021)
Outros efeitos	-	4.295
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.575	3.075.178
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	1.199	343.354
Ganhos atuariais nos ativos do plano	1.705	105.554
Contribuições da patrocinadora	17	277
Contribuições dos participantes	3	121
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(924)	(309.361)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	12.575	3.215.123

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

Valor presente da obrigação	Controladora			Consolidado		
	Plano de pensão	Plano de saúde	Total	Plano de pensão	Plano de saúde	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	11.884	-	11.884	3.155.558	-	3.155.558
Custo do serviço corrente	10	-	10	426	-	426
Custo de serviço passado	-	-	-	-	63.398	63.398
Juros sobre a obrigação atuarial	1.004	-	1.004	267.217	-	267.217
Contribuições de participantes	17	-	17	118	-	118
Perdas atuariais reconhecidas	(1.595)	-	(1.595)	(137.154)	228.434	91.280
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(831)	-	(831)	(306.021)	(14.628)	(320.649)
Outros efeitos	-	-	-	4.317	-	4.317
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.489	-	10.489	2.984.461	277.204	3.261.665
Custo do serviço corrente	27	-	27	167	5.277	5.444
Custo de serviço passado	-	-	-	-	-	-
Juros sobre a obrigação atuarial	1.188	-	1.188	332.695	27.694	360.389
Contribuições de participantes	17	-	17	121	-	121
Perdas atuariais reconhecidas	1.867	2.119	3.986	150.097	(4.307)	145.790
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(924)	-	(924)	(309.361)	(5.478)	(314.839)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	12.664	2.119	14.783	3.158.180	300.390	3.458.570

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, nos grupos de custos e despesas operacionais e resultado financeiro, são como segue:

Controladora	31.12.2023			31.12.2022		
	Plano de pensão	Plano de saúde	Total	Plano de pensão	Plano de saúde	Total
Custo do serviço corrente	27	-	27	10	-	10
Juros sobre as obrigações atuariais	1.188	-	1.188	1.004	-	1.004
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	(1.199)	-	(1.199)	(1.007)	-	(1.007)
Ajuste de atualização de dívida Braslight	10	-	10	1	-	1
CUSTO ESPERADO ESTIMADO	26	-	26	8	-	8

Consolidado	31.12.2023			31.12.2022		
	Plano de pensão	Plano de saúde	Total	Plano de pensão	Plano de saúde	Total
Custo do serviço corrente	167	5.277	5.444	426	-	426
Custo de serviço passado	-	-	-	-	63.398	63.398
Juros sobre as obrigações atuariais	332.695	27.694	360.389	267.217	-	267.217
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	(343.354)	-	(343.354)	(267.811)	-	(267.811)
Ajuste de atualização de dívida Braslight	10.632	-	10.632	168	-	168
CUSTO ESPERADO ESTIMADO	140	32.971	33.111	-	63.398	63.398

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

Estimativa de despesa para o exercício seguinte	Controladora		Consolidado	
	Pano de pensão	Pano de saúde	Pano de pensão	Pano de saúde
Custo do serviço corrente	29	-	110	284
Juros sobre as obrigações atuariais	1.150	195	289.995	28.235
Rendimento esperado dos ativos do plano	(1.143)	-	(288.782)	-
TOTAL	36	195	1.323	28.519

As principais categorias de ativos do plano de pensão, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

Consolidado	31.12.2023	31.12.2022
Renda fixa	91,04%	89,69%
Renda variável	0,99%	2,72%
Investimentos estruturados	1,12%	1,26%
Imóveis	2,22%	2,21%
Empréstimos e financiamentos	1,83%	1,83%
Outros realizáveis	3,00%	2,53%
Provisões contingências	-0,20%	-0,24%
	100%	100%

O resultado real sobre os ativos dos planos no consolidado foi uma perda de R\$105.555 no exercício de 2023 (perda de R\$53.370 no exercício de 2022).

A Braslight realiza periodicamente estudos de *Asset Liability Management* (ALM) dos planos de benefícios no intuito de reavaliar a estratégia de alocação dos investimentos frente às obrigações atuariais, com vistas a se proteger das alterações nos preços dos instrumentos financeiros, bem como evitar o descasamento dos fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data de pagamento dos benefícios e demais obrigações dos planos.

Abaixo são apresentados a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida em outros resultados abrangentes:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Reconhecimento no resultado do exercício	63.193
Reconhecimento no resultado abrangente	213.104
Impacto dos tributos	907
Saldo em 31 de dezembro de 2022	277.204
Reconhecimento no resultado do exercício	27.317
Reconhecimento no resultado abrangente	3.764
Impacto dos tributos	5.105
Saldo em 31 de dezembro de 2023	313.390

24.4 Premissas atuariais

24.4.1 Plano de Pensão

Plano de Pensão - Consolidado	31.12.2023	31.12.2022
Taxa de desconto	9,39%(A/B) e 9,46%(C)	11,71% (A/B) e 11,75% (C)
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	9,39%(A/B) e 9,46%(C)	11,71% (A/B) e 11,75% (C)
Taxa anual de inflação	3,90%	5,31%
Taxa de crescimento salarial nominal	5,98%	7,42%
Índice de reajuste nominal de benefícios concedidos de prestação continuada	3,90%	5,31%
Fator de capacidade	100,00%	98,00%
Taxa de rotatividade	Nula	Nula
Tábua geral de mortalidade ^(a)	AT - 83/ BR(A/B) e EMS 2010 (C)	AT - 83/ BR(A/B) e EMS 2010 (C)
Tábua de entrada em invalidez (planos A/B)	LIGHT - Fraca*0,80	LIGHT - Fraca*0,80
Tábua de entrada em invalidez (plano C saldado)	LIGHT - Fraca*0,80	LIGHT - Fraca*0,80
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina
Participantes ativos	826	1.003
Participantes aposentados e pensionistas	5.103	5.178

^(a) Tábua sem agravamento

24.4.2 Plano de saúde

Plano de saúde - Consolidado	31.12.2023	31.12.2022
Taxa de desconto	9,58%	9,90%
Taxa anual de inflação	3,90%	3,50%
Taxa de crescimento de custos médicos	7,80%	7,38%
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2010	BR-EMS 2010
Entradas de Invalidez	Light Fraca * 0,80	Light Fraca suavizada em 20%
Participantes ativos	4.481	4.601
Idade média	29	39,24
Participantes aposentados e pensionistas	2.082	2.241
Idade média de funcionários aposentados	67,00	66,97

24.5 Análise de sensibilidade

24.5.1 Plano de Pensão

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são a taxa de desconto e a tábua de mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido.

Abaixo estão demonstrados os efeitos na obrigação de benefício definido caso a taxa de desconto fosse 1,00% mais baixa e caso a tábua de mortalidade fosse alterada para a tábua seguinte mais restritiva:

Taxa de desconto nominal (a.a.)	Premissa laudo	Redução de taxa de desconto	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	9,39%	-1,00%	84.997
Plano C	9,46%	-1,00%	181.901

Tabua de mortalidade	Premissa laudo	Alteração de tábua	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	AT-83	AT-2000	26.851
Plano C	EMS 2010	EMS 2010 Segregada por sexo Desagravada em 2 anos	177.614

24.5.2 Plano de saúde

A análise de sensibilidade do valor presente das obrigações atuariais a alterações das principais premissas atuariais são como seguem:

Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto R\$	Impacto %
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(18.610)	-6,20%
Taxa de desconto	Redução de 0,5%	20.646	6,87%
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	19.431	6,47%
Expectativa de vida	Redução de 1 ano	(18.894)	6,29%
Crescimento Real de Salários / HCCTR	Aumento de 0,5%	20.130	6,70%
Crescimento Real de Salários / HCCTR	Redução de 0,5%	(18.309)	-6,10%

25. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO

Obrigações por arrendamento - Consolidado	31.12.2023	31.12.2022
Terrenos e imóveis	9.331	1.700
Máquinas e equipamentos	1.010	2.611
Veículos	218.509	235.562
TOTAL	228.850	239.873
Circulante	28.903	24.071
Não circulante	199.947	215.802

25.1 Movimentação dos ativos de direito de uso e das obrigações por arrendamento

As movimentações do ativo de direito de uso nos exercícios de 2023 e de 2022, são como segue:

Ativo de direito de uso - Consolidado	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021 - Ativo não circulante	1.516	1.995	56.295	59.806
Adições de arrendamentos	812	1.172	253.096	255.080
Remensurações	192	100	-	292
Depreciação	(951)	(819)	(35.551)	(37.321)
Baixa de arrendamentos	-	-	(48.908)	(48.908)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 – Ativo não circulante	1.569	2.448	224.932	228.949
Adições de arrendamentos	10.551	-	-	10.551

Remensurações	20	174	4.156	4.350
Depreciação	(3.102)	(905)	(30.171)	(34.178)
Baixa de arrendamentos	(207)	(802)	-	(1.009)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 - Ativo não circulante	8.831	915	198.917	208.663

As movimentações das obrigações por arrendamento nos exercícios de 2023 e de 2022, são como segue:

Obrigações por arrendamento - Consolidado	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.651	2.072	59.548	63.271
Adições de arrendamentos	812	1.172	253.096	255.080
Remensurações	192	100	-	292
Pagamento da parcela	(1.126)	(1.004)	(52.716)	(54.846)
Despesa de juros	171	271	27.326	27.768
Baixas de arrendamentos	-	-	(51.692)	(51.692)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.700	2.611	235.562	239.873
Adições de arrendamentos	10.551	-	-	10.551
Remensurações	20	174	4.156	4.350
Pagamento da parcela	(3.941)	(1.105)	(47.480)	(52.526)
Despesa de juros	1.231	232	26.271	27.734
Baixas de arrendamentos	(230)	(902)	-	(1.132)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.331	1.010	218.509	228.850

25.2 Cronograma de vencimento das obrigações por arrendamento

Obrigações por arrendamento	31.12.2023
2024	28.903
2025	31.828
2026	35.535
2027	36.835
Após 2027	95.749
Total	228.850

Para a realização da mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados. Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

A Companhia apresenta abaixo os efeitos estimados considerando a inflação futura projetada:

Consolidado	Efeitos estimados em 31.12.2023
ATIVO DE DIREITO DE USO	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	208.663
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)	242.794
OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	228.850
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)	262.980

26. ENCARGOS REGULATÓRIOS

Encargos regulatórios – consolidado	31.12.2023	31.12.2022
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(2.219)	1.414
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(4.437)	2.828
Programa de Eficiência Energética – PEE	260.017	198.792
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	33.795	34.338
Quota recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE ^(a)	56.501	43.649
Quota de reserva global de reversão – RGR	-	717
Taxa de Fiscalização ANEEL – TFSEE	1.253	1.351
TOTAL CIRCULANTE	344.910	283.089

^(a) Refere-se ao recolhimento devido pela controlada Light SESA referente a CDE Conta-Covid, homologada pela ANEEL através do Despacho nº 939 de 5 de abril de 2021.

27. OUTROS DÉBITOS

Outros Débitos	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Adiantamento de clientes	437	438	33.691	47.436
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos ('CFURH')	-	-	3.674	3.799
Taxa de iluminação pública	-	-	314.575	267.065
Reserva para reversão	-	-	23.311	31.081
Restituições consumidores	-	-	196.557	82.932
Parcelamento ANEEL ^(a)	-	-	21.025	42.063
Penalidade regulatória - REN	-	-	-	52.600
Outros ^(b)	6.292	4.084	70.554	59.452
TOTAL	6.729	4.522	663.387	586.428
Circulante	6.278	4.522	600.899	503.328
Não circulante	451	-	62.488	83.100

(a) Referente aos parcelamentos dos seguintes Autos de Infração: (i) nº 01/2019, que será pago em 32 parcelas mensais iniciadas em junho de 2022, (ii) nº 026/2020, que será pago em 12 parcelas mensais iniciadas em novembro de 2022 e (iii) nº 018/2020, que será pago em 36 parcelas mensais iniciadas em junho de 2023.

(b) Inclui, R\$41.409 (R\$49.044 em 31 de dezembro de 2022) referente a obrigações atuariais - pensionistas.

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Controladora efetuou o pagamento da 8ª emissão de debêntures da controlada Light SESA no montante de R\$164.940 em 29 de março de 2023.

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 21 e 22 a Companhia é avalista dos empréstimos de suas controladas. Além disso, quando necessário, poderão existir mútuos entre a Companhia e suas controladas, contudo não foram realizadas transações desta natureza nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

28.1 Remuneração dos administradores

A remuneração da Diretoria, do Conselho de Administração, e do Conselho Fiscal, são como segue:

Remuneração dos Administradores	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Honorários e benefícios de curto prazo	8.215	2.650	19.692	17.428
Encargos Sociais	1.599	533	3.562	3.516
Bônus ^(a)	1.327	979	43.330	9.788
Benefícios pós-emprego	116	45	472	524
Benefícios assistenciais	115	59	969	699
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	162	116	1.621	1.165
Remuneração baseada em ações	2.108	(2.387)	2.108	(2.387)
TOTAL	13.642	1.995	71.754	30.733

(a) Inclui, R\$30.000 referente a custos de acordo de transição, reconhecido na rubrica de outras receitas (despesas) líquidas na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no consolidado.

A Companhia possui um programa de remuneração baseado em ações destinado aos seus administradores e empregados, conforme descrito na nota explicativa nº 28.2.

28.2 Programa de remuneração baseada em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2023 foi aprovado o Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia e o cancelamento do Plano de Opção de Compra de Ações anteriormente aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 4 de julho de 2019.

O Plano aprovado tem por objetivo: (i) alinhamento de interesses entre acionistas e executivos, na busca de um crescimento sustentável dos negócios da Companhia; (ii) buscar o atingimento dos objetivos sociais e das metas empresariais; (iii) reforçar a capacidade da Companhia de atrair, reter e motivar os atuais e novos Beneficiários, buscando um comprometimento de longo prazo destes com os objetivos da Companhia; e (iv) compartilhar a criação de valor, bem como os riscos inerentes aos negócios da Companhia.

O limite Global de Outorga: A outorga de Opções deve respeitar o seguinte: (i) as Opções outorgadas conferirão o direito de subscrição a ações representativas do limite máximo de até 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia na data de aprovação deste Plano; e (ii) o limite do capital autorizado da Companhia, nos termos do estatuto social, podendo o Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, determinar o número de ações de emissão da Companhia que estarão abrangidas pelo Plano, desde que respeitado o Limite Global de Outorga.

Com o propósito de satisfazer o exercício das Opções pelos respectivos Beneficiários, a Companhia poderá (i) emitir novas ações através de aumento do capital social da Companhia, dentro do capital autorizado, e/ou (ii) utilizar ações de sua emissão mantidas em tesouraria.

28.2.1 Preço de exercício das opções

Preço de Exercício e Pagamento das Opções. O preço de exercício das Opções será equivalente a R\$ 0,01 (um centavo) por lote de 1.000 (mil) ações (“Preço de Exercício”) e o respectivo pagamento deverá ser realizado pelo Beneficiário, em dinheiro, em até 60 (sessenta) dias contados do encerramento do Prazo de Carência.

28.2.2 Beneficiários

São elegíveis a participar do Plano determinados Diretores estatutários e não-estatutários da Companhia e de suas controladas (sendo certo que as referências à Companhia neste Plano compreendem também as suas controladas), incluindo aqueles admitidos após o início de um determinado Programa.

Os Beneficiários deverão manter em sua propriedade a totalidade das ações por eles subscritas em razão do exercício das Opções, pelo prazo de 1 (um) ano contado da data da efetiva emissão das ações objeto do exercício das Opções para o Beneficiário (“Lock-Up”).

Até 31 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração outorgou 18.627.000 (dezoito milhões e seiscentos e vinte e sete mil) Opções aos beneficiários.

28.2.3 Características do plano é como segue:

Detalhamento do plano	Controladora	
	Plano atual	Plano anterior
Método de cálculo	Binomial	Black&Scholes
Total de opções outorgadas	18.627.000	709.700
Data de aprovação do Conselho de Administração	28/04/2023	04/07/2019
Data de início de <i>vesting</i>	30/04/2024	26/07/2019
Taxa de juros livre de risco	12,24%	Entre 6,13% e 6,92%
Volatilidade ⁽¹⁾	60,15%	Entre 44,8% e 54,01%
Valor justo na data da outorga	R\$1,88	Entre R\$2,43 e R\$9,30
Movimentação	Em operação	Cancelado

Ao Plano são associadas condições de performance (*Total Shareholder Return* (TSR) Relativo ao Fluxo de Caixa livre que modificam o *target* em função das faixas atingidas).

Premissas de cálculo do valor justo das Ações Outorgadas:

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

- ⁽¹⁾ Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Companhia e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o *Total Shareholder Return* (TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do Plano.

28.2.4 Impactos contábeis

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de *Black&Scholes* para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “*pro rata temporis*”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito de receber as ações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram contabilizados R\$1.908 (reversão de R\$1.825 em 31 de dezembro de 2022) decorrente dos Planos de Outorga de Opção de Ações atual e anterior reconhecidos na demonstração do resultado do exercício na rubrica de despesas gerais e administrativas – pessoal e administradores na controladora e no consolidado. O montante reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido ao final de 31 de dezembro de 2023 foi de R\$18.545 (R\$16.637 em 31 de dezembro de 2022).

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

29.1 Capital social

O capital social da Light S.A. – Em Recuperação Judicial está representado por 372.555.324 (trezentos e setenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e vinte e quatro) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, sendo o seu capital social de R\$5.473.247, sendo reduzido por gastos com emissão de ações no montante de R\$81.050, totalizando o montante de R\$5.392.197 (R\$5.392.197 em 31 de dezembro de 2022), conforme segue:

Acionistas	31.12.2023		31.12.2022	
	Quantidade de ações (unidades)	% Participação	Quantidade de ações (unidades)	% Participação
WNT Gestora de Recursos Ltda.	111.952.600	30,05	-	-
Samambaia Master Fundo de Investimento em Ações Investimento no Exterior - BDR Nível 1	74.548.846	20,01	74.548.846	20,01
Santander PB Fundo de Investimentos em Ações 1	37.863.402	10,16	37.863.402	10,16
BlackRock, Inc.	-	-	38.265.991	10,27
Mercado (<i>free float</i>)	148.190.476	39,78	221.877.085	59,56
TOTAL	372.555.324	100,00	372.555.324	100,00

A Light S.A. – Em Recuperação Judicial está autorizada a aumentar o seu capital, mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de 408.934.060 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

29.2 Reservas

29.2.1 Reservas de capital

A Companhia oferece a seus administradores e a alguns colaboradores indicados pelo Conselho de Administração plano de opção de compra de ações da Companhia. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas, ajustadas a valor presente, e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$18.545 (R\$16.637 em 31 de dezembro de 2022) é decorrente de opções outorgadas referente ao plano de opções.

29.2.2 Reservas de lucro

Reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social de que trata o § 1º do artigo 182. Esta reserva poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo da reserva foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados.

Retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido remanescente após as destinações com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração e pelas Assembleias Gerais Ordinárias. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo da reserva foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados.

29.3 Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

De acordo com os termos do artigo nº 189 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 a Companhia deve obrigatoriamente, antes de qualquer participação, deduzir do resultado do exercício os prejuízos acumulados de exercícios anteriores. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não apurou base para cálculos dos dividendos em face de apresentar prejuízos acumulados.

29.4 Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é como segue:

Resultado por ação	31.12.2023	31.12.2022
Lucro (prejuízo) do exercício	255.162	(5.672.203)
Número de ações ordinárias (unidades mil)	366.837	366.837
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ações ordinárias em reais	0,70	(15,46)

No exercício não foram apuradas diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento com potencial dilutivo.

29.5 Ajuste de avaliação patrimonial

São reconhecidos os efeitos do ajuste a valor justo do ativo imobilizado da controlada Light Energia registrado na data de transição da adoção da IFRS em 1º de janeiro de 2009, líquidos de efeitos de impostos diretos, a uma alíquota de 34%. À medida que os itens forem realizados, os valores registrados nessa conta serão transferidos para a conta de lucros ou prejuízos acumulados. No exercício a realização foi de R\$16.939 (R\$16.043 em 31 de dezembro de 2022).

29.6 Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização dos ganhos ou perdas atuariais decorrentes de alterações de premissas atuariais, como tábua de mortalidade, taxa de desconto das obrigações e também pelas variações no rendimento dos investimentos dos planos de benefício pós-emprego categorizado como de benefícios definidos e plano de saúde. Os montantes apresentados estão líquidos de impostos diretos, quando aplicável, a uma alíquota de 34%. As variações em outros resultados abrangentes relacionadas a ganhos ou perdas atuariais não serão reclassificadas para o resultado dos exercícios subsequentes. Segue a movimentação realizada no exercício:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	(101.493)
Perdas atuariais – benefícios pós-emprego	(322.885)
Tributo sobre ganhos e perdas atuariais – benefícios pós-emprego	109.781
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(314.597)
Perdas atuariais – benefícios pós-emprego	(5.703)
Tributo sobre ganhos e perdas atuariais – benefícios pós-emprego	1.939
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(318.361)

30. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA – CONSOLIDADO

Receita operacional líquida - Consolidado	31.12.2023	31.12.2022
Fornecimento de energia elétrica e receita de uso da rede		
Residencial ^(a)	8.031.021	7.983.297
Industrial	347.990	430.567
Comércio, serviços e outras	4.128.018	4.688.086
Rural	9.127	11.261
Poder público	1.290.227	1.341.512
Iluminação pública	243.663	365.250
Serviço público	618.256	719.649
Receita de uso da rede (livres)	2.680.938	2.647.003
Fornecimento não faturado	209.454	46.328
Suprimento de energia		
Comercialização e geração de energia	1.156.269	1.253.870
Energia de curto prazo	52.289	58.978
Demais receitas		
Ativos e passivos financeiros setoriais (nota explicativa nº 13)	1.136.249	(22.976)
Arrendamentos, aluguéis, serviços e outras	168.383	159.461
Receita de construção	640.495	1.146.446
Subvenção econômica CDE	394.342	253.387
Valor justo do ativo financeiro da concessão - VNR (nota explicativa nº 14)	353.413	38.365
Receita não faturada - Aportes da CCRBT (nota explicativa nº 13)	110.659	482.372
(-) Multa por violação de padrão de indicador de continuidade	(42.188)	(26.749)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	21.528.605	21.576.107
ICMS ^(b)	(3.192.210)	(4.249.011)
PIS e COFINS	(1.648.098)	(1.554.975)
Outros	(7.779)	(9.084)
IMPOSTOS SOBRE RECEITA	(4.848.087)	(5.813.070)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(2.278.476)	(2.252.968)
Reserva Global de Reversão – RGR	(12.852)	(9.312)
Empresa de Pesquisa Energética –EPE	(13.597)	(12.408)
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FNDCT	(27.194)	(24.817)
Eficiência Energética – PEE	(60.087)	(54.374)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(27.194)	(24.817)
Outros encargos – PROINFA	(106.564)	(93.818)
Outros encargos	(38.229)	(37.237)
ENCARGOS DO CONSUMIDOR	(2.564.193)	(2.509.751)
TOTAL DAS DEDUÇÕES	(7.412.280)	(8.322.821)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14.116.325	13.253.286

^(a) Inclui, R\$276.150 (R\$222.957 em 31 de dezembro de 2022) referente a subvenção econômica dos consumidores classificados como baixa renda; e

^(b) A Lei complementar nº 194/22 reconheceu a essencialidade da energia elétrica e por meio do decreto nº 48.145/22, a partir de julho de 2022, a alíquota máxima de ICMS foi fixada em 18% (anteriormente era limitada em 32%). Em abril de 2023, foi determinado o retorno da cobrança do adicional de FECP - Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais, nos percentuais de 2% e 4%, passando a alíquota máxima de ICMS para 22%.

31. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

31.1 Controladora

Custos e despesas – Controladora	Despesas gerais e administrativas	
	31.12.2023	31.12.2022
Pessoal e administradores	(15.663)	2.774
Materiais	(17)	-
Serviços de terceiros	(4.811)	(2.798)
Provisão para contingências	(179)	-
Outras despesas e custos operacionais	(2.982)	(2.374)
TOTAL	(23.652)	(2.398)

31.2 Consolidado

Custos e despesas – Consolidado	Custos de operação		Despesas gerais e administrativas	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Pessoal e administradores	(325.931)	(287.081)	(145.963)	(105.198)
Materiais	(30.429)	(22.467)	(416)	(400)
Serviços de terceiros	(292.733)	(237.263)	(168.331)	(185.713)
Custos com energia elétrica (nota explicativa 31.3)	(9.336.362)	(8.991.642)	-	-
Depreciação e amortização	(738.580)	(687.455)	(48.043)	(43.312)
Provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD) ^(a)	-	-	(452.109)	(1.116.763)
Provisão para contingências	-	-	(285.171)	(1.995.245)
Custo de construção	(640.495)	(1.146.446)	-	-
Multas financeiras de clientes e fornecedores	116.288	107.873	-	-
Outras despesas e custos operacionais	(26.603)	(6.986)	(24.793)	(48.670)
TOTAL	(11.274.845)	(11.271.467)	(1.124.826)	(3.495.301)

^(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, inclui adição de R\$459.343 referente a clientes (nota explicativa nº 9) e reversão de R\$7.234 referente a serviços prestados a receber.

31.3 Custos com energia elétrica - consolidado

Custos com energia elétrica – consolidado	31.12.2023	31.12.2022
Energia elétrica comprada para revenda		
Mercado de curto prazo CCEE	(953.758)	(840.422)
Itaipu – Binacional	(956.328)	(1.279.897)
UTE Norte Fluminense	(3.583.139)	(3.730.225)
(-) ICMS sobre compra de energia elétrica	744.136	1.016.407
Leilão de energia	(2.575.821)	(2.443.784)
Cotas de garantia física	(660.669)	(714.549)
Cota de nucleares	(290.856)	(281.878)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		
Encargos uso da rede básica e NOS	(1.381.943)	(1.171.209)
Encargos de conexão – Transmissão	(85.788)	(99.511)
Encargos uso da rede distribuição – CUSD	(7.554)	(7.711)
Transporte de energia – Itaipu	(162.879)	(122.760)
PROINFA	(147.012)	(215.996)
Crédito de PIS/COFINS	725.249	899.893
TOTAL	(9.336.362)	(8.991.642)

32. RESULTADO FINANCEIRO

Resultado financeiro	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
RECEITA				
Acréscimo moratório sobre venda de energia	-	-	63.775	55.479
Rendimento sobre equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	72.655	38.327	219.174	396.293
Atualização de depósitos judiciais	-	-	23.046	13.910
Atualização de ativos e passivos financeiros setoriais (nota explicativa nº 13)	-	-	68.351	-
Atualização dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo (nota explicativa nº 10)	-	-	272.940	293.801
Atualização de ativos tributários	-	38	71.373	60.467
Outras receitas financeiras	1.684	2.128	3.361	32.834
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	74.339	40.493	722.020	852.784
DESPESAS				
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	(813.623)	(931.808)
Operações de <i>swap</i>	-	-	(263.250)	(1.046.437)
Variação cambial e monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	58.297	(16.260)
Atualização monetária das provisões para contingências	(54)	(49)	(225.566)	(1.802.023)
Despesas com passivos tributários	-	(68)	(36.043)	(8.455)
Atualização dos valores a serem restituídos a consumidores (nota explicativa nº 10)	-	-	(97.773)	(213.458)
Atualização de ativos e passivos financeiros setoriais (nota explicativa nº 13)	-	-	-	(1.412)
Ajuste a valor presente	5.143	(8.176)	17.298	(19.422)
PIS e COFINS sobre receita financeira	(3.456)	(1.883)	(33.485)	(29.008)
Outras despesas financeiras	(724)	(825)	(49.294)	(231.828)
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	909	(11.001)	(1.443.439)	(4.300.111)
RESULTADO FINANCEIRO	75.248	29.492	(721.419)	(3.447.327)

33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Para efeitos contábeis e de divulgação destas demonstrações financeiras, em decorrência do ajuizamento do Pedido de Recuperação Judicial da Light S.A. – Em Recuperação Judicial e do vencimento dos instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*”), os saldos a pagar destes instrumentos estão sendo apresentados no passivo circulante conforme os valores contidos nas notificações enviadas pelas contrapartes, com encargos financeiros até a data do efetivo vencimento de cada *swap*, excluídos os juros de mora e multas. Ressalta-se que o valor sujeito aos efeitos da recuperação judicial considerado devido pela Administração corresponde à lista de credores apresentada pelo Administrador Judicial em 20 de outubro de 2023, no montante bruto de R\$682.002.

33.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia mensura ao valor justo utilizando vários métodos que incluem abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Controladora	Níveis	31.12.2023		31.12.2022	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTE/NÃO CIRCULANTE)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos (nota explicativa nº 7)		793	793	2.693	2.693
Depósitos judiciais		955	955	663	663
Outros créditos (nota explicativa nº 12)		16.783	16.783	10.091	10.091
MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 8)	2	540.885	540.885	720.172	720.172
TOTAL		559.416	559.416	733.619	733.619
PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTE)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Fornecedores (nota explicativa nº 19)		15.514	15.514	1.001	1.001
Outros débitos (nota explicativa nº 27)		6.278	6.278	4.522	4.522
TOTAL		21.792	21.792	5.523	5.523

Consolidado	Níveis	31.12.2023		31.12.2022	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTE/NÃO CIRCULANTE)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 7)		292.066	292.066	43.886	43.886
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes (nota explicativa nº 9)		2.720.849	2.720.849	2.422.171	2.422.171
Serviços prestados a receber		33.112	33.112	34.241	34.241
Depósitos judiciais		368.346	368.346	221.491	221.491
Ativos financeiros setoriais (nota explicativa nº 13)		-	-	199.402	199.402
Saldos remanescentes de instrumentos financeiros derivativos swaps ^(a)		13.196	13.196	-	-
Outros créditos (nota explicativa nº 12)		497.379	497.379	401.787	401.787
MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 6)	2	1.805.005	1.805.005	2.039.665	2.039.665
Ativo financeiro da concessão (nota explicativa nº 14)	3	8.745.526	8.745.526	7.697.294	7.697.294
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	2	16.595	16.595	13.611	13.611
TOTAL		14.492.074	14.492.074	13.073.548	13.073.548
PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTE/ NÃO CIRCULANTE)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Fornecedores (nota explicativa nº 19)		1.706.882	1.706.882	1.506.031	1.506.031
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 21)		3.235.841	2.630.153	3.773.298	3.884.298
Debêntures (nota explicativa nº 22)		7.409.629	6.409.663	6.915.392	6.457.642
Passivos financeiros setoriais (nota explicativa nº 13)		612.234	612.234	911.538	911.538
Obrigações por arrendamento mercantil (nota explicativa nº 25)		228.850	228.850	239.873	239.873
Encargos regulatórios (nota explicativa nº 26)		344.910	344.910	283.089	283.089
Saldos remanescentes de instrumentos financeiros derivativos swaps ^(b)		692.739	692.739	-	-
Outros débitos (nota explicativa nº 27)		663.387	663.387	586.428	586.428
MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	2	-	-	440.708	440.708
TOTAL		14.894.472	13.288.818	14.656.357	14.309.607

^(a) Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$13.196 refere-se ao valor a ser recebido em função da rescisão de forma unilateral de um dos instrumentos derivativos.

^(b) Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$692.739 refere-se ao valor a pagar em função da rescisão de forma unilateral dos instrumentos derivativos.

Em função do pedido de Recuperação Judicial formulado pela Companhia em maio de 2023, determinados credores rescindiram de forma unilateral instrumentos derivativos. Como resultado

dessa rescisão contratual a Companhia registou um saldo a receber no montante de R\$13.196 e um saldo a pagar R\$692.739 que corresponde à lista de credores apresentada em 12 de julho de 2023 na recuperação judicial.

33.2 Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

33.2.1 Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros. Segue abaixo o quadro com a abertura do principal da dívida por moeda e indexador (não inclui custos de captação e de emissão):

Moeda e indexador – Consolidado	31.12.2023		31.12.2022	
	Saldos	%	Saldos	%
USD	3.110.198	31,6	3.357.453	31,5
TOTAL - MOEDA ESTRANGEIRA	3.110.198	31,6	3.357.453	31,5
CDI	2.610.938	26,5	3.186.301	29,9
IPCA	4.130.271	41,9	4.100.558	38,6
Outros	-	-	116	-
TOTAL - MOEDA NACIONAL	6.741.209	68,4	7.286.975	68,5
TOTAL	9.851.407	100,00	10.644.428	100,0

33.2.2 Risco de taxa de câmbio

Para a parte dos empréstimos e financiamentos denominada em moeda estrangeira, a Companhia se utilizava de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) para proteção do serviço associado a tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses. Em decorrência do ajuizamento do Pedido de Recuperação Judicial e do vencimento dos instrumentos de exposição cambial da Companhia relacionada à dívida, em 31 de dezembro de 2023, é de 29,79% do total da dívida em moeda estrangeira (0,19% em 31 de dezembro de 2022).

Segue abaixo o quadro com a composição das operações de derivativos que existiam em 31 de dezembro de 2022:

Controlada	Moeda	Companhia recebe	Companhia paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocial (R\$) 31.12.2022	Valor Nocial (US\$) 31.12.2022	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2022	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2022	Valor Justo x Accrual 31.12.2022
Light SESA	US\$	US\$+Libor3M+1,18%	CDI+1,85%	31.12.2021	31.03.2025	208.708	40.000	8.002	7.645	(357)
Light SESA	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	143,43% CDI	18.06.2021	18.06.2026	2.087.080	400.000	(61.284)	268.727	330.011
Light Energia	US\$	US\$+4,3750 % a.a.	145,45% do CDI	18.06.2021	18.06.2026	1.043.540	200.000	(30.538)	141.730	172.268
TOTAL						3.339.328	640.000	(83.820)	418.102	501.922

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2024. Vale lembrar que, por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida em

31 de dezembro de 2023.

Análise de sensibilidade da taxa de câmbio, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 em 28 de dezembro de 2023.

Operação	Controlada	Risco	Dívida - US\$ Mil	R\$		
				Cenário provável (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
PASSIVOS FINANCEIROS						
TN - Par Bond	Light SESA	US\$	39.422	(17.871)	(70.052)	(122.234)
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	US\$	(37.550)	17.022	66.726	116.430
TN - Discount Bond	Light SESA	US\$	27.524	(12.477)	(48.910)	(85.342)
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	US\$	(26.095)	11.830	46.371	80.912
4131 Citibank 2021	Light SESA	US\$	41.996	(19.038)	(74.626)	(130.215)
Bonds (2021)	Light SESA	US\$	418.083	(189.525)	(742.923)	(1.296.321)
Bonds (2021)	Light Energia	US\$	209.042	(94.762)	(371.461)	(648.160)
TOTAL				(304.821)	(1.194.875)	(2.084.930)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros					+25%	+50%
Cotação R\$/US\$ (em 31.12.2024)				5,29	6,61	7,94

33.2.3 Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, sendo que, para estes casos, é solicitada aprovação prévia ao Conselho de Administração.

Em função do pedido de Recuperação Judicial formulado pela Companhia em maio de 2023, a contraparte rescindiu de forma unilateral um dos instrumentos derivativos. Como resultado dessa rescisão contratual a Companhia registrou um saldo a receber no montante de R\$13.196.

Segue quadro abaixo com a posição das operações de swap de juros vigentes em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Controlada	Companhia recebe	Companhia paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal (R\$) 31.12.2023	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2023	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2023	Valor Justo x Accrual 31.12.2023
Light Energia	IPCA + 4,85% a.a.	CDI + 1,20%	11.08.2021	17.07.2028	232.088	(15.338)	(16.594)	(1.256)
TOTAL						(15.338)	(16.594)	(1.256)

Controlada	Companhia recebe	Companhia paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal (R\$) 31.12.2022	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2022	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2022	Valor Justo x Accrual 31.12.2022
Light Energia	IPCA + 4,85% a.a.	CDI + 1,20%	11.08.2021	17.07.2028	554.110	(33.190)	8.995	42.185
TOTAL					554.110	(33.190)	8.995	42.185

O *swap* de juros contratado na controlada Light Energia está associado ao vencimento da 7ª Emissão de debêntures.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado antes dos impostos. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável”, considerou as estimativas obtidas para análise de sensibilidade de taxas de juros, utilizando-se das taxas e das projeções obtidas na B3, até 31 de dezembro de 2024, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2023. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 divulgadas em 28 de dezembro de 2023.

Operação	Controlada	Dívida R\$ Mil	R\$		
			Cenário provável (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
ATIVOS FINANCEIROS			(33.167)	16.301	64.510
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários ^(a)		1.996.125	(33.167)	16.301	64.510
PASSIVOS FINANCEIROS POR RISCOS			33.596	(118.217)	(270.029)
Libor6M	Light SESA	133.253	2.347	975	(397)
Libor3M	Light SESA	203.317	629	(1.937)	(4.503)
CDI	Light SESA	3.082.594	94.313	15.935	(62.442)
IPCA	Light SESA	3.780.971	(55.035)	(114.892)	(174.749)
CDI	Light Energia	3.768	116	20	(77)
IPCA	Light Energia	606.761	(8.774)	(18.318)	(27.861)
DERIVATIVOS			6.912	1.168	(4.576)
<i>Swaps</i> de taxa (ponta passiva)	Light Energia	227.367	6.912	1.168	(4.576)
TOTAL			7.341	(100.748)	(210.095)
Referência para Ativos Financeiros				-25%	-50%
CDI (em 31.12.2024)			10,0%	12,5%	15,0%
Referência para Passivos financeiros				25%	50%
CDI (% em 31.12.2024)			10,0%	12,5%	15,0%
IPCA (% em 31.12.2024)			6,0%	7,5%	9,0%
Libor3M (% em 31.12.2024)			5,0%	6,2%	7,5%
Libor6M (% em 31.12.2024)			4,1%	5,1%	6,1%

^(a) Inclui as controladas do grupo Light

33.2.4 Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência dos seus consumidores ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia utiliza de todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial. O risco de crédito das contas

a receber encontra-se pulverizado considerando a base de clientes da Companhia. Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2023 é o valor contábil de cada classe de ativos financeiros divulgada na nota explicativa nº 9. O Grupo não possui ou mantém ativos que tenham sido dados em garantia por terceiros.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira através de limites impostos aos Grupos e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus *ratings*.

Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e Títulos públicos pós-fixados.

33.2.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações que fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os recursos captados são apresentadas nas notas explicativas nºs 21 e 22.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e de empresas ligadas, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1.1, a Administração da Companhia está acompanhando atentamente todos os riscos relacionados a continuidade operacional do Grupo e gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros.

O pedido de recuperação judicial, descrito na nota explicativa nº 1.1.1, é um elemento contratual que enseja o vencimento antecipado da dívida e vencimento antecipado cruzado das demais dívidas (*cross default/cross acceleration*). Considerando que a Light S.A. – Em Recuperação Judicial está em recuperação judicial, os pagamentos das parcelas das dívidas não foram realizados pela Companhia e pelas controladas Light SESA e Light Energia nas datas contratuais originais e estão suspensos tendo em vista o deferimento do processo de recuperação judicial.

As notas de crédito (*rating*) atribuídas à Companhia e controlada Light SESA pelas agências de classificação de risco são como seguem:

Ratings	Light S.A. – Em Recuperação Judicial			Light SESA		
	Nacional	Internacional	Data de Publicação	Nacional	Internacional	Data de Publicação
Fitch	D (bra)	D	15.05.2023	D (bra)	D	15.05.2023
S&P	-	-	-	D	-	12.04.2023

Em 16 e 17 de maio de 2023, a Moody's alterou os ratings nacionais e internacionais da Light e de suas subsidiárias Light Sesa e Light Energia para 'WR' (*withdrawn*).

Os ratings apresentados acima que apontam status de "default" é reflexo do deferimento do pedido da recuperação judicial da Light. As análises das agências de risco sobre a recuperação judicial pressupõem que a frágil situação financeira do Grupo Light pode prejudicar sua capacidade de financiamento e os índices de alavancagem regulatória da Light Sesa, com potencial impacto negativo em suas operações e nas negociações para renovação de sua concessão.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros. Com a cobrança das bandeiras tarifárias, a Companhia diminui, em parte, uma maior exposição da variação do custo de compra de energia, reduzindo assim, o risco de liquidez.

Face ao atual cenário de recuperação judicial, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1, as obrigações da Companhia relativas aos vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, serão negociados com os credores no âmbito do plano de recuperação judicial.

33.2.6 Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia

A venda ou compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da controlada Light SESA é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores resultado da liquidação no MCP das exposições positivas (energia contratada acima do mercado cativo), valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD) é de 5% sobre a energia requerida regulatória da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

33.2.7 Riscos de continuidade da concessão

A Companhia e suas controladas conduzem suas atividades de geração e distribuição de energia elétrica de acordo com contratos de concessão e a legislação do setor elétrico, incluindo todas as resoluções emitidas pela ANEEL. Conforme divulgado na nota explicativa nº 1.1.2, a Administração da Companhia está acompanhando atentamente todos os riscos relacionados a continuidade da concessão do Grupo.

O quinto aditivo ao contrato de concessão da controlada Light SESA, celebrado em março de 2017 possui cláusulas que condicionam a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da controlada Light SESA, de novos critérios de eficiência com relação à qualidade da prestação do serviço e à sustentabilidade econômico-financeira da referida companhia.

Os critérios de eficiência com relação (i) à qualidade do serviço prestado são mensurados por indicadores que consideram a frequência e a duração média das interrupções do serviço de distribuição de energia, e os limites globais anuais definidos no referido aditivo; e (ii) à gestão econômica e financeira são mensurados por indicadores que consideram o nível de endividamento da companhia e limites os quais estão definidos no referido termo aditivo.

O inadimplemento do critério de qualidade da prestação do serviço será verificado nos casos em que houver o não atendimento dos indicadores por:

- (a) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2021 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (b) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2019 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (c) especificamente no ano de 2022 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (d) especificamente no ano de 2020 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (e) por dois anos consecutivos a partir de 2021 para o indicador de gestão econômico-financeira; ou
- (f) por três anos consecutivos a partir de 2023 para o indicador de qualidade do serviço prestado.

O descumprimento em função dos itens (a), (b), (c) e (d) acima, implica na instauração de processo administrativo para extinção da concessão, enquanto o descumprimento em função dos itens (e) e (f), acarreta a abertura de processo de caducidade, no qual se procederá com a apuração da inadimplência da concessionária.

Para o exercício findos em 2019, 2020 e 2021, a controlada Light SESA atendeu aos indicadores de qualidade do serviço prestado e de sustentabilidade econômico-financeira.

A ANEEL, por meio do Despacho 2.076 de 27 de junho de 2023, suspendeu os ritos relacionados ao processo de apuração de cumprimento dos referidos indicadores de todas as distribuidoras de energia elétrica. Desta forma, os indicadores de sustentabilidade econômico-financeiro da Light SESA para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 mensurados pela Companhia, cujo resultado indicou descumprimento para aquele exercício ainda não foi homologado de forma definitiva pela ANEEL. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as apurações encontram-se suspensas.

Importante ressaltar que o próprio contrato de concessão e o Anexo VIII-A da Resolução Normativa nº 948, de 16 de novembro de 2021, apresentam mecanismos para restabelecimento da condição de sustentabilidade econômico-financeira, antes que seja iniciado o processo de caducidade da concessão, sendo os principais a limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio cujo valor e a exigência de aportes de capital dos acionistas controladores, em montante suficiente para atender à condição de sustentabilidade mínima. Neste contexto, a Administração da Light e seus acionistas podem providenciar ações e teriam certo prazo para restabelecer os indicadores de sustentabilidade econômico-financeiro para evitar o início do processo de caducidade da concessão da Light SESA.

Em 02 de junho de 2023, as controladas Light SESA e Light Energia, requereram a prorrogação das outorgas das concessões do serviço público de distribuição de energia elétrica e da geração dos empreendimentos, respectivamente conforme nota explicativa nº 1.1.2.

A Administração da Companhia entende que o potencial descumprimento em questão não inicia de forma imediata o processo de caducidade da concessão da Light SESA, mas requer monitoramento contínuo.

33.3 Gestão do capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A dívida líquida consolidada do Grupo em relação ao seu patrimônio líquido é apresentada a seguir:

Consolidado	31.12.2023	31.12.2022
Dívida de financiamentos, empréstimos e debêntures	10.645.470	10.688.690
Saldos remanescentes de instrumentos financeiros derivativos swaps ^(a)	679.543	-
Instrumentos financeiros derivativos swaps	(16.595)	427.097
Dívida bruta	11.308.418	11.115.787
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	2.097.071	2.083.551
Dívida líquida (A)	9.211.347	9.032.236
Patrimônio líquido (B)	3.095.688	2.844.757
Percentual de capital de terceiros - % (A÷ (B+A))	74,8%	75,9%

^(a) Refere-se ao montante líquido a pagar em função da rescisão de forma unilateral dos instrumentos derivativos.

34. SEGUROS

A política de seguros da Companhia, baseia-se na contratação de seguros com cobertura bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais, e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de sua operação, considerando a natureza de sua atividade. As premissas e riscos adotadas, dada a natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes. As principais coberturas são:

Seguro de riscos operacionais - cobre os danos causados às Usinas Hidroelétricas e Termoelétricas, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, turbinas a vapor, turbinas a gás, geradores,

caldeiras, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos. Todos os ativos estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura “All Risks”, incluindo-se linhas de transmissão e distribuição até 1.000 pés do local de geração.

Seguro de responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O) - tem por objetivo proteger os Executivos por perdas e danos resultantes do exercício das suas funções inerentes ao cargo ou posição como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade.

Seguro de responsabilidade civil e geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

A composição dos principais seguros considerada pela Diretoria é resumida conforme a seguir:

RISCOS	Data de Vigência		Importância Segurada	Prêmio Líquido
	De	Até		
Directors & Officers (D&O)	16.10.2023	16.10.2024	N/A	100.000
Responsabilidade Civil e Geral	02.07.2023	02.01.2025	N/A	20.000
Riscos Operacionais	03.02.2024	03.02.2025	11.874.553	300.000

35. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas demonstrações contábeis:

35.1 Contratos de venda de energia elétrica gerada

Em 31 de dezembro de 2023, a controlada Light Energia possuía compromissos de venda de energia, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Consolidado	
	Energia convencional contratada total (R\$/mil) ^(a)	Energia incentivada contratada total (R\$/mil) ^(a)
2024	908.294	31.070
2025	666.572	19.493
2026	693.235	6.657
2027	720.964	-

^(a) Não auditado pelos auditores independentes

Os valores relativos ao contrato de venda de energia convencional, com vigência de 4 anos, e os valores relativos ao contrato de venda de energia incentivada, com vigência de 3 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2023, a controlada Lightcom possuía compromissos de venda de energia, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Energia convencional contratada total (R\$/mil) ^(a)	Energia incentivada contratada total (R\$/mil) ^(a)
2024	864.815	149.466
2025	368.008	91.016
2026	336.639	42.290
2027	314.255	29.473

^(a) Não auditado pelos auditores independentes

35.2 Contratos de compra de energia elétrica

A controlada Light SESA possui compromissos relacionados a contratos longo prazo com a compra de energia elétrica, como segue:

Ano	Total ^(a)
2024	6.871.558
2025	5.986.570
2026	5.856.622
2027	5.790.671
2028	5.964.391

^(a) Não auditado pelos auditores independentes

A controlada Lightcom possui compromissos relacionados a contratos longo prazo com a compra de energia elétrica, como segue:

Ano	Total ^(a)
2024	919.525
2025	642.844
2026	642.844
2027	642.844

^(a) Não auditado pelos auditores independentes

36. MEIO AMBIENTE

Em suas atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, a Companhia tem como diretriz o uso racional dos recursos naturais e a visão da transição energética para uma matriz de baixo carbono. Os cuidados com os impactos ambientais estão previstos no Sistema de Gestão Ambiental (SGA), um conjunto de normas em vigência desde 2001, que regula as principais atividades do Grupo. As operações do Grupo possuem a certificação ISO 9001, de gestão da qualidade, e a ISO 45001, de gestão de saúde e segurança ocupacional. Esse conjunto de regras e certificações formam o Sistema de Gestão Integrado (SGI). Em sua estrutura de gestão, o Grupo mantém equipe dedicada aos cuidados ambientais. O acompanhamento do tema conta com o Comitê de ESG+, vinculado ao Conselho de Administração. Essa estrutura e suas iniciativas estão diretamente vinculadas à Diretoria, responsável por acompanhar os compromissos relacionados a questões ambientais e prestar contas ao Conselho de Administração.

A companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o ambiente, dentre as quais merecem destaque:

- Manutenção e segurança ambiental;
- Projetos ambientais;
- Licenciamento e atendimento a legislação ambiental;
- Reflorestamento e contenção de Taludes e Encostas;
- Implantação e Manutenção do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

No exercício de 31 de dezembro de 2023, os gastos com projetos descritos acima totalizaram R\$74.244 (R\$168.154 em 31 de dezembro de 2022). Os gastos em CAPEX foram contabilizados em imobilizado no montante de R\$ R\$54.062 (R\$152.446 em 31 de dezembro de 2022) e em ativo contratual no montante de R\$8.920 (R\$5.089 em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, os gastos em OPEX foram contabilizados em outras despesas operacionais no montante de R\$11.245 (R\$10.619 em 31 de dezembro de 2022).

37. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante os exercícios de 2023 e de 2022, a Companhia e suas controladas realizaram atividades de investimento e financiamento que não envolveram caixa, conforme demonstrado abaixo:

Consolidado	31.12.2023	31.12.2022
Aquisição de ativo intangível em contrapartida a fornecedor	19.113	37.474
Adições de arrendamentos (nota explicativa nº 25)	10.551	255.080
Despesas com contratos de arrendamento (IFRS 16) capitalizadas no imobilizado (nota explicativa nº 17)	16.122	17.736
Encargos capitalizados no ativo contratual e imobilizado	53.725	28.933
Transferências para intangível (Acordo Furnas – nota explicativa nº 18)	-	70.663

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

38.1 Reajustes Tarifários – Controlada Light SESA

Em 12 de março de 2024, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) através da Resolução Homologatória nº 3.310, homologou o reajuste tarifário, com efeito médio de 3,54%. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2024. O aumento médio para os clientes na baixa tensão foi de 4,05% e para os clientes da alta tensão foi de 2,45%.

38.2 Auto de infração da Aneel – Controlada Light SESA

Em 06 de março de 2024, a controlada Light SESA recebeu auto de infração emitido pela ANEEL no valor de R\$28.394, por não prestar serviço adequado quanto ao fornecimento de energia elétrica aos consumidores de sua área de concessão.

O auto de infração se encontra sob análise dos nossos assessores jurídicos que até o momento avaliam o risco como perda possível.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Hélio Calixto da Costa
Firmino Ferreira Sampaio Neto
Abel Alves Rochinha
Yuiti Matsuo Lopes
Nelson Sequeiros Rodrigues Tanure
Hélio Paulo Ferraz
Pedro de Moraes Borba
Raphael Manhães Martins
Wendell Alexandre Paes de Andrade de Oliveira

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS	SUPLENTES
Luiz Paulo de Amorim	Natalia Carneiro de Figueiredo
Sergio Xavier Fortes	João Ricardo Pereira da Costa
Ary Waddington	Luiz Felipe Monteiro Lemos

DIRETORIA EXECUTIVA

Alexandre Nogueira Ferreira – Diretor Presidente
Rodrigo Tostes Solon de Pontes - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Déborah Meirelles Rosa Brasil – Diretora
Renata Yamada Bürkle – Diretora
Carlos Vinicius de Sa Roriz – Diretor
Rodrigo Ribeiro Pereira Brandão - Diretor

CONTADOR

Vicente Côrtes de Carvalho
CRC/MG 042.523/O-7

Light S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Light S.A. - Em Recuperação Judicial

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Light S.A. - Em Recuperação Judicial (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, pois devido à relevância do assunto descrito na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Base para abstenção de opinião

Continuidade operacional

Conforme descrito na nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 12 de maio de 2023, a Light S.A. - Em Recuperação Judicial, apresentou pedido de recuperação judicial, e suas controladas, as concessionárias Light - Serviços De Eletricidade S.A. (“Light SESA”) e Light Energia S.A. (“Light Energia”), requereram como emenda a tutela provisória de urgência em caráter incidental ao pedido de recuperação judicial formulado pela Light S.A., para garantir-lhes a extensão de efeitos protetivos. Esses pedidos foram deferidos em 15 de maio de 2023. A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2023, endividamento bruto consolidado de R\$11.308.418 mil, integralmente registrado no passivo circulante, e capital circulante líquido negativo consolidado de R\$10.170.915 mil.

Em 23 de fevereiro de 2024, a Light S.A. - Em Recuperação Judicial na condição de devedora recuperanda, e a Light SESA e a Light Energia exclusivamente como intervenientes – coobrigadas pelos créditos concursais, protocolaram Plano de Recuperação Judicial Modificativo (“PRJ Modificativo”). Até a presente data, o PRJ Modificativo não foi ainda nem aprovado pelos credores e nem homologado judicialmente.

Considerando que o PRJ Modificativo está sujeito à aprovação pela assembleia de credores e subsequente homologação pelo juízo da recuperação judicial, conforme divulgado nas notas explicativas, os quais não estão sobre controle da Companhia e de suas controladas, e de seus possíveis efeitos perversivos e cumulativos, estas circunstâncias não nos permitem, neste momento, reunir evidências apropriadas e suficientes para concluir se o pressuposto de continuidade operacional utilizado pela Companhia como base para a elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é apropriado, incluindo se e como os ativos serão realizados, os passivos liquidados, bem como os julgamentos dos administradores da Companhia e suas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Fomos contratados também para examinar, em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”). Entretanto, em decorrência da relevância do assunto descrito na seção anterior intitulada “Base para abstenção de opinião”, também não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações individuais e consolidadas. Conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado referidas anteriormente.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

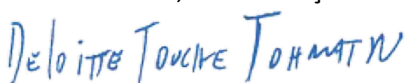
Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

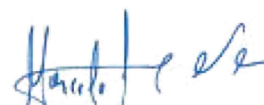
Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ



Marcelo Salvador
Contador
CRC nº MG 089422/O-0

Rio de Janeiro, 25 de março de 2024

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, bem como tomaram ciência da opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu, referenciadas no Relatório do Auditor Independente.

Alexandre Nogueira Ferreira
Diretor Presidente

Rodrigo Tostes Solon de Pontes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Déborah Meirelles Rosa Brasil
Diretor

Renata Yamada Bürkle
Diretora

Carlos Vinicius de Sa Roriz
Diretor

Rodrigo Ribeiro Pereira Brandão
Diretor

Anexo I

Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da Light S.A. (“Companhia” ou “Light”)

Ao longo do exercício de 2023, o Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia (“CAUDIT” ou “Comitê”), realizou reuniões ordinárias, conforme previstas no calendário anual de reuniões, aprovado pelo Conselho de Administração, e extraordinárias para análise dos assuntos de sua competência, em conformidade com o previsto no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do CAUDIT.

As reuniões contaram com a participação dos representantes dos auditores independentes (Deloitte), dos profissionais da Light responsáveis pela área de auditoria interna, riscos e *compliance*, do *Data Protection Officer* (DPO), tecnologia da informação, contabilidade, jurídico, bem como de membros da Diretoria, sem prejuízo da presença de outros profissionais da Companhia, quando necessário, para a análise de temas específicos.

No exercício de suas atribuições, destacam-se as seguintes atividades desempenhadas:

1. Análise e monitoramento da qualidade e integridade das Informações Trimestrais de Resultados (“ITR”) e das Demonstrações Financeiras Padronizadas (“DFP”), previamente à sua publicação;
2. Avaliação da qualidade e integridade dos relatórios de controles internos fornecidos pela Companhia e pelos Auditores Independentes;
3. Acompanhamento dos trabalhos da Auditoria Independente realizados pela Deloitte Touche Tohmatsu Brasil e recomendações por ela emitidas;
4. Monitoramento da efetividade / qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente;
5. Recomendação de aprovação para o conselho do plano anual de auditoria interna;
6. Acompanhamento do Plano Anual de Auditoria Externa e Auditoria Interna;
7. Supervisão das atividades da Auditoria Interna da Companhia e de suas Controladas, incluindo o monitoramento da efetividade e da qualidade da metodologia e seus processos, além de avaliar a suficiência de recursos, apresentando propostas ao Conselho de Administração e à Diretoria de ações necessárias para aperfeiçoá-las;
8. Monitoramento dos planos de ação em aberto com criticidade muito alta e alta, realizando as recomendações necessárias;
9. Monitoramento dos programas de integridade / conformidade (*compliance*) e sua adequação à complexidade e aos riscos envolvidos nas atividades da Companhia;
10. Supervisão das atividades da área de Riscos e Controles Internos, incluindo o monitoramento da qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos da Companhia e de suas controladas, apresentando recomendações de

aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos, quando considerados necessários;

11. Supervisão das atividades da área de Compliance, incluindo a efetividade do monitoramento e integridade dos mecanismos de atuação preventiva e corretiva realizados pela área, no que se refere ao estabelecimento e divulgação das práticas de conformidade. Acompanhamento da apuração de denúncias recebidas pela Companhia, através de empresa terceirizada, e de suas controladas, apresentando recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos, quando consideradas necessárias;
12. Acompanhamento das transações com partes relacionadas comunicadas pela Diretoria e divulgadas nas Demonstrações Financeiras, inclusive a revisão periódica da política de Partes Relacionadas para aprovação do Conselho de Administração;
13. Monitoramento dos trabalhos do *Data Protection Officer* e dos procedimentos relacionados à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
14. Assessoramento ao Conselho de Administração na definição dos padrões de qualidade das Demonstrações Financeiras e dos controles internos; e
15. A análise prévia dos assuntos submetidos para deliberação do Conselho de Administração pertinentes ao Comitê, emitindo recomendações para auxílio aos conselheiros na tomada de decisão.

Os membros do Comitê de Auditoria são Abel Alves Rochinha, Hélio Paulo Ferraz, Raphael Manhães Martins e Ricardo Henrique Baras, sendo o Sr. Ricardo Henrique Baras o coordenador do Comitê.

O Regimento Interno do Comitê foi aprovado em 28.07.2021 para atualização de suas competências.

As funções do Comitê são desempenhadas com base nas informações recebidas da Diretoria, dos Auditores Independentes, das áreas de Auditoria Interna, *Compliance*, Controles Internos e Gestão de Riscos e dos responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras.

O Comitê reuniu-se em 15 (quinze) ocasiões no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023, quando foram avaliados e analisados os temas de competência.

a) Auditoria Independente

O Comitê mantém com os auditores externos um canal de interlocução periódica para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis e relatórios financeiros. Em 2023, o Comitê reuniu-se com os auditores externos da Companhia em 07 (sete) ocasiões. O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas pelo auditor independente em 2023.

É importante ressaltar que no 3º trimestre de 2023 e nas demonstrações financeiras de 2023, os auditores independentes emitiram parecer com abstenção de opinião, devido

a PRJ Modificativo não ter sido ainda aprovada pelos credores e nem homologada judicialmente, podendo impactar na continuidade da empresa. Segue abaixo o texto dos auditores independentes:

“Considerando que o PRJ Modificativo está sujeito à aprovação pela assembleia de credores e subsequente homologação pelo juízo da recuperação judicial, conforme divulgado nas notas explicativas, os quais não estão sobre controle da Light S.A. – Em Recuperação Judicial e de suas controladas Light SESA e Light Energia, e de seus possíveis efeitos perversivos e cumulativos, estas circunstâncias não nos permitem, neste momento, reunir evidências apropriadas e suficientes para concluir se o pressuposto de continuidade operacional utilizado pela Companhia como base para a elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é apropriado, incluindo se e como os ativos serão realizados, os passivos liquidados, bem como os julgamentos dos administradores da Companhia e suas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas”

Cabe ressaltar que, durante o processo de revisão tivessem sido identificadas eventuais inconsistências materiais ou divergências em relação às demonstrações financeiras, que foram preparadas assumindo o regime de continuidade, estas seriam apontadas para o CAUDIT e seriam objeto de ressalva nos pareceres dos auditores ou comunicadas na folha de ajustes, conforme a materialidade

O Comitê acompanhou as atividades de auditoria externa independente a fim de avaliar a sua independência, a qualidade e a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia. Os resultados desses trabalhos, apresentados em reuniões do Comitê em 2023 não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos que possam afetar de forma relevante as Demonstrações Financeiras Anuais.

Com base nos exames e nas informações fornecidas pela Deloitte, o Comitê avaliou que houve objetividade e independência nos trabalhos dos Auditores Independentes, e não identificou situações que pudessem afetá-las.

b) Auditoria Interna

O Comitê também acompanhou o processo desenvolvido pela área de Auditoria Interna, por meio da realização de reuniões periódicas para acompanhamento da execução do plano do exercício de 2023. Além disso, avaliou e recomendou a aprovação do plano de seus trabalhos relativos ao exercício de 2023 para o Conselho de Administração, sendo aprovado em 20 de dezembro de 2022. Além disso, avaliamos como satisfatória as estruturas da Auditoria Interna da Companhia, assim como a qualidade de seu corpo técnico e gerencial e os resultados dos seus trabalhos.

O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados dos trabalhos, apresentados em 06 (seis) reuniões do Comitê em 2023, não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos que possam afetar de forma relevante a sustentabilidade da Companhia ou suas demonstrações financeiras.

c) Controles Internos e Riscos

No entendimento do Comitê, a forma e as ações adotadas pela Companhia para monitorar os sistemas de controles internos e de riscos, em seus aspectos relevantes, estão em processo de evolução satisfatória.

d) Compliance

Avaliamos todos os pilares do programa de compliance e concluímos como satisfatórios os trabalhos realizados pela área.

Conforme informado pelo gestor da área responsável pela Auditoria Interna, Riscos e Compliance, as denúncias de descumprimento de normas têm o adequado tratamento de controle, avaliação e correção, não existindo tema material apurado ou em andamento que possa afetar as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Este Comitê declara não ter ciência de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Diretoria da Companhia que representem a existência ou evidência de fraudes, falhas ou erros que, pela sua materialidade, coloquem em risco a continuidade da Companhia ou a credibilidade e confiabilidade de suas demonstrações financeiras.

e) Parecer do Comitê

Considerando os sistemas de controles internos existentes, a abrangência e a eficácia dos trabalhos realizados pelos Auditores Independentes, assim como seu respectivo parecer, este Comitê de Auditoria, por unanimidade, entende que as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 da Light S.A. ("Demonstrações Financeiras de 2023") apresentam adequadamente a posição financeira e patrimonial da Light em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), à legislação societária brasileira e às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, razão pela qual recomenda: o encaminhamento das Demonstrações Financeiras de 2023 para a análise do Conselho de Administração e consequente submissão à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2024.

Ricardo Henrique Baras
(Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário)

Abel Alves Rochinha

Hélio Paulo Ferraz

Rafael Manhães Martins



PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA LIGHT S.A. EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

O Conselho Fiscal da Light S.A. (“Companhia”), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, todos os documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, da Companhia e o Consolidado de suas subsidiárias.

Nossos exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Desta forma, tendo em vista, ainda, o parecer dos Auditores Independentes Deloitte, emitido em 25 de março de 2024, o CONSELHO FISCAL, por unanimidade, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apresentados à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas para deliberação.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2024.

Luiz Paulo de Amorim

Sérgio Xavier Fortes

Ary Waddington